

FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DE UNAÍ



**ANAIS DA 7ª MOSTRA CIENTÍFICA INTERDISCIPLINAR
FACTU 2017**

ANO 17 NÚMERO 04

UNAÍ/MG

2017

ANAIS DA 7ª MOSTRA CIENTÍFICA INTERDISCIPLINAR FACTU 2017

Publicado pela Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí

Adalberto Lucas Capanema
Presidente AEPU

Maria José Lucas Capanema
Diretora Administrativa

Adalberto Lucas Capanema
Diretor Geral

Fabírcia Lucas de Mendonça
Secretária Geral

Conselho Editorial

Francilene Lima Ferreira
Gabriel Moreira
Graziela Cristina Simões
Lidiane Campos dos Santos
Maria Aparecida de Oliveira
Michelle Lucas Cardoso Balbino
Nathalia Oliveira Martins

Revisão

Jânia Celi de Miranda Souto

Contatos

Revista FACTU Ciência
Rua Rio Preto, 422 - Unaí – MG
CEP. 38.610-0000
Tel.: 38 3676 6222
www.factu.br

**Ficha catalográfica preparada pela seção de catalogação e Classificação da Biblioteca da
FACTU**

7ª MOSTRA CIENTÍFICA INTERDISCIPLINAR – Ano 04, n° 04 (Jan/Jul 2018). Unai: FACTU,
2017.

Anual

1. Interdisciplinar. 2. Metodologia. 3. Empreendedorismo. 4. Inovação.

As matérias publicadas são de responsabilidade dos respectivos autores.

APRESENTAÇÃO

Este trabalho é resultado da consolidação da 7ª Mostra Científica Interdisciplinar da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí. O evento tem como objetivo reunir toda a comunidade acadêmica e sociedade para a apresentação e discussão dos resultados de iniciação à pesquisa nos sete cursos (Administração, Agronomia, Ciências Contábeis, Direito, Educação Física, Enfermagem e Pedagogia). Os trabalhos contam com atividades realizadas diretamente com a sociedade de Unaí e região, fomentando o ensino-aprendizagem através da iniciação à pesquisa.

A Mostra envolveu um público médio de 800 pessoas, com aproximadamente 120 exposições e apresentações orais, abordando artigos, projetos de pesquisa, resumos, etc. garantindo assim a aplicabilidade do tripé “ensino-pesquisa-extensão”.

O resultado pode ser conferido através desta edição aqui apresentada. Desejamos que esta divulgação possibilite a continuidade de novas pesquisas.

Boa leitura!

Direção Geral.

SUMÁRIO

CADERNO DE AGRONOMIA	06
CADERNO DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS	10
CADERNO DE DIREITO	26
CADERNO DE EDUCAÇÃO FÍSICA	75
CADERNO DE ENFERMAGEM	92
CADERNO DE PEDAGOGIA	107

CADERNO DE AGRONOMIA

ASPECTOS GERAIS E MORFOLÓGICOS DO FUNGO *ALTERNARIA SSP*

PACHECO, Bruno¹
CAIXETA, Laércio²
CNOSSEN, Elismar³

Palavras-chave: Couve-flor. *Alternaria*. Conídios.

A couve-flor (*Brassica oleracea* var. *botrytis* L.) pertencente à família Brassicaceae, é classificada como hortaliça do tipo inflorescência, rica em vitamina C e K. A alternariose é uma doença causada pelo fungo do gênero *Alternaria*, que é famoso por causar danos em plantas de brássicas em diversos estágios de desenvolvimento. O objetivo deste trabalho é apresentar aspectos gerais e morfológicos de *Alternaria ssp* na couve-flor. A couve-flor foi coletada em um mercado na cidade de Unaí-MG e levado ao laboratório de Microscopia da FACTU para a visualização em microscópio estereoscópico e óptico. Após a visualização dos propágulos com auxílio de microscópio estereoscópico, foi coletada uma parte exterior da couve-flor com o auxílio de uma pinça e de um bisturi e colocados em uma lâmina contendo uma gota de corante azul de metileno, por cima colocou-se uma lamínula, logo após vedou-se com verniz vitral e levou o conjunto para visualização em microscópio óptico. Microfotografias foram feitas, utilizando câmera com resolução de 13mp de um aparelho celular Samsung, modelo Galaxy SM-J500M. O sintoma característico na couve-flor é podridão negra de textura mole, com coloração pardo-escura. Com ajuda da lupa com um zoom de 4x foi possível observar o fungo mais de perto que se encontra com coloração pardo-escuro com partes cinza devido aos conídios. Os fungos de *Alternaria* são mitospóricos, apresentando conídios individuais observados no microscópio óptico na objetiva de 10x. O conídio apresenta corpo longo ou elipsoidal que afina em direção ao ápice, formando um bico comprido.

REFERÊNCIAS

TOLOFI, J. G. DOMINGUES, R. J. **Alternarioses em hortaliças: Sintomas, etiologia e manejo integrado.** Instituto Biológico. São Paulo/SP. v. 66, n.1/2, p. 23-33, jan/dez, 2004.

RODRIGUES, V. J. L. et al. Epidemiologia comparativa da alternariose em cultivares de brássicas sob cultivo convencional e orgânico. **Summa Phytopathol/PE.** v. 30. n. 2, p. 226-233, jul/dez. 2004.

¹ Acadêmico do Curso de Agronomia da FACTU

² Acadêmico do Curso de Agronomia da FACTU

³ Professora Orientadora do Curso de Agronomia da FACTU

ASPECTOS GERAIS E MORFOLÓGICOS DO FUNGO *PENICILLIUM DIGITATUM*.

ALVES, Henrique¹
FREIRE, Marcelo²
RANDER, Ciro³
CNOSSEN, Elismar⁴

Palavras-chave: *Penicillium digitatum*. Citros. Microscópio.

O Brasil é o maior produtor de citros, sendo responsável por aproximadamente um terço da produção mundial. Uma das causas das perdas elevadas é o frequente aparecimento de fungos, principalmente, itálico, que deteriora os frutos tornando-se inviáveis para a comercialização em curto espaço de tempo. O objetivo deste trabalho é apresentar aspectos gerais e morfológicos de *Penicillium digitatum*. Frutos da laranja contendo propágulos do fungo em questão foram coletados em frutarias locais da cidade de Unaí-MG e levados ao Laboratório de Microscopia da FACTU. Com auxílio de uma lâmina de bisturi foi realizado um pequeno corte no fruto e levado para visualização na lupa com a finalidade de se encontrar propágulos fúngicos. Após a visualização dos propágulos, com o auxílio de uma lâmina de bisturi foi feita a raspagem da casca da laranja e s propágulos foram colocados em uma lâmina com o corante azul de metileno, em seguida, colocou-se uma lamínula sobre a lâmina, vendou-se com verniz vitral e visualizou em microscópio ótico. Compararam-se as estruturas observadas com estruturas descritas na literatura para identificar o gênero ao qual o fungo pertence. Foram realizadas fotografias utilizando a câmera do celular Samsung S5 mini. A partir dos experimentos realizados, pode-se observar inicialmente o sintoma de podridão, bem como os sinais do fungo no fruto da laranjeira. Após visualização na lente de 40x, nota-se os ovoides e esféricos tanto agregados quanto individualizados. O bolor verde é considerado a mais comum e importante doença pós-colheita em citros, afetando todas as variedades cítricas, principalmente laranjas e tangerinas, podendo ocorrer perdas de até 90% durante as fases de transporte, armazenamento e comercialização.

REFERÊNCIAS

ICOLI, A; ZAMVOLIM, L; MARO, L.A.C; ROMA, R. C.C; DUARTE, H.S.S. Comparação da eficiência entre produtos alternativos e fungicidas no controle de bolor verde em laranja. **Revista Trópica- Ciências Agrárias e Biológicas**, Viçosa-MG. v.3, n.2, p.12, 2009.

COSTA. E.C. **Boletim técnico (1-2016)**: Bolor Verde da laranja (*Citrus sinensis*) causado por *Penicillium digitatum*. Disponível em <<https://fitopatologial.blogspot.com.br/2016/09/boletim-tecnico-1-2016-bolor-verde-da.html>>. Acesso em: 29 br.2017.

¹ Acadêmico do Curso de Agronomia da FACTU

² Acadêmico do Curso de Agronomia da FACTU

³ Acadêmico do Curso de Agronomia da FACTU

⁴ Professora Orientadora do Curso de Agronomia da FACTU

**POSSÍVEIS ALTERAÇÕES MORFOLÓGICAS DO MILHO POR AÇÃO DOS
EVENTOS BT (*Bacillus thuringiensis*) E ENZIMA EPSP**

BARBOSA, Victor Lucas Silva¹
BORGES, Stharley Júnio de Morais¹
JESUS, Dercílio Rocha¹
PAULA, Rodrigo Teixeira¹
MACEDO, Jéssica Lorrany¹
MELLO, Bruna Cristina Sousa¹
SACOMAN, Samuel Sanches¹
SILVA, Ricardo Mendes¹
PERES, Vanderlei Martins²
DIAS, Sônia Cristina Jacomini³

Palavras-chave: Milho. Controle biológico. Transgênico.

Introdução: O milho (*Zea mays*) é um dos cereais mais importantes na agricultura brasileira, que vai desde alimentação animal até a indústria de alta tecnologia na produção de alimento e biocombustíveis. O crescente ataque de pragas tem provocado perdas na produção. Há preocupação como risco oferecido ao meio ambiente pelos produtos químicos utilizados no controle dessas pragas. Pesquisas têm buscado controle alternativo reduzindo o risco de contaminantes no campo. A introdução de gene com a bactéria Bt (*Bacillus thuringiensis*) dá ao milho resistência às suas principais pragas, outra descoberta é a da enzima CP4 EPSPS que torna o milho resistente ao herbicida glifosato reduzindo o uso desse herbicida na lavoura. O presente trabalho busca avaliar possíveis alterações morfológicas em função da alteração gênica na cultura do milho. **Referencial teórico:** O milho tem grande importância econômica na agricultura brasileira, o que leva as empresas a investirem em tecnologias que proporcionem maior produtividade da cultura. Dentre os fatores limitantes à produção está o ataque de pragas. **Metodologia:** O experimento foi conduzido no Viveiro Sacoman (rod. Br251 km 906 Unaí-MG). Foram plantados 5 experimentos de milho (*Zea mays*) híbrido DKB177 com o mesmo tratamento para todos os testes (N-150 P-100 K-100) e a mesma variedade de milho, porém, com eventos diferentes, sendo uma linha convencional, uma linha PRO (proteína cry 1^a-resistente a insetos), uma linha RR (enzima CO4 EPSPS- resistente ao herbicida glifosato) e foram desprezadas as bordaduras, a fim de avaliar as características morfológicas, como altura da espiga (AE), altura do pendão (AP), TAMANHO DO PENDÃO (TP), nó abaixo da espiga (NAE), no total (NT), folha da espiga (FE), diâmetro do colmo (DC), tamanho da espiga (TE) e grãos por espiga (GPE). **Resultados:** Os resultados obtidos nas avaliações realizadas no experimento com a cultura do milho geneticamente modificado comparado com convencional, não apresentaram diferenças significativas nas características morfológicas. A introdução dos elementos gênicos no milho não alterou as características reprodutivas da planta (CNTBio, 2005).

REFERÊNCIA

CNTBio. Comissão Técnica Nacional de Biossegurança. Secretaria Executiva. **Parecer Técnico Prévio Conclusivo n.º 513/2005.** São Paulo/SP. 2005.

¹ Acadêmicos do Curso de Agronomia da FACTU

² Professor Coorientador do Curso de Agronomia da FACTU

³ Professora Orientadora do Curso de Agronomia da FACTU

**CADERNO DE
ADMINISTRAÇÃO
E CIÊNCIAS
CONTÁBEIS**

GASTOS COM FABRICAÇÃO E SUA FORMA DE ATRIBUIÇÃO AOS PRODUTOS

AGOSTINHO, Versol Frank J. S.¹
COSTA, Luís Fernando Lima²
CUNHA, Thaís Alves³
GÁIA, Érica de Souza⁴
SILVA, Darlene Menezes⁵
MOREIRA, Gabriel⁶

Palavras-chave: Gastos. Fabricação. Atribuição. Produtos.

O presente artigo tem o objetivo de esclarecer as formas de atribuição dos gastos de fabricação aos produtos, discutindo-se o conceito de gastos e a importância de sua atribuição aos produtos. O primeiro capítulo descreverá sobre o que são custos e despesas, ressaltando a importância do conhecimento dos custos e despesas no processo decisório e sua influência no mercado de trabalho tratando-se da elaboração de preços aos produtos ou serviços. Posteriormente, discutirá sobre o sistema de custeio. É importante entender para que as organizações a utiliza para determinar o valor dos objetos de custeio, aperfeiçoar recursos, otimizar custos e maximizar resultados, eliminando desperdícios. Abordará a importância de fazer uma correta classificação dos gastos e despesas, na fabricação dos produtos, para a tomada de decisão de forma eficiente e mostrar uma forma de minimizar as dificuldades ao fazer a alocação dos custos indiretos, dentro dos respectivos métodos de custeios abordados neste trabalho. Quanto à metodologia utilizada, classifica-se como descritiva e quantitativa, utilizando como procedimento de pesquisa o levantamento com aplicação de um questionário semiestruturado. O presente trabalho se justifica por mostrar a importância do conhecimento de gastos e sua influência na tomada de decisões da organização. A avaliação dos estoques e a apuração do resultado econômico, por meio do controle de custos, criam condições para acompanhar o desempenho empresarial, vinculando a aplicação do ciclo da contabilidade de custos aos resultados preestabelecidos. (LIMA, 2014).

REFERÊNCIA

LIMA, Eugênia Bezerra. **Contabilidade de custos**. [s.l.; s.n.], 2014.

¹ Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis da FACTU

² Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis da FACTU

³ Acadêmico do Curso de Administração da FACTU

⁴ Acadêmico do Curso de Administração da FACTU

⁵ Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis da FACTU

⁶ Professor Orientador do Curso de Ciências Contábeis da FACTU

OS DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES SUSTENTÁVEIS EM UMA IES PRIVADA NO MUNICÍPIO DE UNAÍ

SANTIAGO, Elaine Gomes Rodrigues¹
BALBINO, Michelle Lucas Cardoso²
MOREIRA, Gabriel³

Palavra-chave: IES Privada. Sustentabilidade. Desafios.

Os desafios para tornar-se uma organização inovadora e sustentável são enormes. Entre outros fatores, representa um quebra-cabeças a ser preparado pelos gestores, uma vez que exige reflexão sobre os valores nos quais se baseiam os comportamentos e atitudes dos membros de uma organização, que estão relacionados com a história da empresa, com modelos de gestão que não aceitam uma visão holística da organização, bem como as condições objetivas para promover as mudanças necessárias. A complexidade desse processo aumenta à medida que se estende a compreensão do desenvolvimento sustentável às suas variadas perspectivas: ambiental, social, econômica, cultural entre outras. (NASCIMENTO, 2008). O acelerado crescimento demográfico, o uso desmedido dos recursos naturais e a degradação do meio ambiente, a pobreza de grande parte da humanidade, a exploração, a injustiça e a violência as quais sofrem ainda milhões de pessoas demandam ações corretivas e preventivas. Tal questão não é diferente para os estabelecimentos de ensino que também buscam essa inovação sustentável. Até porque, como Mayor (1998) aponta, a educação é o acionador, a chave do desenvolvimento sustentável, uma educação dada a todos os membros da sociedade, adotando modalidades novas e com a ajuda de tecnologias novas, de tal maneira que cada um se favoreça de chances reais de se aprender ao longo da vida. Diante disso, a presente pesquisa consiste em responder à seguinte problemática: quais práticas e ações uma Instituição de Ensino Superior (IES) privada pode adotar para o efetivo cumprimento da sustentabilidade em sua gestão organizacional? A metodologia do presente trabalho consiste em uma pesquisa qualitativa e exploratória, de cunho documental e aplicação de entrevista e questionários para complementação das análises. Tem como objetivo geral: evidenciar os desafios encontrados para a implementação da sustentabilidade em uma IES privada no município de Unaí. Como objetivos específicos, têm-se os seguintes: identificar as práticas sustentáveis realizadas em IES privada; verificar os desafios enfrentados por IES privadas para a inserção de projetos consolidados de sustentabilidade em sua gestão e, por fim, propor ações sustentáveis possíveis para a realidade da IES pesquisada.

REFERÊNCIAS

MAYOR, F. **Preparar um futuro viável:** ensino superior e desenvolvimento sustentável. In: Conferência mundial sobre o ensino superior. Tendências de educação superior para o século XXI. Anais da Conferência Mundial do Ensino Superior. Paris: 1998.

NASCIMENTO, L. F.; LEMOS, A. D. da C.; MELLO, M. C. A. de. **Gestão socioambiental estratégica.** Porto Alegre, RS: Bookman, 2008.

¹ Acadêmica do curso de Administração da FACTU

² Professora Orientadora da FACTU

³ Professor responsável pela disciplina TCC do Curso de Ciências Contábeis da FACTU

PROJETO INTERDISCIPLINAR I: administração mercadológica II e psicologia aplicada à administração

AVELAR, Cleber Alves¹
MOURA, Fabrício Vilela²
SILVA, Walisson José³
VIANA, Ana Paula Gonçalves Corrêa⁴
CORDEIRO, Thalita Teixeira Faria⁵
MACHADO, Cláudia Aparecida⁶

Palavras-Chave: Stress, Contabilidade, Satisfação.

O presente trabalho tem como principal objetivo aprofundar o conhecimento teórico para aplicabilidade dos conteúdos da Administração Mercadológica e a Psicologia Aplicada à administração com o principal intuito de identificar e implementar o Impacto do Stress do profissional ao lidar com as atribuições de organização. Esse stress traz impacto a qualquer tarefa que o funcionário venha a executar, o mesmo reage de uma forma diferente, expressando um nervosismo, ansiedade que vem de seu interior; conflitos entre os colaboradores, inimizades, entre outros. Bem como a satisfação dos clientes na empresa Contabilidade Dinâmica, empresa aberta no ano de 2010, conta com uma equipe de 21 colaboradoras. Este projeto tem como objetivo auxiliar a gestora da empresa abordada, colocando em prática as teorias. Com essa intenção se propõe também a apresentar uma visão que engloba inúmeros problemas que o mundo empresarial vem enfrentando, com relação à escassez de informações nas áreas do marketing e da psicologia, já proporcionando aos acadêmicos uma grande diversidade de experiências, com participação ativa no meio empresarial. Esse diagnóstico ainda está em andamento, no qual será aplicada uma pesquisa de caráter bibliográfico e exploratório, que através do resultado desta será possível identificar deficiências e contribuir para a melhoria do ambiente de trabalho, bem como estabelecer melhor relação com o cliente para garantir a satisfação do mesmo, já que ao oferecer produtos de qualidade para alcançar as expectativas e saciar as necessidades dos clientes, já se dá o primeiro passo para conseguir sua permanência no mercado. No mercado atual sempre é preciso inovar, e observar às mudanças para buscar a satisfação de seu cliente.

REFERÊNCIAS

COBRA, Marcos. **Administração de marketing no Brasil**. 3.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

FRANÇA, Ana Cristina Limongi; RODRIGUES, Avelino Luiz. **Stress e trabalho: Uma abordagem psicossomática**. 4.ed. 3.reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. **Princípios de marketing**. 9 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2003.

¹ Acadêmico do Curso de Administração da FACTU

² Acadêmico do Curso de Administração da FACTU

³ Acadêmico do Curso de Administração da FACTU

⁴ Acadêmica do Curso de Administração da FACTU

⁵ Professora do Curso de Administração da FACTU

⁶ Professora do Curso de Administração da FACTU

PROJETO INTERDISCIPLINAR II: administração mercadológica II e psicologia aplicada à administração

TRINDADE, Carlos Junio Fernandes¹
NUNES, Maída Estácio²
MACHADO, Cláudia Aparecida³
CORDEIRO, Thalita Teixeira Faria⁴

Palavras-Chave: Satisfação. Estresse. Restaurante.

O presente artigo tem como principal objetivo mensurar o impacto do estresse do profissional ao lidar com as atribuições da organização, bem como a satisfação dos clientes. O trabalho está sendo realizado na organização Minasul restaurante e pizzaria, a qual atualmente conta com um quadro de onze colaboradores, onde foi reinaugurada em fevereiro de 2016. Nos dias atuais lida com um mercado bastante competitivo, porém a busca por excelência requer muito suor e bastante esforço do gestor. Para (KOTLER, 1998, p.53), “Satisfação é o sentimento de prazer ou de des-pontamento resultante da comparação do desempenho esperado pelo produto (ou resultado) em relação às expectativas da pessoa”. Em relação ao estresse nas organizações, os estudos referentes começaram a ser feitos no início do século XX, observando os efeitos na saúde física e mental das pessoas. A partir de então, houve a preocupação com os possíveis fatores. Segundo Selye (1956, p.2), “O estresse denomina se no esforço de adaptação do organismo para enfrentar situações que considere ameaçadoras a sua vida e a seu equilíbrio interno”. O projeto teve início em março de 2017, o método de pesquisa utilizado foi a pesquisa observatória, a entrevista com o gestor e proprietário e a aplicação de questionários para equipe de trabalho e clientes. No entanto, não foram expostos resultados da pesquisa, pois a mesma encontra se em andamento.

REFERÊNCIAS

KOTLER, Philip; ARMSTRONG, G. **Princípios de marketing** . 9.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2003.

SELYE, Hans. **Stress, a tensão da vida**. Edição original publicada por McGraw – Hill Book Company, Inc. 1956.

¹ Acadêmico do Curso de Administração da FACTU

² Acadêmica do Curso de Administração da FACTU

³ Professora do Curso de Administração da FACTU

⁴ Professora do Curso de Administração da FACTU

A CONTRIBUIÇÃO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO NO QUESITO RELAÇÕES INTERPESSOAIS

FERNANDES, Carlos Júnio Fernandes¹

ALVES JUNIOR, Ilson Batista²

OLIVEIRA, Maria Aparecida de³

Palavras-Chave: Relações interpessoais. Dignidade. Administração.

O presente artigo tem como principal objetivo refletir sobre a contribuição que o curso de Administração traz no quesito relações interpessoais. O ser humano é um ser social por natureza, ele vive em comum-idade, que se articula e se organiza através de instituições diversas, que são denominadas organizações, assim todas as atividades, sejam elas de produção de bens ou de prestação de serviços são realizadas dentro de organizações. Inicialmente, foi abordada a questão das relações interpessoais e a dignidade da pessoa humana. Assumiu-se o conceito de dignidade, Pequeno (2008, p. 25), como "a qualidade de quem é digno, ou seja, de quem é honrado, exemplar, que procede com decência, com honestidade. É um substantivo feminino que vem do latim *dignitate*, que significa honradez, virtude, consideração." Pode-se dizer que a finalidade da administração é estabelecer e alcançar os objetivos das instituições, tornar o trabalhador um realizador, além de discutir e analisar os impactos sociais e as responsabilidades sociais da empresa. Para que os objetivos dos administradores sejam alcançados, faz-se necessário que haja boas relações interpessoais entre todos na organização, devendo, portanto, passar pelos direitos de cada um dos envolvidos. Chiavenato (1999) diz que as pessoas como seres humanos, as pessoas como atividades inteligentes de recursos organizacionais e as pessoas como parceiras da organização são capazes de conduzir a organização à excelência e ao sucesso, fazendo investimento, tendo como pilar de sustentação o esforço, dedicação, responsabilidade comprometimento, dentre outros recursos, indispensáveis à nova administração. Assim, o curso de Administração busca a promoção das boas relações para que os futuros administradores alcancem bons resultados em seus empreendimentos. A metodologia utilizada foi revisão bibliográfica. Conclui-se que o curso de Administração contribui para a formação de boas relações interpessoais; para que estas aconteçam efetivamente, é preciso considerar os direitos de cada um dos envolvidos.

REFERÊNCIAS

CHIAVENATO, Idalberto **Administração nos novos tempos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

PEQUENO, Marconi. O fundamento dos Direitos Humanos. In: ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares et al. **Direitos Humanos: capacitação de educadores**. V. 1: Fundamentos histórico-filosóficos e político-jurídicos da Educação em Direitos Humanos. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2008.

¹ Acadêmico do Curso de Administração da FACTU

² Acadêmico do Curso de Administração da FACTU

³ Professora do Curso de Administração da FACTU

GESTÃO E TERCEIRO SETOR

AUGUSTO, Ailton Aparecido¹
BOTELHO, Laura Rodrigues²
SANTOS, Lidiane Campos³

Palavras-Chave: Gestão. Organização. Terceiro Setor.

Atualmente os gestores do terceiro setor vem passando por inúmeras dificuldades devido à falta de arrecadação, pois as organizações são entidades sem fins lucrativos, que se mantêm de doações de pessoas física e jurídicas, além de algumas verbas vindas dos governos, sendo importante ressaltar que, na maioria das vezes, os gestores precisam fazer malabarismo para que essas doações sejam o suficiente para manter as atividades da organização em funcionamento. De acordo com Souza (2004, p. 96), “[...] o Terceiro Setor é toda ação, sem intuito lucrativo, praticada por pessoa física ou jurídica de natureza privada, como expressão da participação popular, que tem por finalidade a promoção do direito social e de seus princípios”. De modo mais claro, para Gustavo Oliveira (2005, p. 465), o Terceiro Setor “[...] é o conjunto de atividades voluntárias desenvolvidas por organizações privadas não governamentais e sem ânimo de lucro (associações e fundações), realizadas em prol da sociedade”. Mas, vale ressaltar que um dos grandes desafios do Terceiro Setor é a Gestão, pois um gestor responsável por administrar essas intuições sem fins lucrativos, além de lidar com a falta de recursos para se manter, tem o obstáculo que é achar voluntários para ajudar nas atividades desenvolvidas dentro da intuição, devido às dificuldades do dia a dia e, com a crise que se avança, os trabalhos voluntários fica cada vez mais raros. Para Albuquerque (2006, p. 75), em uma organização do Terceiro Setor, gerência significa “[...] planejar, organizar, dirigir as atividades e os recursos de uma organização de forma coordenada, visando ao alcance da missão e dos objetivos previamente estabelecidos”. Complementando, Drucker (2002) ressalta que as dificuldades enfrentadas na gestão de organizações sem fins lucrativos, compreende a falta de entendimento, por parte dos voluntários, de considerarem a aplicação das técnicas de gestão como forma de obtenção de lucro. Todavia as instituições ‘sem fins lucrativos’ sabem que necessitam ser gerenciadas exatamente porque não têm um lucro convencional. Elas sabem que precisam aprender como utilizar a gerência como ferramenta para que esta não as domine. Elas sabem que necessitam de gerência para que possam se concentrar em sua missão. Na verdade, está ocorrendo um crescimento gerencial entre as instituições sem fins lucrativos.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Antônio Carlos Carneiro de. **Terceiro setor: história e gestão de organizações**. São Paulo: Summus, 2006.
- DRUCKER, Peter Ferdinand. **Administração de organizações sem fins lucrativos: princípios e práticas**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.
- OLIVEIRA, Gustavo Henrique Justino de. **O contrato de gestão na administração pública brasileira**. 2005. Tese (Doutorado em Direito do Estado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2005.
- SOUZA, Leandro Martins de. **Tributação de terceiro setor no Brasil**. São Paulo: Dialética. 2004.

¹ Acadêmico do Curso de Administração da FACTU

² Acadêmica do Curso de Administração da FACTU

³ Professora do Curso de Administração da FACTU

FATORES LIGADOS À QUALIDADE DE VIDA DO IDOSO DO LAR DOS VELHINHOS

VARGAS, Jonathan Arisio Fernandes¹
SILVA, Luiza Estefany Aparecida²
SOUZA, Moniely Gomes³
SANTOS, Lidiane Campos⁴

Palavras-Chave: Envelhecimento. Qualidade de Vida. Idoso.

A faixa etária da população está cada vez maior e com isso a necessidade de se preocupar com essa população tão carente de cuidados. Atualmente, o número de pessoas com mais de 80 anos chega a 69 milhões, e a maioria vive em regiões mais desenvolvidas. Apesar dos idosos com mais de 80 anos representarem aproximadamente 1% da população mundial e 3% da população em regiões desenvolvidas, esta faixa etária é o segmento da população que cresce mais rapidamente de acordo com o desenvolvimento do país e suas qualidades de vida melhoradas. A Organização Mundial da Saúde ressalta que o Brasil será o sexto país do mundo em número de idosos, até 2025. Ainda é grande a desinformação sobre a saúde do idoso e as particularidades e desafios do envelhecimento populacional. Entre 1980 e 2000 a população com 60 anos ou mais cresceu 7,3 milhões, totalizando mais de 14,5 milhões em 2000. O aumento da terceira idade foi significativo e a tendência é aumentar cada vez mais. Para Neri (2007), o envelhecimento humano é um processo universal, progressivo e gradual. Trata-se de uma experiência diversificada entre os indivíduos, para a qual concorre uma multiplicidade de fatores de ordem genética, biológica, social, ambiental, psicológica e cultural. A variabilidade individual e os ritmos diferenciados de envelhecimento tendem a acentuar-se conforme as oportunidades e constrangimentos vigentes sob dadas condições sociais. Diante desta situação um dos pontos que vem sendo estudado é a qualidade de vida destas pessoas. O conceito de qualidade de vida pode ser considerado amplo e de difícil definição. Sua terminologia varia segundo os diversos autores que utilizam sinônimos como “sentido da vida”, “felicidade”, “estado funcional”, “ajustamento social”, “satisfação”, “saúde”, “bem-estar”, entre muitos outros que são tão abstratos quanto os anteriores e, portanto, geram imprecisão e falta de clareza (FERREIRA, 2009). Já a qualidade de vida do idoso está intimamente relacionada com o conceito de envelhecimento ativo. Segundo a OMS (BRASIL, 2007), envelhecimento ativo é o processo de otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas ficam mais velhas.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Envelhecimento e saúde da pessoa idosa**. Brasília: Ministério da Saúde, 2007. 192 p.
- FERREIRA, A.L.C.B.M. **A qualidade de vida em idosos em diferentes contextos habitacionais**: a perspectiva do próprio e do seu cuidador. 2009. 94f. Dissertação (Mestrado Integrado em Psicologia) – Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2009.
- NERI, A.L. (Org.). **Qualidade de vida e idade madura**. 7. ed. Campinas: Papyrus, 2007. 285 p. (Coleção Viva idade).

¹ Acadêmico do Curso de Administração da FACTU

² Acadêmica do Curso de Administração da FACTU

³ Acadêmica do Curso de Administração da FACTU

⁴ Professora Orientadora do Curso de Administração da FACTU

OS LADRÕES DE QUALIDADE

CONCEIÇÃO, Thalita¹
SÁ, Thaís²
OLIVEIRA, Maria Aparecida de³

Palavras-Chave: Corrupção. Educação. Melhoria

Este trabalho tem por finalidade apresentar um resumo do texto de PEREIRA (2009). Trata-se principalmente do ensino escolar no Brasil, sendo considerado de baixa qualidade, um dos motivos é a falta de recursos financeiros ou mal aplicados por aqueles que são responsáveis. O planejamento não é feito corretamente pelas prefeituras e a prática da corrupção é frequente. Para a comprovação destas afirmações foram realizadas pesquisas por grupos de economistas universitários em 370 municípios, o que foi também comprovado, que a corrupção atinge a qualidade da aprendizagem. Algumas escolas não têm estruturas de qualidade, não há merendas, bibliotecas, transporte escolar e também não há professores capacitados. Assim, os diretores, os funcionários e os alunos são vítimas desses roubos. O país investe cerca de 15,5 bilhões por ano na educação, baseado no ano de 2008. A região nordestina é uma das piores onde a corrupção acontece, sendo uma das regiões do país que têm as escolas com péssimas condições, tanto estruturais quanto na baixa qualidade no ensino. Uma escola de uma cidade próxima a Belém do Pará, teve seus resultados com maiores irregularidades na utilização de suas verbas, ela representa uma das piores escolas do país. Em dias chuvosos nas salas de aulas, os alunos ficam molhados, devido às goteiras, a quadra é de piso de cimento e está todo quebrado. A reforma desta escola deveria ter ocorrido em 2004, porém, a prefeitura não agiu conforme o planejado. A pesquisa realizada pela Controladoria Geral da União (CGU), encontrou notas fiscais que constavam a compra de materiais para a obra, o que na verdade não saiu do papel. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), investigou cinquenta países e constatou a existência de duas medidas para baixar os níveis de corrupção. A primeira foi a criação de um sistema em que todas as informações orçamentárias fiquem disponíveis para todos os cidadãos. A segunda é a capacitação de secretários, técnicos e diretores de escola para que aprendam a fazer melhor uso do dinheiro que as escolas recebem. O Brasil é resultado de sucesso dessas medidas, mas ainda há muito a ser melhorado na educação brasileira. Fica claro, portanto, que a corrupção afeta diretamente a educação, levando à baixa qualidade da aprendizagem nas escolas públicas.

REFERÊNCIA

PEREIRA, Camila. Os ladrões de qualidade. **Revista Veja**, ano 42, n. 7, ed. 2100, p. 106-107, 18 fev./2009.

¹ Acadêmica do Curso de Administração da FACTU

² Acadêmica do Curso de Administração da FACTU

³ Professora Orientadora do Curso de Pedagogia e Administração da FACTU

NOSSO NEGÓCIO É MÚSICA

CAMPOS, Mirelly¹
SILVA, Walisson José²
OLIVEIRA, Maria Aparecida de³

Palavras-Chave: Planejamento. Organização. Bandas de Música.

O Objetivo deste trabalho é fazer um resumo do texto *Nosso Negócio é Música*, do autor Carlos André (2012). O texto fala sobre um projeto criado pelo SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio à Microempresa) MG, em que transforma arte em lucro, visando principalmente à área musical, na qual este projeto foi inserido. O projeto transforma bandas em estágio inicial, cujo público-alvo são os próprios colegas do ensino médio ou até mesmo da faculdade. O principal foco do projeto é ajudar os estudantes a organizar e planejar a entrada das bandas no mercado musical por meio de uma gestão consciente e por meio do marketing para uma melhor divulgação, assim atraindo novos públicos e garantindo o sucesso. No início, o projeto tinha apenas doze bandas e no ano posterior já contava com vinte e um grupos musicais participantes para desenvolver as competências fundamentais para a gestão da carreira artística, sendo ela uma carreira solo ou não. O projeto consiste em um curso que leva seus participantes a refletirem sobre o processo da produção para buscar melhores resultados. Dentre as ações oferecidas, está a construção de um plano de ação para instruir os participantes como agir em determinadas ocasiões e, também, a construção de um planejamento de carreira a médio prazo em uma média de cinco anos. A intenção do projeto é aumentar a comercialização da música a partir de um novo modelo voltado para novos mercados. Durante o período de organização, os integrantes analisam o que pode ser feito para melhorar a banda. O projeto motiva as bandas e dá a elas uma visão moderna do mercado musical atual. Assim sendo, até para fazer música é preciso ter planejamento, o planejamento envolve tudo na vida das pessoas.

REFERÊNCIA

ANDRÉ, Carlos. *Nosso negócio é música*. Capa. **Revista Passo a Passo**, Belo Horizonte/MG, ano XVIII, n. 138, p. 22-25, fev/mar. 2012.

¹ Acadêmica do Curso de Administração da FACTU

² Acadêmico do Curso de Administração da FACTU

³ Professora Orientadora do Curso de Pedagogia e Administração da FACTU

MOVIMENTO VOTO CONCIENTE E ELEIÇÕES

MOURA, Fabrício¹
VIANA, Cleiton Aguiar Cirino²
OLIVEIRA, Maria Aparecida de³

Palavras-Chave: Política. Cidadãos. Consciência. Voto.

Este trabalho tem por objetivo fazer um resumo do texto de Mariana Sales L. de Barros (2014), que busca conscientizar a população, que é leiga, quando se trata de direitos políticos. Os cidadãos simplesmente não se interessam, ou pior, não se importam com o direito ao voto, que foi conquistado com tanto sofrimento pela população, principalmente no que se trata dos direitos das mulheres que lutaram e ainda lutam constantemente para terem esses direitos. Atualmente, no Brasil, é possível notar que existe uma participação muito pequena por parte dos cidadãos na política interna. O pior tipo de analfabeto é o político, ele não fala, não participa, não sabe que sua qualidade de vida depende das decisões políticas, estas passam pelos corredores do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras Municipais, onde estão os representantes do povo, os que fazem as leis. Fazer política não é somente para profissionais da área, a vida das pessoas é marcada pela arte de negociar, não se pode omitir, essa é a pior forma de fazer política. Além de tudo, política é a ética de fazer acontecer e decidir pelo melhor caminho, o da responsabilidade, sem esquecer da transparência pública. A vida do cidadão só melhora quando o governo melhora a qualidade de distribuição de renda começando pela educação, assistência médica, alimentação, habitação, transporte, lazer e oportunidades para todos. Isso tudo depende unicamente do voto consciente da população que deve acompanhar e fiscalizar, cobrando promessas de campanha. O voto é uma conquista de muitos anos, a mulher por exemplo, só teve seu direito ao voto em 1932, entretanto, as restrições só acabaram em 1934 sendo obrigatório em 1946. Ainda hoje, depois de tantos avanços, a mulher é pouco representada no legislativo, a cultura política no Brasil sempre foi construída por homens e para homens, é preciso lutar por igualdade de condições entre ambos os sexos, com respeito mútuo, conscientizando o papel social da mulher. É de responsabilidade do eleitor estabelecer critérios para escolher os candidatos. Portanto, é extremamente necessário se pensar em modificações na atual política no país juntamente com a conscientização e maior participação por parte da população no atual processo político no Brasil.

REFERÊNCIA

BARROS, Maria Sales L. de. Movimento Voto Consciente e as Eleições. **Revista Páginas Abertas**. São Paulo, Ano 39, n. 57, p. 26-27, jan.fev/mar. 2014.

¹ Acadêmico do Curso de Administração da FACTU

² Acadêmico do Curso de Administração da FACTU

³ Professora Orientadora do Curso de Pedagogia e Administração da FACTU

NOVO FIES: influências implícitas na avaliação

ARAÚJO, Camila, Lima¹
BRANDÃO, Wállace Yander²
OLIVEIRA, Maria Aparecida de³

Palavras-Chave: Ensino Superior. Alterações do FIES. Impactos e Mudanças.

Este trabalho tem por finalidade apresentar um resumo do texto de Thiago Francisco (2015). O referido texto faz uma análise sobre os impactos causados pela nova regulamentação do FIES (Fundo de Financiamento Estudantil) nas instituições de ensino superior. Foram realizadas alterações no FIES que limitam o pleito pelo financiamento a alunos que obtiveram nota mínima de 450 pontos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), entretanto o ambiente educacional de nível superior não estava preparado para essas mudanças inesperadas. O IGC (Índice Geral de Cursos) apresenta uma série de possíveis impactos nas estratégias das instituições, sendo esses impactos legítimos ou não, causaram uma preocupação real à comunidade acadêmica. As instituições que não se enquadrarem aos novos termos poderão ter limitações negativas gerando diversas formas de prejuízo. As mudanças no FIES inicialmente foram vistas apenas de forma econômica, analisados os ganhos e perdas da medida toma pelo Governo, mas seu alcance ultrapassa estas questões pois os 450 pontos mínimos no ENEM afetam diretamente os indicadores, como o Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD), Exame Nacional de Desempenho do Estudante (ENADE) e o Conceito Preliminar de Curso (CPC). As instituições de ensino superior, ao receberem esses alunos com um nível mais elevado de conhecimento, estarão sujeitas a avaliações mais criteriosas por parte de indicadores, como o IDD no cálculo do conceito do ENADE e em seguida no (CPC), por isso cabe aos coordenadores dos cursos criarem padrões de ensino compatíveis com os novos ingressantes, mais capacitados, que utilizaram o FIES com medida a curto e longo prazo. As mudanças no FIES acarretarão mudanças significativas no cenário educacional de nível superior, podendo alterar índices de avaliação criando um novo perfil do corpo discente, corpo docente com maior titulação e regime de trabalho e políticas de gestão do estudante ingressante, isto é, o acompanhamento das notas do ENEM. Desse modo, as mudanças ocorridas no FIES provocaram um grande impacto nas instituições de ensino superior.

REFERÊNCIA

FRANCISCO, Thiago. Novo Fies: influências implícitas na avaliação. **Revista Ensino Superior**, ano 17, n. 196, p. 22-23, mar./2015.

NA TRILHA DO SUCESSO

¹ Acadêmica do Curso de Administração da FACTU

² Acadêmico do Curso de Administração da FACTU

³ Professora Orientadora do Curso de Pedagogia e Administração da FACTU

AVELAR, Cleber Alves¹
GOMES, Edvam Monteiro²
OLIVEIRA, Maria Aparecida de³

Palavras-Chave: Universidade. Sucesso. Empreendedorismo.

Este trabalho resume o texto Na Trilha do Sucesso, do autor Filipe Jahn (2012). O texto retrata a melhor e mais inovadora forma de despertar o espírito empreendedor. A potencialização dessa prática em uma instituição de ensino superior aconteceu na Universidade Internacional da Flórida (FIU), Estados Unidos. Essa Universidade criou um centro de empreendedorismo que envolveu diversos departamentos, professores e estudantes, objetivando implantar uma cultura empreendedora. Apesar das dificuldades encontradas no início de implantação do processo, o envolvimento de todos os departamentos da instituição foi a peça chave para alavancar o projeto. A experiência serviu como laboratório, e teve suas compensações. A sociedade acadêmica vem cada vez mais recrutando empreendedores, que saibam trabalhar em equipe, enfrentar novos desafios e promover transformações. No Brasil, instituições como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), pode-se dizer, é o pilar dessa edificação do empreendedorismo e vem colaborando e muito na disseminação dessa poderosa ferramenta de transformação. As Universidades brasileiras estão muito bem posicionadas no ensino do empreendedorismo, mas ainda há muito por fazer. Exemplo como a da FIU, poderia perfeitamente ser implantado nas instituições de ensino no Brasil, tomando as devidas precauções, para que não ocorram erros de gestão. O empreendedorismo é um caminho saudável, pelo fato de promover a inclusão mediante o aproveitamento do potencial humano, na geração de riquezas. O empreendedorismo está na cabeça dos universitários brasileiros, mas falta preparo, e é exatamente este o papel das instituições, prepará-los para um mercado de sucesso. Por isso, é necessária a criação de mecanismos que estimulem o desenvolvimento empresarial e geração de negócios, através do apoio a projetos de inovação, que possibilitem colocar no mercado produtos de conteúdo tecnológico. É fundamental canalizar a aplicação de recursos para o apoio a projetos de inovação, de forma a garantir a criação de novas empresas de base tecnológica. Assim, a exemplo do projeto criado pela Universidade Internacional da Flórida, fica o convite para as universidades brasileiras se empenharem mais no que diz respeito à implantação de uma cultura empreendedora.

REFERÊNCIA

JAHN, Filipe. Na trilha do sucesso. **Revista Ensino Superior**, ano 15, n. 170, p. 24-25, nov/2012.

COMBATER A DISCRIMINAÇÃO PARA PROMOVER A LIBERDADE

MACHADO, Amanda Caixeta⁴

¹ Acadêmico do Curso de Administração da FACTU

² Acadêmico do Curso de Administração da FACTU

³ Professora Orientadora do Curso de Pedagogia e Administração da FACTU

⁴ Acadêmica do Curso de Administração da FACTU

SILVA, Davélly Cezário¹
OLIVEIRA, Maria Aparecida de²

Palavras-Chave: Discriminação. Conscientização. Violência.

Este trabalho objetiva apresentar um resumo do texto *Combate a Discriminação para Cromar a Liberdade* de Leonardo Sá (2014). De acordo com o resultado de uma pesquisa realizada no ano de 2009, pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), em parceria com o Ministério da Educação (MEC), os negros e os homossexuais eram as principais vítimas de bullying nas escolas. Cerca 18.599 pessoas entre alunos, pais e professores, um total de 94,2% admitiram ter algum preconceito étnico-racial e 87,3% em relação à orientação sexual. Apesar dos dados não serem de hoje, a discriminação continua muito presente no ambiente de aprendizagem. A homofobia, o racismo e qualquer outro tipo de preconceito, devem ser combatidos em casa e não somente nas escolas, pois muitas das discriminações proferidas são reflexos do que as crianças/adolescentes veem em casa e escutam, como algum tipo de desaprovação e são influenciadas tornando-se adultos cheios de preconceitos. É dever do Estado dar aos educadores maiores orientações e formação adequada, porém, pouco se tem sido feito. Quanto ao gênero e orientação sexual, o Ministério da Educação e Cultura (MEC), conta com programas de formação, mas são poucas as ações. No que se refere à igualdade racial, as notícias são um pouco melhores. Em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), no Brasil, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi), do MEC, iniciou a distribuição das publicações da Síntese da Coleção *História Geral da África e História da Cultura Africana e Cultura Africana e Afro-brasileira na Educação Infantil*, em consonância com a Lei Federal nº 10.639, de 2003. É um avanço, mas há muito ainda a ser realizado. Faz-se necessária uma autoanálise constante, não perdendo de vista que a educação visa o bem comum. Enquanto houver estudantes sofrendo discriminação, seja por violência simbólica ou violência física, todos estão sendo violentados. É preciso, então, combater o preconceito na escola, garantindo a liberdade de cada um(a), conclui o autor.

REFERÊNCIA

SÁ, Leonardo. Combater a discriminação para promover a liberdade. **Revista Nova Escola**, São Paulo, ano 29, n. 222, p. 16-17, maio/2014.

**ADMINISTRAÇÃO MERCADOLÓGICA II E PSICOLOGIA APLICADA À
ADMINISTRAÇÃO: análise e aplicação no armazém do Elinho**

ARAÚJO, Camila Lima³

¹ Acadêmica do Curso de Administração da FACTU

² Professora Orientadora do Curso de Pedagogia e Administração da FACTU

³ Acadêmica do Curso de Administração da FACTU

AGRICULTURA SUSTENTÁVEL E O DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO

BRANDÃO, Wállace Yander¹
 CONCEIÇÃO, Thalita Alves da²
 MONTEIRO, Edvan³
 VIEIRA, Murilo Sousa⁴
 CORDEIRO, Thalita Teixeira Farias⁵
 MACHADO, Cláudia Aparecida⁶

Palavras-Chave: Psicologia. Marketing. Satisfação.

O projeto interdisciplinar aborda a Psicologia e o Marketing no contexto organizacional do Armazém do Elinho, analisando a contribuição dessas duas disciplinas para a satisfação do cliente através da identificação dos fatores desencadeadores do comportamento humano. Psicologia e administração formam uma parceria de sucesso quando falamos em pessoas, pois sendo o colaborador o recurso mais importante da organização, compreender seu comportamento e criar estratégias para melhorá-lo com qualidade e saúde no trabalho pode garantir à organização uma vida longa, o relacionamento com cliente também pode ser aprimorado neste sentido, pois a empresa pode identificar os fatores que lhe proporcionam satisfação. Um dos distúrbios do novo século é o estresse, uma síndrome muito presente na atualidade, afeta grande parte dos indivíduos prejudicando seu desempenho profissional até mesmo pessoal podendo desencadear doenças físicas e mentais. O estado do colaborador influencia muito em sua forma de tratar o cliente e desenvolver suas tarefas, estando diretamente ligado à satisfação do cliente, relação essa que pode determinar a fidelização ou perda do cliente para o concorrente. As novas estratégias do Marketing do século XXI e ferramentas como o CRM (gerenciamento do relacionamento com o cliente) aliada à comunicação utilizada em MKT abrem possibilidades inovadoras estratégicas na administração, para alcançar novos mercados e estar à frente da concorrência nesse sentido. Para analisar na prática os desafios enfrentados pelas empresas, no que diz respeito a estresse do colaborador e satisfação do cliente, realizou-se no presente trabalho uma pesquisa exploratória e descritiva no Armazém do Elinho e, através desta, foram elaboradas sugestões de melhoria de processos para otimização do tempo e dos resultados.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Maria Aparecida FERREIRA DE. **Psicologia aplicada à administração:** uma abordagem interdisciplinar. – São Paulo: Saraiva, 2005.
- BERGAMINI, Cecília Whitaker. **Psicologia aplicada à administração:** psicologia do comportamento organizacional. 4. Ed.- São Paulo: Atlas, 2005.
- FIORELLI, José Osmir. **Psicologia para administradores:** integrando teoria e prática. 4. Ed.- São Paulo: Atlas, 2004.

DIAS, Lucineide Barbosa⁷
 PEDRA, Bruno Samuel Assunção⁸

¹ Acadêmico do Curso de Administração da FACTU
² Acadêmica do Curso de Administração da FACTU
³ Acadêmico do Curso de Administração da FACTU
⁴ Acadêmico do Curso de Administração da FACTU
⁵ Professora Orientadora do Curso de Administração da FACTU
⁶ Professora Coorientadora do Curso de Administração da FACTU
⁷ Acadêmica do Curso de Pedagogia - FACTU
⁸ Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis - FACTU

PEREIRA, Izabela Coimbra¹
RODRIGUES, Letícia Ribeiro²
BALBINO, Michelle Lucas Cardoso¹

Palavra-chave: Alimentação. Agro sustentabilidade. Direitos Humanos.

O presente artigo tem o objetivo de conhecer o direito humano à alimentação e sua correção com a alimentação escolar e verificar como a agricultura sustentável pode contribuir para a garantia da alimentação escolar. Para tanto, utilizou-se de pesquisa bibliográfica, consulta em documentos e cartilhas do Estado brasileiro para identificar como é tratada a Agricultura Sustentável e o Direito Humano à alimentação. Primeiro, descreveu-se Direito Humano à alimentação adequada e sua correção com a alimentação escolar, apontando os direitos contidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos à alimentação e os mecanismos que regulamentam a alimentação escolar (ONU, 1948). Posteriormente, discutiu-se a agricultura sustentável e suas contribuições para a garantia da alimentação escolar, tratando dos paradigmas ambientais e os controles alimentares inerentes à alimentação escolar. (BURITY et al, 2010). Concluindo que o DHAA é fundamental para o desenvolvimento da sociedade, incidindo no crescimento educacional e diminuindo a evasão escolar. Nota-se o quanto é fundamental os repasses para alimentação escolar. Observou-se que a revolução verde não foi benéfica para o ecossistema, e que os programas de agricultura sustentáveis conseguem fornecer suprimentos para as instituições escolares, auxiliando a alimentação escolar e a preservação do meio ambiente, visando a uma das necessidades básicas dos Direitos Humanos.

REFERÊNCIAS

BURITY, Valéria et al. **Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional**: Brasília/DF. ABRANDH, 2010. Disponível em: [http://www.sswm.info/sites/default/files/reference_attachments/ABRANDH%20\(2010\).pdf](http://www.sswm.info/sites/default/files/reference_attachments/ABRANDH%20(2010).pdf) Acesso em: 05 Mar. 2017.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf> Acesso em: 05 Mar. 2017

¹ Acadêmica do Curso de Administração - FACTU

² Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis - FACTU

¹ Professora Orientadora do Curso de Direito - FACTU

CADERNO DE DIREITO

QUEM SÃO OS SUJEITOS DOS DIREITOS HUMANOS: o que pensam os acadêmicos de direito?

BRITO, Heloísa¹
ROCHA, Franciele²
NEVES, Dener³
GONÇALVES, Bruno⁴
DOMINGOS, Gleidson⁵
ANDRADE, Daniel⁶

Palavras-Chave: Direitos Humanos. Sujeitos. Acadêmicos de Direito.

Um direito é o poder de agir ou de exigir um comportamento dos outros, conseqüentemente, cada direito corresponde a um dever. Direitos humanos são direitos universais básicos como liberdade de expressão e opinião, liberdade religiosa, igualdade, direito à vida e também direitos sociais e econômicos como direito à saúde, à educação e à segurança. Todos direitos visam proteger a dignidade humana e são assegurados por normas jurídicas. Atualmente há um grande problema envolvendo a definição de quem são sujeitos de direitos humanos ou não. Todo ser humano é sujeito desses direitos a partir do momento em que nasce, portanto, é capaz de contrair obrigações e deveres na sociedade. Na atualidade, em tempos de redes sociais, somados aos problemas antigos, surgem novos questionamentos. Fruto da inserção no debate de muitos que veem o direito como se fosse partida de futebol, um filme ou uma novela na TV, onde sempre devem existir o mocinho e o vilão bem determinados. Afinal de contas, desejamos descobrir, realmente, quem é, diante desses novos parâmetros, o homem dos direitos humanos, quem pode ser sujeito desses direitos, bem como quais as principais repercussões dos direcionamentos e teorias adotadas na defesa dos direitos humanos e em assuntos de tamanha relevância, como os direitos do nascituro e a questão do aborto, encarados sob os pontos de vista filosófico e político. (ALENCAR, 2006). **Os objetivos** desta pesquisa são mostrar a compreensão dos estudantes de direito sobre quem são os sujeitos dos direitos humanos, explicar de onde vem esses direitos, o que são, como evoluíram ao longo da história e quais são os sujeitos detentores destes direitos. Esta pesquisa usará como **procedimentos metodológicos**, a pesquisa bibliográfica para a construção das seções acima descritas e será reforçada como uma coleta de dados em campo com a aplicação de um questionário a 40 acadêmicos do curso de Direito de diversos períodos com o propósito de responder à seguinte **problemática**: como os estudantes de Direito compreendem quem são os sujeitos dos direitos humanos?

REFERÊNCIA

ALENCAR, Myllena F. C. R. Quem são os sujeitos dos direitos humanos? **Revista Jus Navigandi**. Teresina, ano 11, n. 1110, 16 jul. 2006. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/8636>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

¹ Acadêmica do Curso de Direito - FACTU

² Acadêmica do Curso de Direito - FACTU

³ Professor do Curso de Direito - FACTU

⁴ Acadêmico do Curso de Direito - FACTU

⁵ Acadêmico do Curso de Direito - FACTU

⁶ Acadêmico do Curso de Direito - FACTU

A CONCILIAÇÃO NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS INTRAFAMILIAR: sob análise de procedimentos

SOUSA, Sâmylla Maelli Rodrigues¹
BALBINO, Michelle Lucas Cardoso²
ORIVALDO, Lucas Capanema³

Palavras-Chave: Conciliação. Conflito. Família

Desde o momento em que o homem começou a conviver em sociedade, passou a se relacionar com diversas formas de conflitos. E no poder judiciário não é diferente, pois o mesmo está em constante conflito principalmente nos processos que se trata do ambiente familiar. Contudo, resultou na conciliação que é um meio alternativo social para pacificar tais conflitos. Diante disso, a presente pesquisa consiste em responder à seguinte problemática: os procedimentos das audiências de conciliação nos processos de direito de família no município de Unaí têm garantido alternativas viáveis na resolução de conflitos? Tem como objetivo geral: analisar os aspectos jurídicos e sociais dos procedimentos realizados nas audiências de conciliações durante a resolução de conflitos e verificar os meios utilizados na pacificação desses conflitos. Como objetivos específicos para composição do referencial teórico da presente pesquisa, têm-se os seguintes: Estudar a importância da conciliação nos processos de direito de família, analisar o instituto da conciliação, bem como os mecanismos eficazes na resolução de conflitos, estudar o papel do conciliador na busca pela solução mais justa. Já para a realização da pesquisa empírica: verificar na composição processual se a realização das audiências foi de resultados significativos na solução de conflitos no município de Unaí. A presente pesquisa justifica-se por interesse em conhecer como são realizadas as audiências conciliatórias neste município, já que é obrigatoriedade no Código de Processo Civil e na área da família existem diversas questões interfamiliares com necessidade de análise.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Paula Cavalcante de. A conciliação na resolução de conflitos familiares. **Revista Jus Navigandi**, Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/20135>>. Acesso em: 28 abr.2017.

BRASIL. Lei nº13.015, de 16 de março de 2015 Planalto. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm. Acesso em: 23 abr.2017.

PORTAL CNJ - **Movimento pela Conciliação**. Disponível em <http://www.cnj.jus.br/programas-e-aco-es/conciliacao-e-mediacao-portal-da-conciliacao/movimento-conciliacao-mediacao>. Acesso em: 02 maio. 2017.

¹ Acadêmico do Curso de Direito da FACTU

² Professora Orientadora do Curso de Direito da FACTU

³ Professor Coorientador do Curso de Direito da FACTU

ESTUDO SOBRE A UTILIZAÇÃO DO CALENDÁRIO PROCESSUAL NA COMARCA DE UNAÍ/MG

BRANDÃO, Renato Aparecido Gomes¹
BALBINO, Michelle Lucas Cardoso²
CAPANEMA, Orivaldo Lucas³

Palavras-Chave: Negócio jurídico. Calendário. Aceleração procedimental.

A calendarização processual representa a novel categoria do que abrange os negócios jurídicos processuais, está prevista no art. 191 do CPC/2015, segundo o qual, de comum acordo, o juiz e as partes podem fixar calendário para a prática dos atos do processo. O objetivo do presente estudo consiste em pesquisar se a utilização dos calendários pactuados durante a instrução processual pode trazer benefícios de aceleração procedimental. A problemática almeja saber se o uso desse instituto processualístico é mesmo capaz de ser um instrumento valioso no combate ao tempo ocioso e desperdiçado ao longo dos procedimentos que tramitam perante a Comarca de Unaí/MG. Assim, o objetivo geral desta pesquisa funda-se em verificar se a utilização desse meio de acordo processual é capaz de acelerar a instrução de processos cíveis, em especial aqueles da 1ª Vara Cível da Comarca de Unaí/MG. Como objetivos específicos para a composição do referencial teórico têm-se os seguintes: conhecer as cláusulas gerais do negócio jurídico, investigando suas bases normativas no sistema material e processual do ordenamento jurídico brasileiro; identificar a extensão dos efeitos (e dos limites) dos acordos e convenções processuais durante a tramitação de demandas judiciais cíveis; bem como verificar os requisitos concernentes a esses acordos de calendarização. Já para a realização da pesquisa empírica, definiram-se como objetivos específicos empíricos os seguintes: pesquisar dados estruturais alusivos à Comarca de Unaí/MG, bem como de distribuição e baixa de feitos cíveis na 1ª Vara Cível da Comarca de Unaí; verificar o tempo médio gasto para a resolução das ações cíveis até o pronunciamento judicial pelo juízo de primeira instância na aludida Vara a ser pesquisada; além de conhecer as facilidades e entraves apontados pelas partes, magistrados e servidores na implementação do calendário processual. A presente pesquisa justifica-se por esse negócio jurídico trazer a possibilidade de ser um efetivo meio na aceleração processual, sobretudo, no combate aos tempos mortos do processo, que quase sempre alongam desnecessariamente a marcha processual. Deste modo, o estudo busca uma melhor forma de gerenciar os processos cíveis, de forma a saber, ate que ponto a inovação mencionada acima é capaz de trazer resultados salutareos em varas de competências cíveis, e diminuir o tempo de tramitação de cada feito. Diante disso, torna-se inevitável e essencial a exploração do tema, para averiguar as vantagens do aludido negócio jurídico processual, e, por conseguinte, obter a concepção democrática do formalismo processual, de modo que os feitos cíveis consigam alcançar a prestação jurisdicional justa e equânime, mas também, de forma célere e menos angustiante aos sujeitos da relação processual.

REFERÊNCIA

BRASIL, Lei 13.105 de 2015. **Código de Processo Civil**. Brasília, DF: Congresso Nacional, 2015.

¹ Acadêmico do Curso de Direito da FACTU

² Professora Orientadora do Curso de Direito da FACTU

³ Professor Coorientador do Curso de Direito da FACTU

A ECONOMIA SOLIDÁRIA E A GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS

OLIVEIRA Larissa Lorena Barbosa¹
LEMOS NETTO, Tulhyo Martins²
BALBINO, Michelle Lucas Cardoso³

Palavras-Chave: Economia solidária. Direitos humanos. Economia solidária no Brasil

A economia solidária é uma forma de se ter um desenvolvimento e crescimento diferenciado ao de empresas capitalistas, onde a hierarquia está fortemente presente; assim, no sistema de cooperativismo tem-se uma gestão mais maleável, mesmo sendo um sistema diferenciado do normalmente utilizado, ainda se têm todas as garantias e direitos que são encontrados nos demais tipos de gestão; com um destaque para os direitos humanos que trazem muitas e valiosas garantias para os trabalhadores (SINGER, 2015). O presente artigo tem como objetivo fazer uma análise para verificar como é aplicada a economia solidária no Brasil, e como é o funcionamento de empresas que se adaptam a ela. Para tanto, foi utilizada uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico para análise e elaboração do presente trabalho. Na primeira parte deste trabalho, analisou-se como é o funcionamento das cooperativas no Brasil, e em quais aspectos que este modelo de economia se destaca em relação aos demais. Na segunda parte, estudou-se como os direitos humanos estão presentes dentro das cooperativas, e quais garantias eles fornecem aos trabalhadores e cooperados que estão dentro de empresas que utilizam o sistema de cooperativismo que é onde se tem maior presença da economia solidária. Concluindo que, a economia solidária é uma alternativa viável, possível e que já se encontra aplicada no mercado brasileiro.

REFERÊNCIA

SINGER, Paul. **Economia solidária no Brasil**. Direção: Fundação Rosa Luxemburgo São Paulo, 2015. Disponível em: <<<https://youtu.be/í7J7Pehpdlc>>>. Acesso em: 18 mar. 2017.

¹ Acadêmica do Curso de Direito da FACTU

² Acadêmico do Curso de Direito da FACTU

³ Professora Orientadora do Curso de Direito da FACTU

O SUS E A GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS DO PACIENTE

COELHO, Karen Melissa Cardoso¹
SILVA, Thifane Thauany Ap. da²
SILVA, Pedro Victor Palma Borba da³
BALBINO, Michelle Lucas Cardoso da⁴

Palavras-Chave: SUS. Direitos humanos. Saúde.

A saúde não é entendida somente como um fator de produtividade, mas também como um direito do cidadão (SCHWARTZ, 2001). O direito humano à saúde, é universal para todas as pessoas e integral, na medida em que afirma que saúde é qualidade de vida e bem-estar. Dentro dos direitos humanos do paciente abordamos o SUS, que se trata de um conjunto de serviços à saúde prestados por órgãos ou instituições públicas federais, estaduais e municipais. O presente artigo tem o objetivo de falar sobre os direitos humanos baseando-se na saúde pública e na sua garantia. Para tanto, foi utilizada uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico para análise e elaboração do presente trabalho. Na primeira parte, descreveram-se os direitos humanos desde o princípio trazendo aos poucos sua estrutura e conceitos dos direitos humanos do paciente. Na segunda parte, discutiu-se sobre o que é o SUS, como ele funciona, por que foi criado, seus benefícios e seu desenvolvimento. E na terceira parte, descreveram-se as contribuições para a garantia dos direitos humanos do paciente. Concluindo que qualquer pessoa tem direito ao acesso à saúde pública e que, apesar do SUS ter sido criado para atender amplamente todos seus usuários, ainda há muitas melhorias para serem feitas.

REFERÊNCIA

SCHWARTZ, Germano. **Direito à saúde. Efetivação em uma perspectiva sistêmica.** Ed. Porto Alegre: Livraria do advogado, 2001.

¹ Acadêmica do Curso de Direito da FACTU

² Acadêmica do Curso de Direito da FACTU

³ Acadêmico do Curso de Direito da FACTU

⁴ Professora Orientadora do Curso de Direito da FACTU

ESTUPRO PRATICADO CONTRA MENOR DE 14 ANOS COM O SEU CONSENTIMENTO

ROCHA, Mislene de Araújo¹
BALBINO, Michelle Lucas Cardoso²
CAPANEMA, Orivaldo Lucas³

Palavras-Chave: Estupro. Menor de 14 anos. Consentimento.

O estupro de vulnerável, redigido pela Lei n.º 12.015/09 é tido como tema de relevante valor moral e social, atualmente, para o direito penal e também um tema polêmico e de grandes repercussões na doutrina. Tal fato deve-se à interpretação da vulnerabilidade da vítima e da presunção de violência a favor do agente, comprometendo a tipicidade da lei objetiva, descriminalizando a conduta do acusado, o que logo gera insatisfação social e grande impacto no poder judiciário e na aplicabilidade da norma penal. O objetivo geral desta pesquisa é conhecer o entendimento do poder judiciário da comarca de Unai/MG acerca da presunção total ou relativa do estupro contra menor de 14 anos. Têm-se como objetivos específicos teóricos para a composição do referencial teórico da presente pesquisa: estudar o conceito do crime de estupro de vulnerável; a flexibilização da presunção de violência no crime de estupro em virtude da Lei n.º 12.015/09 e, por fim, conhecer a aplicabilidade da lei em relação ao estupro consensual. Já para a realização da pesquisa empírica definiu-se conhecer o perfil das vítimas e sua origem social e verificar as decisões do judiciário unaiense em relação ao tema proposto. A escolha do tema tem como origem a curiosidade e o interesse sobre o assunto juntamente com os valores moral e social que tenho passado desde a infância e minha concepção quanto à reprovação da conduta exposta e, por fim, a importância que tem o tema no direito penal que tutela apenas os bens mais importantes para a sociedade.

REFERÊNCIA

BRASIL. **Lei n.º 12.015, de 7 de agosto de 2009.** Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e o art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal e revoga a Lei no 2.252, de 1º de julho de 1954, que trata de corrupção de menores. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112015.htm>. Acesso em abr. 2017.

¹ Acadêmica do Curso de Direito da FACTU

² Professora Orientadora do Curso de Direito da FACTU

³ Professor Coorientador do Curso de Direito da FACTU

AUDIÊNCIA PÚBLICA E A GARANTIA DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL: análise dos procedimentos existentes na Supram Noroeste de Minas Gerais

GRACIANO, Mariel Soares¹
BALBINO, Michelle Lucas Cardoso da²
CAPANEMA, Orivaldo Lucas³

Palavras-Chave: Audiências públicas. Democracia. Licenciamento

A presente pesquisa consiste em analisar as audiências públicas e a garantia da participação social. Para tanto, faz-se necessário um estudo dos procedimentos da Supram Noroeste Minas Gerais no que tange à participação popular na tomada de decisões dos licenciamentos ambientais, tendo em vista a conservação do meio ambiente e crescimento econômico de forma correta, respeitando os regulamentos específicos, visto que no panorama atual temos diversos problemas que, muitas vezes, são ignorados, ou pouco se sabe por parte da população afetada, da sua importância em questionar. Em sua maioria são pessoas simples e muitas vezes com pouco estudo, sendo assim, há certo abuso por parte das grandes empresas e fazendeiros locais. Assim, o objetivo geral desta pesquisa consiste em: verificar se as audiências públicas realizadas na Supram Noroeste de Minas Gerais estão garantindo às partes interessadas nas atividades potencialmente causadoras de impacto ambiental as devidas informações sobre o projeto e viabilizando a participação nas tomadas de decisões. Como objetivos específicos para composição do referencial teórico da presente pesquisa têm-se os seguintes objetivos: Conhecer o papel das partes interessadas nas atividades potencialmente causadoras de impacto ambiental e a influência nas tomadas de decisões; Verificar como é definido o acesso à informação ambiental e sua aplicação nas audiências públicas garantindo a participação social; e Estudar o instituto das audiências públicas e as legislações/jurisprudência aplicadas. Já para a realização da pesquisa empírica, definiram-se como objetivo específicos empírico o seguinte: verificar se as audiências públicas da Supram pesquisada estão seguindo os parâmetros legais. O presente projeto de pesquisa justifica-se tendo em vista as audiências públicas, procedimento administrativo de licenciamento ambiental, realizadas pela Supram Noroeste de Minas. Faz-se necessário verificá-las sob a luz da legislação se estas mesmas audiências estão dando a publicidade necessária sobre os impactos ambientais, garantindo o direito a democracia e o fortalecimento de instrumento da participação popular na tomada de decisão referentes aos bens de interesse públicos. Dando garantias a qualquer pessoa legitimamente interessada a concretizar o princípio da informação e da prevenção no âmbito do licenciamento ambiental. Para verificar se a população está sendo informada, se estão podendo discutir, tirar dúvidas e se suas opiniões estão sendo acatadas sobre os anseios da comunidade, em especial a população diretamente afetada.

REFERÊNCIA

CONAMA. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução nº 237, de 19 de dezembro de 1997**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res97/res23797.html>>. Acesso em: 03 maio 2017.

¹ Acadêmica do Curso de Direito da FACTU

² Professora Orientadora do Curso de Direito da FACTU

³ Professor Coorientador do Curso de Direito da FACTU

TERCEIRIZAÇÃO TRABALHISTA: a percepção dos juristas de Unaí acerca dos impactos da nova lei sobre os direitos dos trabalhadores

FERREIRA, Juliana da Silva¹
BALBINO, Michelle Lucas Cardoso da²
CAPANEMA, Orivaldo Lucas³

Palavras-Chave: Terceirização. Impactos positivos e negativos. Direitos trabalhistas

A nova lei de terceirização (Lei nº 13.429/17) que dispõe sobre o trabalho terceirizado pode ser exercida para todas as atividades das empresas e várias atividades do Estado, regulamenta aspectos do trabalho temporário, aumentando de três para seis meses o tempo máximo de sua duração. Diversos setores produtivos, em suas duas modalidades, interna e externa, também têm utilizado o trabalho terceirizado não só como forma de especialização produtiva, como sustenta o discurso empresarial, mas também, com o objetivo maior de redução dos custos de produção, e com isso incide em péssimas condições de trabalho e baixos salários. (SOUZA, 2015). Em virtude disso, esta pesquisa se propõe a responder à seguinte **problemática**: qual a percepção dos juristas de Unaí-MG acerca dos impactos da nova lei de terceirização sobre os direitos? Assim, com vistas a responder a essa pergunta problema, é necessário que o seguinte **objetivo geral** seja cumprido: Identificar quais são as consequências para o trabalhador com a nova lei de terceirização. Para cumprir o objetivo geral, os seguintes **objetivos teóricos** deverão ser cumpridos ao longo do referencial teórico: Verificar as principais alterações da nova lei de terceirização no Brasil; verificar quais são os pontos negativos da nova lei de terceirização; verificar quais são os pontos positivos da nova lei de terceirização. A pesquisa será realizada em campo pretende satisfazer aos seguintes **objetivos empíricos**: identificar por meio de questionários qual é o posicionamento dos juristas de Unaí acerca dos impactos da nova lei sobre os direitos. A presente **pesquisa justifica-se** em visionar as áreas que serão beneficiadas e afetadas pela nova lei de terceirização, e qual o impacto poderá ocorrer em uma cidade no interior de Minas Gerais, com isso o acadêmico leitor obterá grandes conhecimentos e informações sobre o assunto.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Nº 13.429, de 31 de março De 2017**. Altera dispositivos da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. Poder Executivo, Brasília, DF, 31 mar. 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13429.htm>. Acesso em: 30 de abr. 2017.

SOUZA, Ana Gabriella Reis. **A terceirização trabalhista externa no setor brasileiro de confecções e a sua regulação pelo Tribunal Superior do Trabalho**. 83 f. Monografia-(Graduação em Direito) -Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, 2015.

¹ Acadêmica do Curso de Direito da FACTU

² Professora Orientadora do Curso de Direito da FACTU

³ Professor Coorientador do Curso de Direito da FACTU

REINTEGRAÇÃO SOCIAL DOS INIMPUTÁVEIS EM CONFLITO COM A LEI: estratégias de melhoria frente à legislação existente

BARBOSA, Gustavo Henrique¹
BALBINO, Michelle Lucas Cardoso da²
CAPANEMA, Orivaldo Lucas³

Palavras-Chave: Reintegração. ECA. Socioeducativo.

Preceitua a Constituição Federal que é “dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação exploração, violência, crueldade e opressão” (BRASIL, 1988). A Lei nº 8.069/1990 (denominada Estatuto da Criança e do Adolescente) é texto normativo competente para a aplicação das medidas socioeducativas e dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. Nesse sentido, o presente projeto de pesquisa busca responder à seguinte problemática: **quais os meios oferecidos para a reintegração dos adolescentes em conflito com a lei, no centro socioeducativo de Unaí-MG?** Assim com vistas a responder a essa pergunta problema definiu-se o seguinte **objetivo geral:** identificar meios oferecidos para a reintegração do adolescente na comunidade. Para cumprir o objetivo geral, propõem-se os seguintes **objetivos teóricos específicos** que deverão ser cumpridos ao longo do referencial teórico: estudar os direitos fundamentais dos adolescentes em conflito com a lei; identificar os fatores que levam o adolescente a praticar infrações penais; e por fim conhecer os mecanismos legais e disponíveis para a reintegração dos adolescentes. A pesquisa será realizada em campo e pretende satisfazer aos seguintes **objetivos empíricos:** verificar por meio de entrevista entre os adolescentes do socioeducativo de Unaí-MG quais os meios utilizados para um melhor desenvolvimento de sua reintegração social. A presente pesquisa justifica-se pela importância em contribuir nos melhoramentos dos meios de ressocialização da criança e do adolescente na unidade de atendimento socioeducativo de Unaí-MG, que demonstra uma fragilidade em regenerar o adolescente para a integração na sociedade.

REFERÊNCIA

Brasil. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em:30 abr. 2017.

¹ Acadêmico do Curso de Direito da FACTU

² Professora Orientadora do Curso de Direito da FACTU

³ Professor Coorientador do Curso de Direito da FACTU

MULHERES NO HOMICÍDIO – VÍTIMAS E AUTORAS: uma pesquisa de gênero em Unaí/MG

BARBOSA, Fernanda Gonçalves¹
BALBINO, Michelle Lucas Cardoso da²
CAPANEMA, Orivaldo Lucas³

Palavras-Chave: Homicídio. Gênero. Igualdade

O trabalho terá como objeto de análise julgamentos de homicídios (tribunal do júri) de Unaí-MG, tendo como foco os casos de mulheres como vítimas e como autoras. O presente trabalho se justifica como uma análise crítica aos julgados do tribunal do júri em razão do gênero, com uma perspectiva jurídica quanto à igualdade de gênero trazida pela Constituição e traz também um cunho jurídico através das análises de homicídios com uma análise de gênero. Para tanto, propõe-se a seguinte problemática: como estão sendo julgados os casos de homicídios do tribunal do júri de Unaí-MG, há igualdade de gêneros? O objetivo geral desta pesquisa consiste em verificar os casos de homicídios qualificados do tribunal do júri de Unaí-MG, com um olhar de gênero, verificando os motivos e destacando quando eles as matam e quando elas os matam. Como objetivos específicos para composição do referencial teórico da presente pesquisa têm-se os seguintes: estudar os crimes de homicídio e o processamento do tribunal do júri; verificar as teorias existentes em relação ao perfil de vítimas e autores em crimes de homicídios e, por fim, definir as relações de gênero existentes na perspectiva jurídica quando do cometimento de crimes. Já para a realização da pesquisa empírica, definiram-se como objetivos específicos empíricos: levantar dados de homicídios de homens contra mulheres; levantar dados de homicídios de mulheres contra homens; analisar os julgamentos para ver se há desigualdade nos julgamentos em face do gênero e, por fim, analisar os discursos dos agentes jurídicos, procurando compreender que aspectos das relações de gêneros são trazidos à tona para fundamentar as teses de acusações e defesa, explicando como o espaço do tribunal do júri também contribui para produzir sentidos de gênero.

REFERÊNCIA

FACHINETTO, Rochele Feline. **Quando eles as matam e quando elas os matam:** uma análise dos julgamentos de homicídios pelo tribunal do júri. Tese (doutorado) – Universidade federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Porto Alegre/RS, 2012.

¹ Acadêmica do Curso de Direito da FACTU

² Professora Orientadora do Curso de Direito da FACTU

³ Professor Coorientador do Curso de Direito da FACTU

DEFICIÊNCIA FÍSICA E A INACESSIBILIDADE DO DEFICIENTE FÍSICO (CADEIRANTE) NO MUNICÍPIO DE UNAÍ-MG

MELO, Danniela Susan da Silva¹
BALBINO, Michelle Lucas Cardoso da²
CAPANEMA, Orivaldo Lucas³

Palavras-Chave: Inaccessibilidade. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Direitos Fundamentais.

A Lei nº 13.146/15 - Estatuto da Pessoa com Deficiência - tem o objetivo de promover a inclusão social e resguardar o princípio da igualdade (BRASIL, 2015). Não há um interesse em tutelas especiais, mas apenas igualdade de direitos. Nesse sentido, busca-se responder à seguinte problemática: os estabelecimentos públicos de Unaí-MG estão cumprindo os requisitos legais previstos na Legislação de acessibilidade? Assim, com vistas a responder a essa pergunta problema é necessário que pelo seguinte objetivo geral analisar se as leis que garantem a acessibilidade dos deficientes físicos nos estabelecimentos públicos estão sendo respeitadas no município de Unaí-MG. Os objetivos teóricos específicos que deverão ser cumpridos ao longo do referencial teórico são os seguintes: verificar na legislação internacional quais as garantias de acessibilidade dos deficientes físicos, conhecer na legislação nacional quais as garantias de acessibilidade dos deficientes físicos, e por fim, verificar quanto aos vulneráveis como garantia de direitos humanos, A pesquisa será realizada em campo e pretende satisfazer aos seguintes objetivos empíricos: identificar o quanto o Estatuto da pessoa com Deficiência não atende a sua finalidade com efetividade aos cadeirantes no Município de Unaí; avaliar o quanto seu cumprimento legal traria um benefício aos cadeirantes do Município de Unaí, e por fim, verificar a viabilidade de propositura de uma maior fiscalização, por parte dos órgãos competentes, em conjunto com entidades civis e aplicação de sanções severas em seu descumprimento em respeito aos deficientes físicos. Com isso a presente pesquisa justifica-se por querer o porquê do descumprimento, assim sendo, o descaso com o que garante os direitos dos deficientes físicos, uma vez que estão assegurados no Estatuto do Deficiente. Para o mundo acadêmico é importante para fomentar estudo na área, uma vez que não há grandes números de pesquisas jurídicas, tão pouco leituras doutrinárias sobre o assunto, essa lei no Brasil não produz plena efetividade, embora existindo um grande número de deficientes e não sendo muito conhecida pelos cidadãos. Logo, a partir da legislação, começa a luta por uma busca a efetividade, na qual a legislação seja aplicada e sirva para alcançar a integração e a igualdade das pessoas com deficiência física.

REFERÊNCIA

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Planalto.

¹ Acadêmica do Curso de Direito da FACTU

² Professora Orientadora do Curso de Direito da FACTU

³ Professor Coorientador do Curso de Direito da FACTU

POLÍTICA DE IMIGRAÇÃO BRASILEIRA FRENTE ÀS DECISÕES DA COMISSÃO E CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

FERNANDES, Daniel Gonçalves¹
BALBINO, Michelle Lucas Cardoso da²
CAPANEMA, Orivaldo Lucas³

Palavras-Chave: Imigração. CIDH. Judiciário Brasileiro.

A imigração para o Brasil vem crescendo, conforme aponta dados da Polícia Federal, em 10 anos o número de imigrantes aumentou em 160% no Brasil (VALESCO, MANTOVANI, 2016). Assim, leva-se a seguinte problemática: como o poder judiciário Brasileiro está se portando frente aos imigrantes, tendo em vista as decisões da Comissão e Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)? Uma vez que o Brasil no cenário mundial tem sendo visto como meio de refúgio para os imigrantes que vivem em zonas de conflito, o judiciário brasileiro detém uma responsabilidade de assegurar os direitos destes ao se tratar de direitos humanos. O objetivo geral desta pesquisa consiste em: verificar o posicionamento do poder judiciário brasileiro frente aos direitos dos imigrantes resguardados pelas Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica) e Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros de suas Famílias. Como objetivos específicos para composição do referencial teórico da presente pesquisa têm-se os seguintes objetivos: verificar o atual quadro da imigração no Brasil e no mundo, identificando as principais afrontas aos direitos dos imigrantes; averiguar os direitos dos imigrantes resguardados pela legislação internacional; estudar a legislação nacional juntamente ao poder judiciário. Já para realização da pesquisa empírica, definiram-se como objetivos específicos empíricos os seguintes: conhecer o posicionamento da CIDH em relação aos Imigrantes; verificar a existência e analisar os casos brasileiros na CIDH; e, por fim, conhecer os casos brasileiros no STF e STJ efetuando comparação com as decisões da CIDH. O presente projeto de pesquisa justifica-se, pela sua importância em analisar se realmente o poder judiciário brasileiro (STF e STJ) detém capacidade para assegurar os direitos garantidos na Convenção acima. Se o Estado está fazendo seu papel, tendo em vista que não vem cuidando de forma correta nem do próprio brasileiro no país.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 678. **Convenção Americana sobre Direitos Humanos** (Pacto de São José da Costa Rica). 22 de novembro de 1969. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/anexo/and678-92.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2017

VALESCO, Clara; MANTOVANI, Flávia. **Em 10 anos, número de imigrantes aumenta 160% no Brasil, diz PF**. São Paulo, 25 jun. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/06/em-10-anos-numero-de-imigrantes-aumenta-160-no-brasil-diz-pf.html>>. Acesso em: 24 abr. 2017.

¹ Acadêmico do Curso de Direito da FACTU

² Professora Orientadora do Curso de Direito da FACTU

³ Professor Coorientador do Curso de Direito da FACTU

O ABANDONO DE IDOSOS COMO REFLEXO DO NÃO CUMPRIMENTO DA RECIPROCIDADE DE ALIMENTOS ENTRE PAIS E FILHOS

CAMARGOS, Breno¹
BALBINO, Michelle Lucas Cardoso da²
CAPANEMA, Orivaldo Lucas³

Palavras-Chave: Pensão alimentícia. Reciprocidade. Abandono de Idosos.

Nos últimos anos, tornou-se perceptível que a população idosa no Brasil tende a crescer mais e mais, o que por sua vez vem a ser algo que deve ser comemorado, pois tal crescimento numérico vislumbra que esses idosos estão possuindo uma qualidade de vida melhor, possibilitando assim uma maior longevidade. Porém, com o crescimento da massa idosa no país, conseqüentemente, também ocorrerá o aumento dos problemas envolvendo-os, entre eles as agressões físicas, morais e psicológicas, abandono, abusos e tantos outros. Em Unai-MG, cidade onde serão realizados os estudos e pesquisas, segundo dados do IBGE de 2010, a população com idade de 60 anos acima, compreende o número de 7303 idosos, o que corresponde a 9,41% da população. O objetivo geral desta pesquisa consiste em verificar se a falta da reciprocidade de alimentos entre pais e filhos, prevista na Lei nº 5.478, pode ser considerada como justificativa para o alto índice de abandono de idosos no Asilo Frei Anselmo. Como objetivos específicos para composição do referencial teórico da presente pesquisa, têm-se os seguintes objetivos: estudar e conceituar a pensão alimentícia e seus vínculos, conhecendo o que vem a ser a reciprocidade de alimentos entre pais e filhos frente a Lei e conhecer os conceitos jurídicos do abandono de idosos e também conhecer o papel da institucionalização de idosos. Já para a realização da pesquisa empírica, definiram-se como objetivos específicos empíricos: analisar o perfil biopsicossocial dos internos do asilo; verificar, através de entrevista, o que levou à internação do idoso no asilo e se houve a prestação ou a possibilidade de pagamento de alimentos dos filhos para com os pais ou dos pais para com os filhos. O presente projeto de pesquisa justifica-se visa porque ter como público alvo toda a sociedade acadêmica, a instituição na qual será realizada a mesma e a sociedade como um todo, fazendo necessário demonstrar a existência da reciprocidade de alimentos existente na própria Lei. Assim, a pesquisa possui a finalidade de fomentar as pesquisas voltadas para o âmbito do Direito de Família em consonância com o Estatuto do Idoso com a intenção de retratar realmente a realidade em que os idosos vivem, analisando o próprio local, os problemas vivenciados e a opinião dos internos.

REFERÊNCIA

BRASIL. IBGE, **Levantamento da cidade de Unai-MG**, 2010. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/mg/unai/panorama>>. Acesso em: 26 abr. 2017.

¹ Acadêmico do Curso de Direito da FACTU

² Professora Orientadora do Curso de Direito da FACTU

³ Professor Coorientador do Curso de Direito da FACTU

SISTEMA PENITENCIÁRIO: análise da ineficiência por parte do Estado na ressocialização e a reincidência na prática de delitos na 16ª. RISP

COSTA, Adriano Marcos da¹
BALBINO, Michelle Lucas Cardoso da²
CAPANEMA, Orivaldo Lucas³

Palavras-Chave: Ineficiência, Ressocialização, Reincidência.

Na atualidade, o Sistema Penitenciário Brasileiro vem passando por uma crise que se arrasta desde longos anos. Crise esta que pode ser citada em diversos aspectos, tais como, estrutura física dos estabelecimentos prisionais, a pouca capacitação dada aos servidores, o pouco contingente de agentes prisionais no enfrentamento das superpopulações encarceradas, com isso a falta de instalações seguras necessárias e a exposição à violência de facções criminosas tanto o servidor como a população. Nesse sentido, busca-se responder à seguinte **problemática**: quais as falhas do poder público na garantia da ressocialização do apenado, para evitar a reincidência criminal? Assim, com vistas a responder à problemática é necessário que o seguinte **objetivo geral** seja cumprido: analisar sobre o sistema penitenciário mineiro vigente, sua ineficácia na ressocialização e a reincidência criminal na 16ª RISP. Os **objetivos teóricos específicos** deverão ser cumpridos ao longo do referencial teórico: analisar sobre a finalidade da aplicação da pena verificar a eficácia da lei de execução penal, e, por fim, verificar as possíveis condutas para garantia da eficácia da execução penal concretizando as finalidades da pena. A pesquisa será realizada em campo e pretende satisfazer aos seguintes objetivos **empíricos**: analisar no presídio e na penitenciária de Unaí, unidades da 16ª RISP, o fator ressocialização, reincidência e do ponto de vista dos servidores, dos presos provisórios, os detidos ou reclusos em cumprimento de execução penal. Com isso, a presente pesquisa justifica-se em saber importância desta pesquisa requer. No âmbito acadêmico, para o campo do saber, é de grande importância que o tema o trabalho aqui desenvolvido, uma vez que na atualidade muito está se falando sobre o sistema carcerário brasileiro e vem sendo debatido sobre esse tema uma gama de pontos a serem questionados e implementados em políticas públicas, um maior rigor por parte do poder público em cumprir com o que é positivado. Busca-se conhecer a finalidade da lei de execução penal frente à figura da ressocialização, visando à compreensão da reincidência criminal prevista no art.63 do Código Penal vigente, como consequência da ineficácia da ressocialização, estudando o que ocorre de erros na gestão pública do sistema prisional brasileiro. Acredito que um verdadeiro engajamento por parte do poder estatal em desenvolver inicialmente o que já se existe com efetividade o que já encontra disposto, seria deixado de praticar atos somente de modo imediatista, ou seja, pensar em resolver o problema somente no seu descontrole.

REFERÊNCIA

BRASIL. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984.** Institui a Lei de Execução Penal. Planalto. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm>. Acesso em: 03 maio 2017.

¹ Acadêmico do Curso de Direito da FACTU

² Professora Orientadora do Curso de Direito da FACTU

³ Professor Coorientador do Curso de Direito da FACTU

RELAÇÕES ENTRE DIREITOS HUMANOS E DIREITO DE PASSAGEM (DIREITO DE VIZINHANÇA)

SOUSA, Alex Bruno Alves¹
MORATO, Leonardo Furtado²
MELO, Paulo Giovanni Rodrigues de³

Palavras-Chave: Direitos Humanos. Liberdades Básicas. Passagem forçada

O presente artigo tem o objetivo de argumentar sobre os Direitos Humanos e sobre o Direito de passagem, este trata-se de um direito de vizinhança. Serão apontados relações entre esses direitos, também, será abordado um princípio de direitos humanos que faça ligação com o direito de vizinhança relacionado ao direito de passagem. Ademais, serão apontados as formas de direito de passagem como a passagem forçada, passagem de cabos e tubulações, Das águas, Árvores Limítrofes, Limites entre prédios e direito de tapagem Direito de construir. A origem do conceito dos direitos humanos está na filosofia que define os "Direitos Naturais", os quais supostamente eram atribuições por um Deus. Direitos Humanos são os direitos e liberdades básicas dos seres humanos. O conceito de Direitos Humanos também está ligado com a idéia de liberdade de pensamento, de expressão e igualdade de todos perante a lei. A ONU adotou essa declaração com o objetivo de promover a paz mundial, de fortalecer os direitos humanitários e de evitar guerras. Essa, apesar de não obrigar juridicamente que todos os estados a respeitem, ela tem uma grande importância mundial. Aborda-se também sobre o Direito de vizinhança, que é um ramo do Direito Civil, e objetivamente o Direito de Vizinhança, que define regras básicas da situação da vizinhança, buscando a satisfação de interesses dos proprietários opostos. Fala-se sobre o Direito de passagem que deriva do direito de vizinhança. Ao ponto que o Direito de passagem é uma das regras que limitam o direito a fim de evitar conflitos entre proprietários de prédios contíguos. Faz-se uma diferenciação entre "Passagem Forçada" que se trata de um direito de vizinhança, diferenciando da "Servidão de Passagem que é um direito real. Portanto, a servidão se distingue do direito de passagem pela fonte e pela finalidade, porque as servidões visam criar vantagens para a propriedade dominante. E por fim, respondendo a problemática, sobre por que o proprietário vizinho tem que ceder passagem, assim estabelecendo esse direito? Portanto, o direito à passagem forçada preside na solidariedade as relações de vizinhança e na necessidade econômica para se aproveitar devidamente o prédio encravado, nos termos do art. 1.285, caput, do Código Civil.

REFERÊNCIA

TARTUCE, Flavio. **Direito Civil, v.4:** Direito das Coisas. Rio De Janeiro: Forence, 2016.

¹ Acadêmico do Curso de Direito da FACTU

² Acadêmico do Curso de Direito da FACTU

³ Professor Orientador do Curso de Direito da FACTU

DIREITOS HUMANOS E A RELAÇÃO COM A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE

LIMA, Débora Cristina de Sousa¹
FERNANDES, Laryssa Stefani Marques²
PIRES, Uender Ferreira³
MELO, Paulo Giovanni Rodrigues de⁴

Palavras-Chave: Propriedade. Função Social. Direitos Humanos

O presente artigo tem como tema central a relação dos Direitos Humanos com a função social da propriedade, temas estes tratados pela Constituição Federal de 1988 e também pelo Código Civil Brasileiro de 2002. No período hodierno a grande maioria da população tem a falsa ideia de que os Direitos Humanos só servem como meio de proteção ao preso. Porém, é uma forma muito equivocada decorrente da falta de informação, ou pelo excesso de informações distorcidas. A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 estabeleceu os princípios fundamentais dos seres humanos, e o Brasil adotou estes princípios que estão expressos na Constituição Federal de 1988, sendo alguns deles, como o direito à vida, liberdade de expressão, de pensamento e de crença, direito de ir e vir, e também o direito à propriedade, dentre outros. É previsto na Constituição que todos têm direito à propriedade, desde que exercida a sua função social. Entende-se pela teoria da função social da propriedade que é dever de todos empregar esforços no sentido de convivência em sociedade contribuindo para o bem-estar coletivo. A principal motivação da existência dessa teoria é pelo fato de que o indivíduo em sociedade poderá fazer uso de seu bem ou bens, desde que cumpra o seu dever com a sociedade de não desrespeitar as normas legais e morais estabelecidas. O ser humano, por natureza, tem o costume de se apropriar de coisas para satisfazer a suas vontades, mas há de se observar que, para que haja essa satisfação, certas determinações e normas devem ser observadas, e por este motivo, este trabalho visa esclarecer e sanar algumas dessas questões. A questão da função social da propriedade é de extrema importância, pois todos somos cidadãos de direitos e deveres, portanto, ninguém será privado de nada, se cumprida com as determinações da lei. Porém, muitas vezes por desconhecimento da lei ou não, acontece o descumprimento do princípio da função social da propriedade. Com intuito de esclarecer sobre este princípio e sua ligação com os direitos humanos previstos na Constituição, discutiremos acerca do tema. Concluindo, pode-se dizer que o Direito de propriedade é um direito subjetivo de uma pessoa em relação a outras, sendo a propriedade, o objeto dessa relação. É inerente ao ser humano se apropriar de objetos de seu desejo, neste caso a propriedade do objeto rege pelos direitos e deveres do cidadão enquanto proprietário.

REFERÊNCIAS

- MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de direito civil: direito das coisas**. 36 ed. São Paulo: Saraiva, 2004.
- FIGUEIREDO, Guilherme José Purvin. **A propriedade no direito ambiental**. 3 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.
- DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro: direito das coisas**. 20 ed. São Paulo: Saraiva, 2004, V. 4.

¹ Acadêmica do Curso de Direito da FACTU

² Acadêmica do Curso de Direito da FACTU

³ Acadêmico do Curso de Direito da FACTU

⁴ Professor Orientador do Curso de Direito da FACTU

DIREITO À PROPRIEDADE E SUA FUNÇÃO SOCIAL

ROCHA, Fábio Euler José da¹
OLIVEIRA, João Carlos²
MELO, Paulo Giovanni Rodrigues de³

Palavras-Chave: Propriedade; Função Social; Direitos Humanos.

Este trabalho tem o principal objetivo abordar o direito adquirido ao longo dos anos em relação à propriedade, apontando a exigência desta, privada ou pública, e terá que atender sua função social, direito este garantido na Constituição Federal de 1988. A Carta Cidadã estabelece em seu artigo 5º, inciso XXII, ser garantido o direito de propriedade. De outro lado, no inciso XXIII do mencionado dispositivo afirma que a propriedade atenderá a sua função social, criando claramente uma limitação àquele direito. Explica Costa (2003) que o pilar da propriedade possui ligação com o estado de natureza. A necessidade de sobrevivência fez com que os indivíduos se agrupassem em sistema de cooperação mútua, levando a crer que a primeira propriedade erigida tenha sido a comunal, e não a privada, considerando-se o vínculo da terra com os grupos familiares e religiosos. Dentre todas as constituições brasileiras, a que mais se preocupou com a função social da propriedade é a atual Constituição Federal. O papel da função social da propriedade privada é submeter aos interesses coletivos os interesses individuais, o que significa não diminuir nenhum direito de propriedade ao invocar-se a função social da mesma, mas significa a existência do poder-dever do proprietário, devendo este dar uma destinação determinada à propriedade. (COSTA, 2003). O cumprimento da Função Social da Propriedade não é um mecanismo revolucionário, mas um mecanismo conquistado dentro do Estado do bem-estar social que prevê antes de tudo, que todos têm direito a viver bem. Desse ponto de vista, numa ocupação em um terreno, para fins de moradia, de um terreno improdutivo e abandonado, no qual o proprietário não exerce o direito de posse, que não serve sequer ao lazer e que pela sua localidade e tamanho, esta propriedade precisa, necessariamente, atender a uma finalidade social, não é mera invasão. Trata-se, na verdade, de uma ação política que visa colocar à prova a eficácia dos preceitos constitucionais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 04 maio 2017.

COSTA, Cássia Celina Paulo Moreira da. **A constitucionalização do direito de propriedade privada**. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2003.

¹ Acadêmico do Curso de Direito da FACTU

² Professora Orientadora do Curso de Direito da FACTU

³ Professor Coorientador do Curso de Direito da FACTU

DIREITOS HUMANOS: fundamentos de posse e direito à moradia

AMARAL, Gerson Uriel Teixeira do¹
GOMES, Matheus Oliveira²
ROCHA, Mislene de Araújo Rocha³
MELO, Paulo Giovanni Rodrigues de⁴

Palavras-Chave: Direitos. Humanos. Moradia.

Quando se fala em direitos humanos há que se falar na Declaração Universal dos Direitos Humanos, que foi um marco histórico na positivação internacional assinada em 1948, constando os direitos que todo ser humano tem, independentemente de fatores sociais ou classes a que pertencem. Ressalta-se que a mesma foi adotada pelo Brasil. Na declaração esses elencados direitos, entre eles, direito à vida, à educação, direito à habitação, etc. No Artigo 25º inciso I da Declaração Universal de Direitos Humanos, destacam-se os direitos de segunda geração, que são os direitos sociais, e em especial, o direito à moradia. A posse é um poder, próprio da coisa em relação a pessoa, em que não se aponta, via de regra, a situação jurídica de dono, e pode ser exercida de duas formas são elas mediata e imediata; a mediata é aquela em que eu tenho o itálica da coisa, mas não o ostento. A imediata, é realizada pelo posseiro que em itálica e se encontra em posse atual da coisa, é importante salientar que a mesma não tem o poder de anular a posse mediata ou indireta, entrementes à possibilidade de defesa do possuidor imediato contra o mediato. Indo mais além classificam-se duas principais formas de posse, entre posse justa e posse injusta. A norma que se refere ao direito à moradia só veio a entrar no ordenamento jurídico brasileiro após o decreto nº 591, de julho de 1992, que se trata do pacto internacional sobre direitos econômicos, sociais e culturais, adentrando como Emenda Constitucional (art.5§§ 2º e 3º CF/88). O referente pacto prevê no seu art. 11.1 obrigações do Estado em tomar medidas para garantir uma moradia digna para que possa ser preservado o bem maior que a dignidade da pessoa humana. Após o pacto referido, o direito à moradia foi definido expressamente na CF/88 através da Emenda Constitucional nº 26/2000 alterando o art. 6, dos direitos sociais. Com a dificuldade do Estado em fornecer moradia e em observância de vastos terrenos abandonados que não cumprem a sua função social, admite-se a posse justa para obter moradia, e obedecidos requisito poderá até se constituir proprietário conforme a lei de usucapião.

REFERÊNCIAS

RUSSO, João Paulo Rezende. **Direitos humanos, direitos sociais, função social da propriedade e as questões habitacionais brasileiras.** Disponível em:
<file:///C:/Users/Familia%20TeixeiraDESKTOP-IOV1F8N/Downloads/1712-5108-1-PB.pdf>
Acesso em 04 abril 2017.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. 10 de dezembro de 1948.

¹ Acadêmico do Curso de Direito da FACTU

² Acadêmico do Curso de Direito da FACTU

³ Acadêmica do Curso de Direito da FACTU

⁴ Professor Orientador do Curso de Direito da FACTU

A INTERFERÊNCIA JURÍDICA DA ALIENAÇÃO PARENTAL: análise nas sentenças proferidas

BRANDÃO, Luana Lara¹
BALBINO, Michelle Lucas Cardoso²
CAPANEMA, Orivaldo Lucas³

Palavras-Chave: Alienação parental. Alienadores. Lei.12.318/2010.

A Alienação Parental “é um processo que consiste em programar uma criança ou adolescente para, sem motivo, odiar o pai ou a mãe, até o ponto de que a própria criança ou adolescente ingressa nessa fala trajetória de desconstrução do outro” (TRINDADE, 2014, p. 327) Com a separação conjugal surge a alienação Parental, a qual o poder judiciário se deu conta da incidência desse fenômeno e, com o apoio de algumas organizações, a lei foi aprovada, esta veio para garantir a não realização da alienação. A Alienação Parental, ao ser trazida para o campo legal, passa a ter um enfoque não só psicológico, mas também jurídico. Dessa forma, de quais modos a alienação pode interferir juridicamente, conforme os relatos existentes nos processos do Núcleo de Práticas Jurídicas da Faculdade de Ciências e Tecnologias de Unai? Assim, o objetivo geral desta pesquisa consiste em analisar as sentenças proferidas pelo Juiz nos casos comprovados, bem como as sanções que o Juiz pode impor ao alienador, conforme a Lei 12.318-10 e as consequências. Como objetivo específico para a composição do referencial teórico da presente pesquisa, têm-se os seguintes objetivos: analisar os riscos da Alienação Parental e os seus impactos na criação dos filhos; conhecer a Lei nº 12.318/2010, sua caracterização, distinção entre alienação parental e a síndrome da alienação parental os benefícios da Guarda Compartilhada no combate à Alienação Parental. Já para a realização da pesquisa empírica, definiu-se como objetivo empírico o seguinte: verificar os processos existentes no Núcleo de Prática e avaliar a correlação entre os relatórios e as sentenças proferidas pelo juiz. O presente projeto de pesquisa justifica-se pela importância no estudo em relação aos pais e filhos afetados pela Alienação, que, por sua vez, traz grandes consequências na vida dos afetados. Na separação dos casais há uma disputa pela guarda do filho e com isso promove uma verdadeira campanha difamatória, e desmoralizadora contra o ex-parceiro e utiliza o filho como objeto de vingança. A proposta deste estudo é analisar os processos interpostos pelos pais e averiguar se os juízes estão considerando os relatórios da vítima e acusado, e buscar uma eventual mudança, para que esse comportamento seja extinto na vida dos pais, buscando soluções cabíveis após o término do relacionamento amoroso e visando à guarda compartilhada, para que haja uma boa convivência entre ambos. Sendo assim, o interesse pelo tema proposto parte do grande índice de Alienação que ocorre nos dias atuais, pais que não pensam nas consequências que deixarão em seus filhos e nos problemas que terão futuramente. Esse tema foi escolhido por estar em linha direta ao Direito de Família, na qual é vital a importância da pesquisa e conhecimento, o que irá contribuir diretamente na formação acadêmica e atuação na área dessa pesquisadora.

REFERÊNCIAS

SILVA, Evandro Luiz, et al. **Síndrome da Alienação Parental e a Tirania do Guardião: Aspectos Psicológicos, Sociais e Jurídicos**. Editora Equilíbrio, 2007.
TRINDADE, Jorge. **Manual de Psicologia Jurídica para operadores do Direito**. 7ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2014.

¹ Acadêmico do Curso de Direito da FACTU

² Professora Orientadora do Curso de Direito da FACTU

³ Professor Coorientador do Curso de Direito da FACTU

**A EFETIVIDADE DA LEI DO FAROL NAS RODOVIAS (LEI 13.290/2016) E AS
CONTRIBUIÇÕES PARA A REDUÇÃO DE ACIDENTES COM VÍTIMAS FATAL:
estudo de caso na br-251 entre os km 769 e 972**

FIORENTINO, Mariana Louzado¹
BALBINO, Michelle Lucas Cardoso²

Palavras-Chave: Acidentes automobilísticos. Vítimas fatais. Políticas públicas.

Em 2013, o Brasil teve mais que o dobro de mortes no trânsito que a Letônia, o país como maior número de mortes na União Europeia (EU) em 2014 e, quatro vezes mais que a média da EU (LAB, 2013). Diante desse quadro, políticas públicas e medidas assecuratórias foram tomadas com o intuito de diminuir esses índices. Uma dessas medidas foi a promulgação da Lei n.º 13.290/2016 que torna obrigatório o uso, nas rodovias, de farol baixo aceso durante o dia. A presente pesquisa consiste em analisar a efetividade da Lei n.º 13.290/2016 para a redução dos acidentes com vítimas fatais na BR-251 entre os km 796 e 972. Como objetivos específicos teóricos para composição do referencial teórico da presente pesquisa, têm-se os seguintes: pesquisar o perfil das vítimas conforme os estudos de criminologia e psicologia jurídica existentes; conhecer a repercussão jurídica dos acidentes com vítima fatal da direção de veículo automotor e, por fim, estudar as espécies criminais trazidas pelo Código de Trânsito brasileiro e legislação de interesse. Já para a análise e discussão dos resultados, têm-se como objetivos específicos empíricos: levantar os dados relativos aos acidentes de trânsito com vítima fatal entre os anos de 2015 e 2017; examinar as circunstâncias dos acidentes com vítima fatal entre os km 796 e 972 da BR-251, entre os anos de 2015 e 2017, quanto ao perfil das vítimas, a distância do ponto final da viagem, a frequência por mês, dia da semana, horário, a velocidade aproximada do veículo e o tipo de colisão. O presente projeto de pesquisa justifica-se pelo grande impacto causado pelos acidentes de trânsito com vítima fatal à sociedade, gerando uma interrupção precoce da vida e a inquietação da população. A pesquisa tem o intuito de mostrar a efetividade da Lei 13.290 de 2016 como forma de diminuição dos acidentes de trânsito= na BR-251 trazendo também os índices numéricos de vários fatores aliados aos envolvidos e as circunstâncias de acidentes de trânsito com vítima fatal. O projeto é voltado para as pessoas que utilizam as rodovias frequentemente e se preocupam com a segurança no trânsito. O estudo terá como embasamento jurídico leis, doutrinas e jurisprudências, e como fonte da pesquisa de campo, dados obtidos através da confecção do REDS.

REFERÊNCIA

IAB, Instituto Avante Brasil. **Levantamento Sobre as Mortes no Trânsito em 2013.** Disponível em: <<http://institutoavantebrasill.com.br/levantamento-sobre-as-mortes-no-transito-em-2013/>>. Acesso em: 25 de abr.2017.

¹ Acadêmica do Curso de Direito da FACTU

² Professora Orientadora do Curso de Direito da FACTU

A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE E O ACESSO A TERRA COMO RESPEITO À DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA TENDO EM VISTA A CIDADE DE UNAÍ-MG

CARVALHO, Luana Kaioque Pereira¹
OLIVEIRA, Gleice Laura Azevedo de²
TAVARES, Karine Dias³
MELO, Paulo Giovanni Rodrigues de⁴

Palavras-Chave: Desapropriação. Direitos Humanos. Função social da propriedade.

Este artigo objetiva demonstrar se o Código Civil de 2002 junto com a Constituição Cidadã e o Estatuto da terra têm conseguindo atender a função social da propriedade e, assim, promover a dignidade da pessoa humana. Para tanto, utilizou-se uma pesquisa do tipo bibliográfica exploratória embasada em doutrinas e artigos já existentes e contou também com uma pesquisa de campo a fim de identificar a quantidade de assentamentos instalados pelo INCRA – (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) no município de Unaí-Mg. Primeiramente, descreve-se a evolução histórica dos direitos humanos, direitos esses de cunho essencial para uma vida plena em sociedade. Na segunda parte, buscou-se analisar a evolução do direito à propriedade como um dos pilares basilar do Estado Democrático de Direito que preza pela dignidade da pessoa humana utilizando de princípios, como a função social da terra como instrumento garantidor para realizar a justa distribuição da propriedade, permitindo a todos o acesso a ela, com fulcro nos Direitos Humanos. Posteriormente, descreve-se o funcionamento do instituto de desapropriação da terra e os dados referentes aos assentamentos na cidade de Unaí. Podendo concluir que no ordenamento jurídico brasileiro há muitos institutos para efetivar um direito tão importante à vida digna humana, contudo, é preciso que esses direitos sejam efetivados de forma igualitária podendo assim alcançar todos proporcionando-lhes uma efetivação concreta de todos esses direitos inerentes ao homem.

REFERÊNCIAS

GOMES, Orlando. **Direitos reais**. Rio de Janeiro. Forense, 1999.

MORAIS, Alexandre de. **Direitos humanos fundamentais**: Teoria geral, comentários aos arts. 1º a 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, doutrina e jurisprudência. Ed. Athas, 4. Ed. São Paulo, 2002.

TEIZEN JÚNIOR, Augusto Geraldo, **A função social no código civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

¹ Acadêmica do Curso de Direito da FACTU

² Acadêmica do Curso de Direito da FACTU

³ Acadêmica do Curso de Direito da FACTU

⁴ Professor Orientador do Curso de Direito da FACTU

FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE

TENENBAUM, Samara Lucas¹
TENENBAUM, Alexandre²
MELO, Giovanni Rodrigues de³

Palavras-Chave: Direito de propriedade. Dignidade. Função social, Direito Civil

O presente trabalho tem por objetivo discorrer sobre o direito de propriedade relacionado a sua função social, à dignidade da pessoa humana e aos demais direitos que se aplicam a ela. O direito de propriedade está inserido na 1ª geração de direitos fundamentais que são os direitos de liberdades civis e públicas, conquistados ao longo de décadas e revoluções. Eles se traduzem como direitos negativos ou direitos de defesa frente ao Estado, ou seja, servem como defesa contra a intervenção do estatal. O direito de propriedade está garantido pela Constituição Federal no artigo 5º nos incisos XXII e XXIII, nos quais trazem a garantia do direito de propriedade e sua função social que deverá ser atendida, bem como no Código Civil nos artigos 524 a 648. O proprietário poderá utilizá-la para fins comerciais ou de moradia desde que atendendo sua função social. A função social nasceu da noção de que, enquanto se vive em sociedade, o homem deve empregar esforços no sentido de dar sua contribuição ao bem-estar da coletividade em detrimento dos interesses individuais. “A função social da propriedade é imprescindível para que se tenha um mínimo de condições para a convivência social” [...] sendo ela, atrelada ao exercício e não ao direito de propriedade. (DINIZ, Maria Helena, 2010). Condiciona-se a convivência privada ao interesse coletivo, visto que a propriedade passa a ter uma função social e não girando em torno dos interesses individuais do proprietário. Sendo assim, o direito de propriedade e sua função social têm por garantia seu pleno exercício pelos indivíduos da sociedade, tendo a interferência do Estado somente na regulamentação desse exercício, mas como uma maneira de regular a legalização e sua aquisição em relações de compra e venda, locação, etc. Apenas em casos específicos poderá interferir aplicando sanções, como nos casos de desapropriação sanção, por exemplo, em que a propriedade não atende a sua função social. Ressalta-se também a característica não absoluta dos direitos fundamentais, pois podem eventualmente vir a sofrer reduções ou restrições. O direito de propriedade, por exemplo, passa a ser visto como regulação de interesses do homem que vive em sociedade, que deve ter um espaço propício ao seu desenvolvimento digno visando à função social.

REFERÊNCIA

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro**. v. 4. 25 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

¹ Acadêmica do Curso de Direito da FACTU

² Acadêmico do Curso de Direito da FACTU

³ Professor Orientador do Curso de Direito da FACTU

O DIREITO À MORADIA E O INSTITUTO DA USUCAPIÃO

BRAGA, Thaís de Almeida Martins Braga¹
DEUS FILHO, Leandro de²
MAGALHÃES, Tuany Martins³
MELO, Paulo Giovanni Rodrigues⁴

Palavras-Chave: Moradia. Usucapião. Direito.

Sabe-se que a moradia é, desde os tempos remotos, um alicerce fundamental dos seres humanos. O grande problema da falta de um lar se estende por séculos e mesmo com as constantes evoluções da sociedade, não se obteve uma solução para sanar tal déficit. Mesmo sendo assegurada pelo texto constitucional, podemos observar que a norma é falha, uma vez que não é colocada em prática. O número de desabrigados cresce de forma exponencial a cada ano, e, com o acesso à informação e a busca constante por seus direitos, a população começa a fazer valer um instituto previsto pelo Código Civil, que tem sua origem no Direito Romano, com a lei das XII Tábuas: a usucapião. A necessidade de uma moradia é um direito fundamental, contemplado tanto por nossa Constituição em seu art. 6º que dispõe do seguinte texto: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. Quanto pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948. O direito à moradia estampa a necessidade básica do homem, sendo requisito imprescindível para uma vida plena. Nota-se que algumas balizas do Direito Civil têm tido relevante importância no tocante à questão habitacional. Entre elas podemos destacar a usucapião, para Flávio Tartuce (2014, p.693) pode ser entendida como um instituto que: “constitui uma situação de aquisição do domínio, ou mesmo de outro direito real (caso do usufruto ou da servidão), pela posse prolongada”.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2012.

TARTUCE, Flávio. **Manual de direito civil**: volume único. 4. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2014.

¹ Acadêmica do Curso de Direito da FACTU

² Acadêmico do Curso de Direito da FACTU

³ Acadêmica do Curso de Direito da FACTU

⁴ Professor Orientador do Curso de Direito da FACTU

O RACISMO ANULA OU DIMINUI OS DIREITOS HUMANOS NA RESSOCIALIZAÇÃO?

GUIMARÃES, Amanda Dias¹
COUTO, Camila Silva²
SILVA, Karla Cristina³
BRANDÃO, Marcos Tadeu de Brito⁴

Palavras-Chave: Ressocialização. Racismo. Direitos Humanos.

O presente artigo tem o objetivo de analisar a relação dos Direitos Humanos com o racismo, quando tratamos da ressocialização do apenado. Primeiramente descreveram-se algumas noções gerais e o conceito do racismo, dos direitos humanos e da ressocialização do condenado visando esclarecer se o racismo realmente influencia ou não na ressocialização e reintegração do apenado na sociedade. Se todos são iguais perante a lei, então por que ainda existe o racismo? O objetivo é o estudo da influência do racismo na ressocialização, pois o Direito Penal brasileiro adota o sistema de ressocialização como forma de reintegrar o apenado à sociedade, com intuito de evitar reincidência. A Lei de Execuções Penais, em seu art. 1º, fala que o caráter ressocializador da pena tem o objetivo de proporcionar a regeneração dos condenados, reinserindo-os à vida social depois da prisão, por isso é chamado de ressocialização. A Constituição em seu artigo 5º, caput itálico estabelece que: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade...”. Mesmo em um mundo com tanta informação, infelizmente o racismo ainda existe e influencia na hora de reintegrar o preso no meio social. Então, o presente artigo tem a finalidade de justificar a razão da importância dos conhecimentos acerca dos direitos humanos do ex-presidiário, se tais direitos estão sendo observados para que se efetive a sua devida ressocialização. Concluindo, a ressocialização é a reintegração do apenado à sociedade com o respeito a todos os seus direitos naturais.

REFERÊNCIA

CARVALHO, Júlio Marino de. **Os direitos humanos no tempo e no espaço**. Ed. Brasília Jurídica, 1998.

¹ Acadêmica do Curso de Direito da FACTU

² Acadêmica do Curso de Direito da FACTU

³ Acadêmica do Curso de Direito da FACTU

⁴ Professor Orientador do Curso de Direito da FACTU

DISCRIMINAÇÃO RACIAL E INJÚRIA RACIAL: a incessante busca pela democracia em face ao ordenamento jurídico brasileiro

SOARES, Jhessica Pabline Marques¹
SILVA, Lauriane Ribeiro da²
ABADIA, Thalita Martins de³
BRANDÃO, Marcos Tadeu de Brito⁴

Palavras-Chave: Racismo. Injúria Racial. Dignidade.

O presente artigo tem como objetivo esclarecer as questões que envolvem o tema “racismo e injúria racial”. Visa trabalhar a conceituação, características e diferenciação de ambas as práticas criminosas e suas devidas aplicações. A sociedade, ao longo de décadas, passa por vários marcos históricos, sofrendo, dessa forma, várias transformações que são perceptíveis a cada época. A busca incessante pela cidadania, igualdade e dignidade humana foram características que marcaram parte desse longo processo. Desse modo, utilizou-se uma abordagem de cunho bibliográfico juntamente com pesquisas documentais. Primeiramente, descreveram-se as garantias e direitos fundamentais inerentes ao indivíduo, expressamente na Constituição Federal. É notória a preocupação do legislador em relação ao exercício da cidadania do indivíduo de forma adequada, plena e justa, justificando-se no contexto constitucional. Assim, caracteriza-se pela democracia, que possui como base o banimento de qualquer forma de desigualdade e discriminação de práticas e tratamentos em relação ao indivíduo. Posteriormente, discutiu-se a conceituação do crime de discriminação racial tipificado na Lei 7.716/89 em face ao crime de injúria racial, previsto no Código Penal, artigo 140 parágrafos 3º. De acordo com CNJ (2015), “A injúria racial consiste em ofender a honra de alguém valendo-se de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião ou origem.” A prática desse crime se relaciona ao emprego de palavras ofensivas direcionadas ao indivíduo de forma a atingir diretamente a sua honra e possui pena de reclusão de um a três anos e multa. “O crime de racismo atinge uma coletividade indeterminada de indivíduos, discriminando toda a integralidade de uma raça.” CNJ (2015). Pode-se, portanto, afirmar que o racismo é resultado de, um pensamento negativo e ofensivo da parte do agressor que, como exteriorização, dirige-se a conduta de ofender. Desse modo, possui tratamento punitivo mais severo, visto que nesses casos, não é admitida fiança e não ocorre a prescrição. Concluindo, embora o indivíduo esteja resguardado por garantias fundamentais e que a nossa sociedade seja uma democracia, são notórias as constantes atividades racistas envolvendo fatores subjetivos, como a cor, raça, religião entre outros. Assim, é necessária uma melhor compreensão sobre o tema em questão, visto que é de interesse de toda uma sociedade, seja no convívio individual ou coletivo.

REFERÊNCIA

CNJ. **Conheça a diferença entre racismo e injúria racial.** Jun. 2015. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/836j>>. Acesso em: mar.2017.

¹ Acadêmica do Curso de Direito da FACTU

² Acadêmica do Curso de Direito da FACTU

³ Acadêmica do Curso de Direito da FACTU

⁴ Professor Orientador do Curso de Direito da FACTU

DIREITOS HUMANOS: seu conceito e sua história. Injúria e discriminação, as diferenças e as cominações penais aplicadas a cada caso

FERNANDES, Cleiton Antônio da Mota¹

ARAÚJO, Leonardo de Avelar²

PEREIRA, Matheus Lima³

BRANDÃO, Marcos Tadeu de Brito⁴

Palavras-Chave: Injúria. Discriminação Racial. Racismo

Um dos documentos primeiro no que diz respeito aos direitos humanos é o Cilindro de Ciro, que contém uma declaração do Rei Persa Ciro II logo após ter conquistado a Babilônia em 539 a.C. Descoberto em 1879, a Organização da Nações Unidas só o traduziu em 1971 a todos os seus idiomas oficiais. Considerado resultado de uma tradição da Mesopotâmia centrada na figura do "rei justo", da qual o primeiro exemplo que se tem conhecimento é o rei de Urukagina, de Lagash, que reinou durante o século XXIV a.c. Cabe destacar ainda nessa tradição, o famoso Código de Hamurabi, de meados do século XVIII a.c. Injúria é a ação de injuriar, de ofender alguém. Tem origem na palavra injustiça, ou seja, o que é injusto, o contrário do que é direito, correlacionado ao lado do direito moral.(REALE, 2002).A Constituição da República Federativa do Brasil versa em seu artigo 5 (Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade,)que todas as pessoas são iguais sem distinção de raça, cor, sexo, etnia, todos têm direitos econômicos, sociais e culturais. O preconceito racial serve para identificar e compreender as diferenças sociais entre o ser humano, ele demonstra o conflito social existente em nosso país, de acordo com as principais questões que norteiam as pesquisas na sociedade em que as raças nem sempre foram favorecidas, para as ciências humanas, o que torna o preconceito como algo arriscado. No crime de racismo é mais grave, pois a lei atribuiu um tratamento mais duro ao autor. O crime de injuria é prescritível, afiançável e de ação penal pública condicionada; já no racismo é imprescritível, inafiançável e de ação penal pública incondicionada. O fim da escravidão trouxe a tão sonhada liberdade aos negros, porém, nota-se nos dias de hoje ainda uma recorrente degradação dos direitos desta minoria perante a sociedade. No encerramento deste trabalho, devem-se levantar questionamentos mais abrangentes, sobre como e o que deve ser feito em prol das soluções permanentes para a expurgação destes

REFERÊNCIAS

REALE, Miguel. **Filosofia do direito**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

BRASIL, **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 2012.

_____. **Decreto Lei n.º 2.848 de 7 de dezembro de 1940** – Código Penal http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm Acesso em 18 de abr de 2017.

¹ Acadêmico do Curso de Direito da FACTU

² Acadêmico do Curso de Direito da FACTU

³ Acadêmico do Curso de Direito da FACTU

⁴ Professor Orientador do Curso de Direito da FACTU

RACISMO E INJÚRIA RACIAL: efetivação dos direitos humanosALMEIDA, Izabel Soares¹GUIMARÃES, Karla²BARBOSA, Santos Stephane Gonçalves de³BRANDÃO, Marcos Tadeu de Brito⁴**Palavras-Chave:** Racismo. Injúria Racial. Direitos Humanos.

O presente trabalho tem como objetivo a discussão sobre racismo e injúria racial. Embora à primeira vista os dois termos aparentem possuir o mesmo significado, os conceitos jurídicos de racismo e injúria racial são diferentes. Desta forma, o presente artigo visa elencar a diferenciação entre injúria racial e racismo, bem como relacioná-los aos direitos humanos e ao princípio da dignidade da pessoa humana, uma vez que são tutelados constitucionalmente. Primeiro, abordaram-se os direitos humanos como o fundamento do Estado Democrático, tendo como princípio fundamental a dignidade da pessoa humana, já que esse princípio ganha maior importância não somente como elemento norteador das relações humanas, mas também é principalmente como um fundamento basilar. Posteriormente, discutiu-se o racismo como sendo uma ideia de superioridade de determinados seres humanos sobre os outros, o que fere completamente os princípios que norteiam o Estado Democrático de Direito. Por fim, explanou-se sobre a injúria racial, fazendo um breve comparativo com o racismo. A injúria racial consiste em ofender a honra de outrem, julgando por raça, cor, etnia, religião ou até mesmo a origem. Deste modo, a ação penal cabível a esse crime, tornou-se, recentemente, pública condicionada à representação do ofendido, sendo o Ministério Público o detentor de sua titularidade. Ademais, o racismo constitui crime e está previsto na Lei n. 7.716/1989 em que são elucidados os delitos resultantes de preconceito de raça ou de cor. Na lei são dispostas diversas situações com crime de racismo, por exemplo, impedir o acesso ou uso de transportes públicos, negar ou obstar emprego em empresa privada, recusar ou impedir acesso a estabelecimento comercial, entre outras. (BRASIL, 1989). Em suma, é possível entender que mesmo de forma gradativa, as mudanças na legislação estão sendo significativas ao se comparar aos tempos mais remotos em que o ser humano não se enquadrava em um modelo de dignidade. Todavia, reconhecer a existência de tais atos na sociedade brasileira é essencial para promover mudanças do âmbito social.

REFERÊNCIA**BRASIL. Lei n. 7.716, de 5 de janeiro de 1989. Define os crimes resultantes de raça ou cor.**Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1989/lei-7716-5-janeiro-1989-356354-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em: 24 mar. 2017.¹ Acadêmica do Curso de Direito da FACTU² Acadêmica do Curso de Direito da FACTU³ Acadêmica do Curso de Direito da FACTU⁴ Professor Orientador do Curso de Direito da FACTU

ANÁLISE DA LEI Nº13.415/2017: a Reforma do Ensino Médio em foco

BENTO, Gabriel Lucas Moreira¹
SILVA, Juliana Medeiros²
VALADARES, Kamilla Martins³
BRAGA, Isabela Cristina Marins⁴

Palavra-chave: Mudança. Ensino médio. Aluno.

O presente artigo tem o objetivo de apresentar uma análise sobre a reforma do ensino médio, buscando compreender de que modo tal reforma pode contribuir com a melhoria da educação e da formação cidadã. Trata-se de uma análise teórica-reflexiva, em que num primeiro momento, buscou-se descrever a importância da educação infantil, educação fundamental e ensino médio na vida dos estudantes brasileiros como preparação básica para o ensino superior e sua integração no mercado de trabalho. Posteriormente, discutiu-se sobre as novas diretrizes que a lei irá garantir e todas as mudanças que ocorrerão nas disciplinas no novo currículo. Em seguida, discute-se sobre as consequências que afetarão a formação cidadã, trazendo seus pontos positivos e negativos. Para tanto, a pesquisa bibliográfica, compõe de artigos, dissertações, teses e jornais. Ao analisar a Lei nº13.415/2017, suas propostas e mudanças necessárias são apontadas as consequências da reforma para a sociedade, mostrando seus pontos positivos e negativos. Apesar do discurso do atual governo em torno da referida Lei, ainda não se sabe ao certo, quais serão as consequências, mas desde já, é fundamental compreender todas as alterações políticas que norteiam o campo da educação, uma vez que esta é a responsável pelo desenvolvimento econômico, político e social de uma nação.

REFERÊNCIA

BRASIL. Senado Federal. **A reforma do Ensino Médio em foco**. Brasília, DF: Especial Cidadania. Portal Mec. 2017.

¹ Acadêmico do Curso de Direito da FACTU

² Acadêmica do Curso de Direito da FACTU

³ Acadêmica do Curso de Direito da FACTU

⁴ Professora Orientadora do Curso de Direito da FACTU

BIOGRAFIAS NÃO AUTORIZADAS E A LIBERDADE DE EXPRESSÃO: conflitos de direitos e garantias fundamentais frente ao direito obrigacional

ARAÚJO, Laura Xavier¹
SILVA, Lucas Vieira da²
CRUZ, Wesley Antônio da³
LUCAS JÚNIOR, José⁴

Palavras-Chave: Liberdade de expressão. Biografia não autorizada. Conflito de princípios.

O presente artigo tem o objetivo de verificar o conflito de direitos e garantias fundamentais entre si, de um lado o direito à liberdade de expressão, do outro o direito à privacidade e à intimidade quando da elaboração e publicação de obras de biografias não autorizadas. Assim, nesse sentido, entre aquilo que nos é permitido e o que nos é proibido, para o conflito ora abordado entre a liberdade de expressão e pensamento, em contrapartida à proteção ao direito de imagem e, acredita-se, que o confronto gerado entre esses interesses fundamentais - antagônicos entre si, mas protegidos no mesmo grau constitucional - só poderá ser superado com a análise criteriosa do caso concreto, a partir da distinção entre os princípios que norteiam tais direitos, para que possam ser avaliadas, adequadamente, as restrições e colisões entre eles. (BOECHAT, 2013). Primeiro, descrever-se à sobre a origem e a evolução histórica da liberdade de expressão e pensamento nas constituições federais. Posteriormente, discutir-se à sobre a extensão dos direitos e garantias fundamentais, transcendendo as constituições federais, previstos e assegurados também na Declaração Universal dos Direitos Humanos - 1948. Logo, é importante fazer uma análise entre o direito das obrigações, os direitos e garantias individuais e as biografias não autorizadas. Conhecer o entendimento do Supremo Tribunal Federal no que diz respeito às respectivas biografias e saber qual dos princípios deve ser preservado e aplicado no caso concreto, nos casos de conflitos entre eles.

REFERÊNCIA

BOËCHAT, Sylvie. **Liberdade de expressão e pensamento x Direito de proteção à imagem.** Artigo. São Paulo. 2013.

¹ Acadêmica do Curso de Direito da FACTU

² Acadêmico do Curso de Direito da FACTU

³ Acadêmico do Curso de Direito da FACTU

⁴ Professor Orientador do Curso de Direito da FACTU

TRABALHO ANÁLOGO AO ESCRAVO

MARTINS, Tananda Maria Gonçalves¹

SILVA, Natália Brandão²

VIEIRA, Estroglildo³

LUCAS JÚNIOR, José⁴

Palavras-Chave: Trabalho escravo. Trabalho forçado ou obrigatório. Trabalho em condições degradantes.

O presente artigo tem como objetivo verificar a prática do trabalho escravo no Brasil e mundo, em pleno século XXI, que se apresenta sob a junção de duas formas: a primeira é o trabalho forçado ou obrigatório; a segunda, o trabalho realizado em condições degradantes, tido como análogo ao de escravo. Para tanto, utilizou-se uma abordagem qualitativa, através de documentos, bibliográficos por meio de artigos, e demais textos relacionados às formas de trabalho escravo. Para CLT são necessários alguns requisitos legais entre empregado e empregador, para que esse trabalho não tenha indícios de trabalho escravo ou análogo ao escravo, em primeiro lugar o contrato de trabalho é uma forma legal e bastante usada em tal prática. O contrato é um acordo de vontade entre duas pessoas: o empregado (pessoa humana) e o empregador (que pode ser uma pessoa física, uma empresa, uma firma individual, uma associação, ou outra espécie organizada). Na primeira parte analisam-se, os direitos humanos com foco na dignidade. Essa forma de trabalho tem denegrido a imagem do nosso país, perante algumas organizações internacionais como a ONU e a OIT. Buscar-se-á, através dos órgãos citados, o efetivo auxílio no combate à escravidão, após reconhecer, no ano de 1995, perante a comunidade internacional, a existência da prática no Brasil. Posteriormente, verifica-se que a escravidão não somente vigora predominantemente na zona rural, mas sendo também grandes concentrações na zona urbana de trabalho escravo. A Organização Internacional do Trabalho (2010) conceitua o trabalho análogo ao de escravo: Toda a forma de trabalho escravo é trabalho degradante, mas o recíproco nem sempre é verdadeiro. Quando falamos de trabalho escravo, falamos de um crime que cerceia a liberdade dos trabalhadores, a qual se dá por meio de quatro fatores: apreensão de documentos, presença de guardas armados e “gatos” de comportamento ameaçador, por dívidas ilegalmente impostas ou pelas características geográficas do local, que impedem a fuga. Concluindo houver compreensão por toda a sociedade, os índices de escravidão poderão ser sanados.

REFERÊNCIA

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. 2013. Disponível em: <<http://www.oit.org.br/>>. Acesso em: 09 Mar. 2017.

¹ Acadêmica do Curso de Direito da FACTU

² Acadêmica do Curso de Direito da FACTU

³ Acadêmico do Curso de Direito da FACTU

⁴ Professor Orientador do Curso de Direito da FACTU

DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E PRISÃO PREVENTIVA

SOUSA, Bhayan Gomes Ferreira de¹
FARIA, Gabriela da Silva²
OLIVEIRA, Maria Eduarda Maciel de³
DANTAS, Eurílio de Farias⁴

Palavras-Chave: Constituição Federal; dignidade da pessoa humana; prisão preventiva.

O presente artigo tem como objetivo analisar o conceito de dignidade da pessoa humana sob três enfoques: a) valor comunitário; b) autonomia; e c) valor intrínseco. O conceito também será brevemente estudado à luz de Constituições Brasileiras passadas, dando-se ênfase à atual. A par dessas ferramentas legais inseridas no texto constitucional, na doutrina e na jurisprudência, foi possível explorar alguns elementos estruturantes da prisão preventiva, a fim de apontar possíveis ilegalidades de encarceramentos ocorridos na jurisdição do município mineiro de Unaí, frente à pesquisa de campo realizada no citado município, quanto ao cumprimento de prisões efetivadas por força desse dispositivo legal. Isso porque há divergência sobre o prazo em que o agente pode ficar detido por meio da prisão preventiva. Segundo a jurisprudência do STF, o prazo é de no máximo 81 dias, ou seja, após esse período a prisão se tornaria ilegal; contudo, o que se vê na realidade é que essa jurisprudência não está sendo aplicada. Verifica-se, portanto, que o não cumprimento gera choque no sistema legal pátrio, ora criando uma lacuna no ordenamento jurídico, ora insegurança jurídica, uma vez que não há um prazo predeterminado para se alegar ilegalidade da prisão preventiva, sendo necessário análise caso a caso, em que se observa o tipo do delito cometido e os agravantes desse ato para a sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 4. ed. São Paulo: Max Limonad, 2000.

_____. **Direitos humanos, o princípio da dignidade da pessoa humana e a Constituição de 1988**, 2004 – 779-100. In: Revista do Instituto de Hermenêutica Jurídica, Porto Alegre, 2004, pp. 88-92

¹ Acadêmico do Curso de Direito da FACTU

² Acadêmica do Curso de Direito da FACTU

³ Acadêmica do Curso de Direito da FACTU

⁴ Professor Orientador do Curso de Direito da FACTU

DISCRIMINAÇÃO RACIAL NO ÂMBITO CONSTITUCIONAL

LUIZ, Angélica Rosa¹
ALVES, Gabriel Lucas²
AGUIAR NETO, Jair³
OLIVEIRA, Jheniffer Lauanda Batista⁴
DANTAS, Eurílio de Farias⁵

Palavras-Chave: Discriminação Racial; Direitos Humanos; Dignidade da Pessoa Humana; Constitucional.

O presente artigo tem por finalidade fazer um breve estudo sobre a discriminação racial na esfera constitucional, em razão de que o ato de discriminar agride tanto os direitos humanos, quanto a dignidade da pessoa humana, princípio fundamental da República Federativa do Brasil (art. 1º, III CF/88) e balizador legal da convivência em sociedade. Portanto, para alcançar esses objetivos utilizou-se uma abordagem qualitativa, de cunho bibliográfico e pesquisa em documentos, ou seja, em sites, livros, entre outros. Basicamente, a pesquisa é dividida em três partes. Na primeira, descreve-se o conceito de direitos humanos como sendo um grupo pequeno de direitos que proporciona aos indivíduos conviver em sociedade com dignidade. Por conseguinte, constituem as necessidades fundamentais da pessoa humana, preservado pelo princípio da igualdade fixado no art. 5º CF. Na segunda, discorre-se sobre a dignidade da pessoa humana, como sendo um princípio constitucional que não se dá, exclusivamente, de propriedade normativa, no entanto, apresentam, em sua estruturação, aspectos ético-valorativos (BARROSO, 2003, p. 37). Na terceira parte aborda-se o conceito de discriminação racial, na forma do art. 1º da Lei nº 12.288 de 20 de julho de 2010 - Estatuto da Igualdade Racial -, que nada mais é do que qualquer pessoa que passar por exclusão, distinção, entre outros, causados pela sua cor, raça, descendência e etnia. Conclui-se que a Constituição Federal de 1988 deixa claro que todos são iguais perante a lei, cabendo a quem for discriminado por alguns dos motivos elencados no texto do referido Estatuto, buscar reparação judicial por danos morais e materiais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BARROSO, Luís Roberto. Fundamentos Teóricos e Filosóficos do Novo Direito Constitucional Brasileiro (Pós-modernidade, teórica crítica e pós-positivismo). In: _____. **A Nova Interpretação Constitucional: ponderação, direitos fundamentais e relações privadas**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

¹ Acadêmica do Curso de Direito da FACTU

² Acadêmico do Curso de Direito da FACTU

³ Acadêmico do Curso de Direito da FACTU

⁴ Acadêmica do Curso de Direito da FACTU

⁵ Professor Orientador do Curso de Direito da FACTU

UM BREVE PANORAMA ATUAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ATENÇÃO AO IDOSO NO ESTADO DE MINAS GERAIS

SILVA, Benedito Donizete Vitorino¹

ZAGO, Fabíola da Mota²

TAVARES, Vanessa da Silva Felix³

DANTAS, Eurílio de Farias⁴

Palavras-Chave: Idoso. Políticas públicas. Direitos humanos.

O presente estudo trata-se de breve análise das políticas públicas de atenção ao idoso no estado de Minas Gerais; objetiva-se, com isso, ampliar a discussão a respeito dos aspectos legais e sociais dessas “minorias”, com vistas aos aspectos que delineiam o bem-estar para pessoa idosa em seu meio. Parte da coleta de dados se deu através de informações oficiais divulgadas pela internet, e para aporte municipal, informações foram coletadas no Abrigo Frei Anselmo, que é ligado à Sociedade São Vicente de Paula, entidade sem fins lucrativos, locada na cidade de Unaí. O presente estudo se justifica por constatar que, com o passar dos anos e a evolução das sociedades modernas, a população do planeta tem ficado cada dia mais velha e devido às tecnologias, saúde, qualidade de vida, entre outros fatores, é cada vez mais relevante considerar que o panorama demográfico mundial tem sofrido constantes mudanças em relação ao idoso. Com essas mudanças fica evidente a importância de melhoramento à atenção e aos cuidados básicos de que essa parte da população necessita. O bem-estar dos idosos depende significativamente de apoio social e financeiro não só da família, mas de toda comunidade em que vive, juntamente com o Estado. Mas estudos apontam que políticas públicas de atenção ao idoso ainda são ineficazes frente à demanda e que grande parte dos planejamentos existentes não tem efetividade. A exemplo disso, a mobilidade e acessibilidade urbana sofrem com a falta de um plano estratégico real e eficiente de inclusão em todo o país. Vale destacar que uma das maiores conquistas quanto aos direitos dos idosos foi o Estatuto do Idoso, lei nº 10.741/2003, sendo evidente o avanço na esfera legal, mas ainda deixando a desejar quanto à realidade dos fatos. Ao final da pesquisa foi possível detectar que é preciso mais atenção da sociedade civil organizada e de seus gestores governamentais para com os idosos, seja na formulação de políticas públicas consistentes e estruturantes, seja no debate profícuo em torno dos problemas que orbitam sua realidade, em especial a vivida no estado de Minas Gerais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Palácio do Planalto. Legislação. **Lei nº 10.741, 01 outubro 2003 (Estatuto do Idoso)**.

¹ Acadêmico do Curso de Direito da FACTU

² Acadêmica do Curso de Direito da FACTU

³ Acadêmica do Curso de Direito da FACTU

⁴ Professor Orientador do Curso de Direito da FACTU

DIREITOS E OBRIGAÇÕES NO COMBATE À TORTURA NO SISTEMA CARCERÁRIO

OLIVEIRA JÚNIOR, César Fernandes de¹
MARTINS, Kássia Siblelle Pereira²
LUCAS JÚNIOR, José³

Palavras-Chave: Tortura. Sistema Carcerário. Direitos e Obrigações.

O presente artigo tem como objetivo apresentar considerações acerca da tortura, em especial, a tortura física e psicológica cometida pelos agentes penitenciários e por outros presos dentro do sistema carcerário brasileiro, a qual, mesmo diante de vários tratados e convenção internacionais, ainda é comum nos dias de hoje. Para tanto, utilizou-se uma abordagem qualitativa, de cunho bibliográfico, e pesquisa de documentos, demonstrando de uma forma ampla o que realmente acontece nos nossos sistemas carcerários. Contudo, antes de abordar precisamente a tortura no sistema carcerário, apresentar-se-á um relato dos momentos históricos que foram marcados pela figura da tortura em suas mais variadas modalidades e com as mais diversas finalidades. Na primeira parte, analisa-se a tortura de forma ampla, como surgiu, como era aplicada em determinadas épocas, e sobre a Convenção contra a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanas ou degradantes. Na segunda parte, verifica-se a tortura no sistema carcerário no Brasil, os direitos e obrigações das famílias e da população perante o Estado acerca das violências com que os presos sofrem, de como a tortura é praticada pelos agentes que, segundo estudos, revelou-se ser endêmica nos estabelecimentos prisionais do país, pois ocorre de forma frequente e constante, principalmente nas primeiras horas após as detenções, tanto para arrancar confissões como também por castigo. Refere-se também à forma desumana a que os presos são submetidos, celas superlotadas, total precariedade e insalubridade das prisões. Todos esses fatores estruturais aliados ainda à má alimentação dos presos, seu sedentarismo, o uso de drogas, a falta de higiene e toda a insalubridade da prisão fazem com que os presos tenham uma agressividade maior, conseqüentemente, com brigas entre si, o que levam à prática de tortura dos agentes como forma de punição com eles. Conclui-se que, apesar da proteção dos direitos humanos e a Convenção contra a tortura, ela continua a ocorrer em larga escala. Ao ser sentenciado, o indivíduo passa à guarda do Estado, que tem o dever de zelar pelos demais direitos do apenado, não atingidos pela sentença, mas, lamentavelmente não é essa a realidade. Os sistemas carcerários têm que ser tratados com medidas emergenciais, pois estão relacionadas à integridade física e moral de pessoas que se encontram sob a custódia estatal. Direito que é de todos os cidadãos, mas que o Estado não consegue promover de modo eficaz.

REFERÊNCIA

ASSIS, Rafael Damaceno de. **A realidade atual do sistema penitenciário brasileiro**, 29 maio 2007. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/3481/A-realidade-atual-do-sistema-penitenciario-brasileiro>>. Acesso em 28 mar 2017.

¹ Acadêmico do Curso de Direito da FACTU

² Acadêmica do Curso de Direito da FACTU

³ Professor Orientador do Curso de Direito da FACTU

O ENADE COMO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM A CIDADANIA

SILVA, Amanda Cristina da¹
REZENDE, Carolina Ferreira de Paula²
BRAGA, Isabela Cristina Marins³

Palavras-Chave: Enade. Direitos humanos. Avaliação

A qualidade do ensino no Brasil é destacada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Faz parte das diretrizes desta Lei, avaliar a qualidade da educação em todos os níveis. No caso da educação superior temos o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), parte integrante do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), instituído pela Lei nº. 10.861/2004. O Enade avalia a aprendizagem dos estudantes de acordo com os conteúdos programáticos previstos na grade curricular dos cursos de graduação e o resultado auferido, garante à instituição a continuidade de concessão de bolsas como o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), além de ser uma diretriz importante para traçar estratégias para as políticas educacionais. Os direitos se dividem em direitos civis e políticos como: direitos à vida, à propriedade, à liberdade de pensamento, de expressão, de crença, de igualdade formal. Também são os direitos econômicos, sociais e culturais como: direitos ao trabalho, à educação, à saúde, à previdência social, à moradia, à distribuição de renda. É nesse contexto que entra o programa Enade que, como outros programas educacionais (Enem, Sisu), tem a finalidade de fazer com que o estado e o governo vejam em números se o País está se desenvolvendo e os cidadãos estão se tornando ou não capacitados para o mercado de trabalho. Educar para a cidadania é educar para uma democracia que dê provas de sua credibilidade de intervenção na questão social e cultural. Assim, a função social do ensino dar-se-à através da disponibilização de acesso ao conhecimento humano, visando preparar o educando para a vida e para o trabalho, tendo como intuito permear esse processo com informações e ações que estimulem e garantam o pleno exercício da cidadania. Direitos humanos introduzidos na formação educacional contribuirá para questionar e enfrentar os desafios que cercam a questão da qualidade e do acesso ao ensino superior.

REFERÊNCIA

BRASIL. **Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Planalto. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm>. Acesso em: 02 maio 2017.

¹ Acadêmica do Curso de Direito da FACTU

² Acadêmica do Curso de Direito da FACTU

³ Professora Orientadora do Curso de Direito da FACTU

VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

OLIVEIRA, Elane Moreira de¹
REIS, Thainara Ketlen Neves dos²
SOUSA, Laiane Aparecida Soares de³
DANTAS, Eurílio Farias de⁴

Palavras-Chave: Constituição. Criança e adolescente. Conselho Tutelar.

O presente artigo tem o objetivo de destacar e analisar os órgãos que apuram e repudiam maus tratos contra as crianças e adolescentes, bem como os principais dispositivos constitucionais e diplomas legais que dispõem sobre os mecanismos de defesa dessas minorias. Para isso, foram descritos os fatores históricos ligados ao tema e à doutrina, a exemplo do médico-legista francês Tardieu que passou a estudar a violência contra a criança, publicando estudos no qual descreve vários tipos de ferimentos contra crianças por seus pais, responsáveis e professores. Posteriormente, discutiu-se a proteção constitucional dos Direitos da Criança e do Adolescente e a doutrina da proteção integral, para só assim, analisar a Lei nº 8.069, de julho de 1990. – ECA que prevê que a criança e o adolescente têm o Direito de serem educados e cuidados sem o uso de castigo físico, tratamento cruel ou degradante, seja por qualquer pessoa que estiver sob sua responsabilidade. Apesar da legislação brasileira e de tantas outras espalhadas por outros países, adotarem medidas legais avançadas para a proteção da criança e do adolescente, o que se percebe é que a violência contra elas é um problema universalizado. As vítimas são afetadas de maneira silenciosa, englobam meninos e meninas e não costuma obedecer a qualquer princípio como nível social, econômico, cultural e religioso. Retrataram-se, portanto, situações vivenciadas por uma quantidade significativa de menores, sob a égide de desafio dos operadores do Direito: adaptar os princípios constitucionais introduzidos no ECA, mantendo-se o rápido e fácil acesso da sociedade à tutela jurisdicional. Infere-se, que o problema está na efetividade desses direitos, muitas vezes impostos apenas ao Estado, quando na verdade, a família e toda a sociedade, estão legitimados a sua promoção geral. Para atingir positivamente todos esses objetivos constitucionais, concluiu-se que a cooperação entre os mais diversos setores da sociedade organizada, principalmente o da família, são indispensáveis à concretude protetiva desses direitos e garantias, uma vez que as políticas públicas, por si só, não conseguem alcançar e efetivar todos esses preceitos insertos no ordenamento jurídico brasileiro.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

CURY, Munir. **O Ministério Público e a Justiça de Menores**. In: (Coord.). *Temas de Direito do Menor*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1987.

¹ Acadêmica do Curso de Direito da FACTU

² Acadêmica do Curso de Direito da FACTU

³ Acadêmica do Curso de Direito da FACTU

⁴ Professor Orientador do Curso de Direito da FACTU

VIOLÊNCIA CONTRA MULHER E DESIGUALDADE DE GÊNERO NO BRASIL

FREITAS, Edilaine Braga de¹
MARTINS, Lorena da Costa²
CRUZ, Natália Caroline Rodrigues³
DANTAS, Eurílio de Farias⁴

Palavras-Chave: Violência doméstica. Lei Maria da Penha. Desigualdade de gênero.

O presente artigo tem como objetivo desenvolver pesquisas a respeito dos índices de violência contra a mulher relacionando-os aos direitos humanos. São apresentados dados e índices que explicam alguns casos de violência contra mulher, com destaque para a desigualdade social e agressão física, que mundialmente afetam mulheres de todas as idades, independentemente de suas classes sociais e grau de escolaridade. O estudo mostrou que um dos grandes desafios nas ações realizadas para a prevenção e combate à violência, nestes casos específicos, é a visibilidade que se dá ao fenômeno. Para tanto, é de suma importância disseminar informações relacionadas a esses aspectos de cunho preventivo. A pesquisa revelou que a desigualdade de gênero diminuiu nos últimos anos, entretanto, essa redução tem sido lenta e irregular. Sociólogos apontam que a desigualdade de gênero é um desafio que precisa ser solucionado, uma vez que essas desigualdades limitam o potencial de desenvolvimento, segurança e governabilidade de um País. Analisou-se brevemente a Lei nº 11.340 de 07 de agosto de 2006, intitulada Lei Maria da Penha, com destaque para sua evolução legislativa a favor da mulher. Foi retratado sucintamente a evolução da mulher na sociedade e sua luta pela igualdade, com ênfase no seu crescente ingresso no mercado de trabalho, mesmo com salários inferiores em relação aos homens. Conclui-se que todos esses fatores sociais desagregadores, aliado à família primária que produz e reproduz vários casos de desigualdade de gênero, colaboram para os futuros casos de violência contra a mulher, bem como a desigualdade entre os sexos em outras esferas da vida social.

REFERÊNCIA

BASTOS, Tatiana Barreira. **Violência doméstica e familiar contra a mulher: análise da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006): um diálogo entre a teoria e a prática.** 2. ed. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2013;

¹ Acadêmica do Curso de Direito da FACTU

² Acadêmica do Curso de Direito da FACTU

³ Acadêmica do Curso de Direito da FACTU

⁴ Professor Orientador do Curso de Direito da FACTU

CASO SAMARCO EM MARIANA E REPERCUSSÃO DOS DIREITOS HUMANOS

NUNES, Luana¹
TORRES, Luan²
OLIVEIRA, Mateus³
BALBINO, Michelle Lucas Cardoso⁴

Palavras-Chave: Direitos Humanos. Barragem de Fundão. Tragédia

O presente artigo tem como objetivo verificar quais são os direitos humanos aos moradores da tragédia ambiental ocorrida no dia 05 de novembro de 2015, na barragem de Fundão, situada no município de Mariana em Minas Gerais, de propriedade da Sociedade Anônima Samarco Mineração S.A, Esta empresa fundada em 1977 no Brasil, tem como principal produto de vendas são pelotas de minério de ferro, nessa data houve um rompimento que originou a erosão da barragem de Santarém. Para tanto, utilizou-se uma abordagem qualitativa baseada em doutrinas e legislações ambientais pertinentes ao tema. Primeiro, descreveu-se que os rejeitos eram compostos por resíduos de minério de ferro, contendo altos níveis de metais pesados e outros produtos químicos tóxicos. O referido episódio representou a maior catástrofe ambiental da história do país, e seguramente uma das mais impactantes do mundo, resultando dentre alguns fatos, a morte de trabalhadores, destruição de locais, danos de estruturas públicas e privadas no estrago de 1.469 hectares de vegetação, mortalidade de biodiversidade aquática e fauna terrestre, grandes problemas sociais e econômicos aos habitantes, entre outros. Posteriormente, discutiram-se os direitos humanos protegido pela ONU, de responsabilidade de todos os governos do mundo que as pessoas possuam direitos humanos, apenas pelo fato de serem seres humanos. Dentre eles: condições de vida em um ambiente que permita ter uma vida de bem-estar, e tem a solene responsabilidade de proteger e melhorar o meio ambiente, para o presente e futura geração. No Estado de Minas Gerais há barragens semelhantes como a de Fundão, onde existem atividades de imponderação, aonde todo monitoramento e trabalho meticuloso com premeditação poderia ter impedido toda essa tragédia. Por fim, verificou-se que é imprescindível a conscientização dos fatos ocorridos, os quais e geraram grandes prejuízos para a sociedade afetada. Assim, relata-se de forma explicativa e detalhada, onde ocorreu, quando aconteceu, a forma como aconteceu, e quais foram as consequências dessa tragédia e também quais foram seus danos, e como a empresa SAMARCO reagiu ao fato ocorrido, conclui-se o grande apelo pelos sofridos desse acidente assustador.

REFERÊNCIA

MPF. Ministério Público Federal. **Denúncia Samarco**. out. 2016. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/denuncia-samarco>>. Acesso em: 21 mar. 2016.

¹ Acadêmica do Curso de Direito da FACTU

² Acadêmico do Curso de Direito da FACTU

³ Acadêmico do Curso de Direito da FACTU

⁴ Professora Orientadora do Curso de Direito da FACTU

POLÍTICA DE IMIGRAÇÃO BRASILEIRA FRENTE ÀS DECISÕES DA COMISSÃO E CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (CIDH)

FERNANDES, Daniel Gonçalves¹
BALBINO, Michelle Lucas Cardoso²
CAPANEMA, Orivaldo Lucas³

Palavras-Chave: Imigração. CIDH. Judiciário Brasileiro.

A imigração para o Brasil vem crescendo, conforme apontam dados da Polícia Federal, em 10 anos o número de imigrantes aumentou em 160% no Brasil (VALESCO, MANTOVANI, 2016). Assim, leva-se a seguinte problemática: como o Poder Judiciário Brasileiro está se portando frente aos imigrantes, tendo em vista as decisões da Comissão e Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)? Uma vez que o Brasil no cenário mundial tem sendo visto como meio de refúgio para os imigrantes que vivem em zonas de conflito, assim o judiciário brasileiro detém uma responsabilidade de assegurar os direitos desses ao se tratar de direitos humanos. O objetivo geral desta pesquisa consiste em: verificar o posicionamento do poder judiciário brasileiro frente aos direitos dos imigrantes resguardados pelas Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica) e Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros de suas Famílias. Como objetivos específicos para composição do referencial teórico da presente pesquisa têm-se os seguintes objetivos: verificar o atual quadro da imigração no Brasil e no mundo, identificando as principais afrontas aos direitos dos imigrantes; averiguar os direitos dos imigrantes resguardados pela legislação internacional; estudar a legislação nacional juntamente ao Poder Judiciário. Já para realização da pesquisa empírica, definiram-se como objetivos específicos empíricos os seguintes: conhecer o posicionamento da CIDH em relação aos Imigrantes; verificar a existência e analisar os casos brasileiros na CIDH; e, por fim, conhecer os casos brasileiros no STF e STJ efetuando comparação com as decisões da CIDH. O presente projeto de pesquisa justifica-se em sua importância por analisar se realmente o Poder Judiciário brasileiro (STF e STJ) detém capacidade para assegurar os direitos garantidos na Convenção acima.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 678. **Convenção Americana sobre Direitos Humanos** (Pacto de São José da Costa Rica). 22 de novembro de 1969. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/anexo/and678-92.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2017

BRASIL. Decreto nº 58.819. **Convenção sobre os Trabalhadores Migrantes**. 14 de julho de 1966. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D58819.htm>. Acesso em: 25 abr. 2017.

VALESCO, Clara; MANTOVANI, Flávia. **Em 10 anos, número de imigrantes aumenta 160% no Brasil, diz PF**. São Paulo, 25 jun. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/06/em-10-anos-numero-de-imigrantes-aumenta-160-no-brasil-diz-pf.html>>. Acesso em: 24 abr. 2017.

¹ Acadêmico do Curso de Direito da FACTU

² Professora Orientadora do Curso de Direito da FACTU

³ Professor Coorientador do Curso de Direito da FACTU

A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DOS NASCITURO: uma visão da atuação estatal e do terceiro setor em Unaí/MG

GRILLO, Vitor Hugo Gonçalves¹
BALBINO, Michelle Lucas Cardoso²
CAPANEMA, Orivaldo Lucas³

Palavras-Chave: Nascituro. Aborto. Direito. Vida.

A presente pesquisa consiste em abordar sobre o direito à vida do nascituro, que está tipificado na Constituição Federal de 1988, bem como o Código Civil de 2002, e no Estatuto do Nascituro, que existe ainda como Projeto de Lei nº 478 de 2007. A problemática deste trabalho consiste em: como é a atuação do poder público e do terceiro setor de Unaí/ Mg na efetivação dos direitos do nascituro? Assim, o objetivo geral desta pesquisa consiste em estudar o trabalho efetivado pelo poder público e pelas organizações não governamentais (ONG's) na conscientização da sociedade em relação aos direitos que o nascituro possui e como isso contribui para a efetivação do Estado do Nascituro. Como objetivos específicos para composição do referencial teórico da presente pesquisa, têm-se os seguintes objetivos: pesquisar a origem dos direitos do nascituro no ordenamento jurídico; conhecer as diversas posições doutrinárias a respeito dos direitos do nascituro no nascituro; e por fim, verificar a atuação do terceiro setor na defesa do nascituro e sua influência no poder público. Já para a realização da pesquisa empírica, definiram-se como objetivos específicos os seguintes: identificar o ponto de vista da sociedade unaiense em relação às políticas públicas exercidas para a defesa dos direitos do nascituro na cidade de Unaí; verificar o trabalho do poder na comarca de Unaí a respeito de alimentos gravídicos e autorização para aborto nos casos de estupro. O presente projeto de pesquisa justifica-se como um estudo, no qual teremos a oportunidade de penetrar em uma seara pouco explorada em Unaí, o direito à vida do nascituro. Através desse trabalho o público leitor, a sociedade em geral, como acadêmicos, professores e demais interessados poderá ter uma visão mais crítica desse tema tão interessante. O tema observará com olhos mais atentos a causa do nascituro, que diante da sua tamanha importância, de relevância constitucional, visto que em se falando de nascituro, fala-se de direito fundamental a vida.

REFERÊNCIAS

BASSUMA, Luiz; MARTINI, Miguel. **Projeto de lei nº. 478, de 2007**. Dispõe sobre o Estatuto do Nascituro e dá outras providências. Câmara dos deputados. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=345103>. Acesso em 03 maio 2017.

BRASIL. **Lei °. 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Planalto. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm. Acesso em 03 maio 2017.

_____. **Constituição da república federativa do brasil de 1988**. Planalto. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/06/em-10-anos-numero-de-imigrantes-aumenta-160-no-brasil-diz-pf.html>>. Acesso em: 24 abr. 2017.

¹ Acadêmico do Curso de Direito da FACTU

² Professora Orientadora do Curso de Direito da FACTU

³ Professor Coorientador do Curso de Direito da FACTU

A LEI 11.340/2006 E SEUS EFEIOS EM RELAÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

OLIVEIRA, Shirley Gláucia Leandro¹

BALBINO, Michelle Lucas Cardoso²

CAPANEMA, Orivaldo Lucas³

Palavras-Chave: Lei Maria da Penha. Violência contra a mulher. Efeitos

O presente projeto de pesquisa justifica-se pelo fato da ocorrência em larga escala de violência contra a mulher por ano, e os desafios que persistem contra a lei, e acaba limitando o acesso de milhares de mulheres e meninas à segurança e também à justiça, assim como problema busca-se analisar se a Lei n.º. 11.340/2006 está surtindo efeitos desejados na prevenção da violência contra a mulher em Unaí-MG. O objetivo geral desta pesquisa consiste em analisar o índice da violência contra a mulher em Unaí-MG, com intuito de observar se a mencionada lei surte os efeitos desejados. Como objetivos específicos para composição do referencial teórico da presente pesquisa têm-se os seguintes: pesquisar sobre a violência e verificar quantas mulheres dão prosseguimento com o processo, já para a realização da pesquisa empírica, definiu-se como objetivo empírico o seguinte: especificar o número de violência contra a mulher entre os anos de 2014 a 2016 em Unaí-MG, justificar o porquê não têm iniciativas mais eficazes de proteção, mais severas em relação às ocorrências já que, na maioria das vezes, os culpados permaneceram impunes ou são condenados a penas mais brandas. A importância dessa pesquisa é obter uma diminuição dessa violência em nossa cidade, para que as mulheres possam ter acesso livre à sociedade e a tranquilidade de viver sem medo, sabendo que ela estará protegida pois toda mulher tem direito à vida, assim como tem também o direito de procurar seus direitos.

REFERÊNCIA

BRASIL. **Lei n.º 11.340, de 7 de agosto de 2006.** Cria mecanismo para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos juizados de violência Doméstica e familiar contra a mulher; altera o código de processo penal, o código penal e a lei de execução penal; e dá outras providências. Planalto. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 03 maio 2017.

¹ Acadêmica do Curso de Direito da FACTU

² Professora Orientadora do Curso de Direito da FACTU

³ Professor Coorientador do Curso de Direito da FACTU

JUDICIALIZAÇÃO EM SAÚDE: análise dos critérios utilizados em decisões judiciais em relação à assistência farmacêutica em Unaí/MG

HEBACH, Rodrigo Cordeiro¹
BALBINO, Michelle Lucas Cardoso²
CAPANEMA, Orivaldo Lucas³

Palavras-Chave: Medicamentos Judicialização. Critérios de julgamento

O Poder Judiciário tem sido alvo de críticas em relação às demandas judiciais em saúde por intervir nas políticas de saúde, desconsiderando as normas e políticas de gestão estabelecidas e fazendo cumprir a lei baseando-se no direito à vida ligado ao constante aumento das demandas de judicialização em saúde. O poder tem sido chamado a responder demandas relacionadas à saúde pública (SANT'ANA, 2009). Em virtude disso, esta pesquisa se propõe a responder à seguinte **problemática**: como as decisões judiciais para aquisição de medicamentos são aplicadas, em que são embasadas as decisões dos magistrados e se uma ausência de perícia prejudica a tomada de decisões do Juiz devido à falta de informações técnicas? Para responder a essa pergunta problema é necessário que o seguinte **objetivo geral** seja cumprido: verificar como estão sendo aplicadas as decisões judiciais referentes à aquisição de medicamentos. Para atingir o objetivo geral, os seguintes objetivos teóricos deverão ser cumpridos ao longo do referencial teórico: conhecer as decisões judiciais referentes à assistência farmacêutica; conhecer as leis que regulamentam o SUS; conhecer quais os critérios adotados pelo poder judiciário nas decisões referentes à assistência farmacêutica. A pesquisa pretende satisfazer aos seguintes **objetivos empíricos**: identificar o nível de conhecimento técnico dos magistrados perícia das demandas judiciais referentes a aquisição de medicamentos; verificar como é realizada a perícia das demandas judiciais referentes à aquisição de medicamentos no município de Unaí e quais os impactos destas nos processos judiciais de medicamentos. Pretende-se verificar a seguinte **hipótese**: a ausência de perícia nas demandas judiciais para aquisição de desconsiderando as filas e políticas de distribuição de medicamentos, levando o município a ter dificuldades para financiar, de forma coerente com a distribuição de medicamentos no município e dificultando também o acesso do paciente que não tem conhecimento das formas legais para a aquisição de medicamento. A pesquisa justifica-se no constante crescimento pela busca do Poder Judiciário para obtenção de medicamentos de alto custo, tema que tem gerado amplas discussões em relação ao conhecimento técnico dos magistrados relacionados às políticas públicas de saúde, além do impacto das decisões na saúde pública.

REFERÊNCIAS

NEVES, Diemerson Leonardo da Silva. **Judicialização da saúde**: a obtenção de tratamento pela via judicial. 2012. 57 f. monografia- (Graduação em Direito) – Universidade Presidente Antônio Carlos, Barbacena/MG. 2012.

SANTANA, Ramiro Nóbrega. **A saúde aos cuidados do Judiciário**: A Judicialização das Políticas Públicas de Assistência Farmacêutica do Distrito Federal a partir da jurisprudência do TJDF. 2009. 159 f. Dissertação – (Mestrado em Direito) – Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2009.

¹ Acadêmico do Curso de Direito da FACTU

² Professora Orientadora do Curso de Direito da FACTU

³ Professor Coorientador do Curso de Direito da FACTU

ATUAÇÃO DO PODER PÚBLICO NA DEFESA DOS DIREITOS DOS ANIMAIS E CONSEQUÊNCIA PARA A SOCIEDADE LOCAL

TIAGO, Quione Nicolau Pereira¹
BALBINO, Michelle Lucas Cardoso²
CAPANEMA, Orivaldo Lucas³

Palavras-Chave: Poder público. Direitos dos animais. Sociedade local.

O direito dos animais encontra respaldo no artigo 225 da constituição Federal que versa sobre a defesa do meio ambiente, bem como a Declaração dos Direitos dos Animais, com a Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/98). A problemática a ser resolvida versa sobre Animais como coisas e como sujeitos de direitos, e como é a atuação do poder público em relação à defesa dos direitos dos animais e qual sua contribuição para a sociedade local. O objetivo geral desta pesquisa consiste em estudar o trabalho executado pelo poder público para a defesa dos direitos destes e qual a sua contribuição para a sociedade local. Como objetivos específicos têm-se os seguintes: pesquisar os direitos dos animais no ordenamento jurídico brasileiro, e como estes direitos tem avançado; pesquisar as diversas posições doutrinárias a respeito dos direitos dos animais; verificar a influência que as ONG's exercem em relação aos direitos dos animais no ordenamento jurídico pátrio. Já para a realização da pesquisa empírica, definiram-se objetivos específicos empíricos: identificar a situação dos animais de rua na cidade de Unaí; estudar a atuação do poder político na proteção dos animais e a defesa de seus direitos; verificar o avanço do Projeto de Lei nº.52/2016 que se refere à criação do Conselho Municipal de Proteção aos Animais COMPA, cria o fundo municipal do bem-estar animal FUMBEA. O presente projeto de pesquisa justifica-se pela polêmica que norteia o ordenamento jurídico brasileiro, causando divergências na doutrina, legislação e jurisprudência, visto que alguns os consideram como coisas e outros como sujeitos de direitos. Diante disto, este trabalho visa discutir o porquê de os animais não serem tratados como sujeitos de direitos. De forma unânime, visto que são seres vivos e possuem sentimentos como nós, merecendo maior atenção de nossas autoridades. O público alvo a que se destina esse trabalho são todas as pessoas que se interessem pela causa dos animais, como o corpo docente e discente das faculdades de Direito. Através da leitura deste trabalho, pode-se levar as pessoas a terem uma visão mais crítica a respeito do tema, podendo ser no dia de amanhã, os legisladores juristas, doutrinadores e diversas outras autoridades públicas que poderão atuar na defesa dos direitos dos animais. A base para a construção desta argumentação é o ordenamento jurídico brasileiro, bem como as diversas posições doutrinárias que norteiam o tema e a atuação das ONG's em favor da questão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.** Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Planalto. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.htm>. Acesso em 03 maio 2017.

BRASIL. **Constituição da república Federativa do Brasil de 1988.** Planalto. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm . Acesso em 03 maio 2017.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura. **Declaração Universal dos direitos dos Animais.** Bruxelas – Bélgica, em 27 de janeiro de 1978. Disponível em: <http://portal.cfmv.gov.br/portal/uploads/direitos.pdf>. Acesso em 03 maio 2017.

¹ Acadêmica do Curso de Direito da FACTU

² Professora Orientadora do Curso de Direito da FACTU

³ Professor Coorientador do Curso de Direito da FACTU

LOGÍSTICA REVERSA E DIREITOS HUMANOS

CAMPOS, João Pedro Faria¹
VIEIRA NETO, Geraldo Cristino²
OLIVEIRA, Lucas Marcelino de³
BALBINO, Michelle Lucas Cardoso⁴

Palavras-Chave: Logística Reversa. Direitos Humanos. Consumo.

O presente artigo alude à logística reversa e os direitos humanos e tem por objetivo geral identificar quais as contribuições da logística reversa para assegurar a prática de atividades com foco nos direitos humanos, visto que esse é um instituto presente na vida de cada cidadão, com atitudes que possui em consequências presentes e principalmente futuras à sociedade, a seus descendentes e também a si mesmo. Diante disso indagou-se quais as contribuições da logística reversa para os direitos humanos para que o indivíduo viva de forma saudável e segura? Para responder a essa problemática, apontaram-se três objetivos específicos: compreender como é o processo da logística reversa para melhoria da qualidade de vida da população; estudar os direitos humanos; e identificar as contribuições econômicas e sociais da logística reversa para os direitos humanos. Para tanto o estudo se organizou em três tópicos, quais sejam, no primeiro momento descreveu-se os aspectos conceitual referente ao instituto da logística reversa, conceito que não é absoluto e se modifica com a globalização para ficar condizente com o momento atual, diga-se então, que logística reversa é um procedimento que completa a logística tradicional com o intuito de retornar os produtos/embalagens a sua origem. Em seguida, descreveu-se ainda a questão histórica e conceitual dos Direitos Humanos, disposto na Declaração Universal dos Direitos Humanos- DUDH proclamada em 1948, que destaca seu artigo 1º com ênfase na proteção dos direitos humanos, e posteriormente, no terceiro momento apontou as empresas e a qualidade de vida para o consumidor. Por fim, deste estudo conclui-se que, apesar de ser um instituto em constante mudança, a cada momento que passa se adaptar ao momento atual e carrega consigo a base do princípio da confiança, já que as partes devem agir de boa fé e esperar reciprocidade uma da outra e efetiva pretensão de proteger os direitos humanos do cidadão e a segurança perante a relação de consumo entre o fornecedor e o consumidor para a criação de novos negócios para a cadeia produtiva alcançando seu objetivo geral e conseqüentemente respondendo à problema imposta.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Declaração **Universal dos Direitos Humanos 1948**. 005. Rio: Unic, 2009.

LACERDA, L. **Logística reversa: Uma visão sobre os conceitos básicos e as práticas operacionais**. Rio de Janeiro: Copped/ufRJ, 2002.

SHIBÃO, F.Y.; MOORI, R.G.; SANTOS, M.R. **A logística reversa e a sustentabilidade empresarial**. Publicado em 09/2002. Disponível em: http://web-resol.org/textos/a-logistica_reversa_e_a_sustentabilidade_empresarial.pdf. Acesso em 21 de abr.2017.

¹ Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis da FACTU

² Acadêmico do Curso de Administração da FACTU

³ Acadêmico do Curso de Administração da FACTU

⁴ Professora Orientadora do Curso de Direito e Administração da FACTU

O ESTUPRO DE VULNERÁVEL NA ZONA RURAL DE UNAÍ-MG

MORETE, Izadora¹
BALBINO, Michelle Lucas Cardoso²
CAPANEMA, Orivaldo Lucas.³

Palavras-Chave: Estupro de vulnerável. Elevada incidência. Zona rural.

A presente pesquisa consiste em abordar sobre o estupro de vulnerável na cidade de Unaí-MG, uma vez que vem sendo observado que o crime em tela acontece reiteradamente. A proliferação desse delito na cidade tem gerado insegurança diante do menor, uma vez que é previsto em lei a sanção específica para prevenir e reprimir o referido crime. Todavia a figura preventiva não está tendo sua real eficácia. Devido a isso a pesquisa tem como problemática: Quais os motivos que levam a zona rural de Unaí a ter grande incidência de crimes contra a dignidade sexual da criança e do adolescente? O objetivo geral é verificar quais os motivos que levam a zona rural de Unaí ter grande incidência do crime contra a dignidade sexual da criança e do adolescente. Tendo como objetivos específicos para a composição do referencial teórico da presente pesquisa, os seguintes: estudar as modificações que houve diante do art.217 do CP, bem como observar quais as consequências que o crime de estupro de vulnerável traz para a vítima; pesquisar quais são as assistências que o ECA oferece para a criança e o adolescente; e analisar o que o Estado pode fazer para prevenir o crime de estupro de vulnerável. Já para a realização da pesquisa empírica, definiram-se como objetivos específicos empíricos: Verificar os inquéritos de estupro de vulnerável da Delegacia da Mulher de Unaí-MG; e identificar por que na zona rural existe a grande incidência desse delito. O presente projeto de pesquisa justifica-se pelo fato do Direito Penal observar o princípio da intervenção mínima que, ressalta que o Direito Penal vai intervir toda vez que um bem jurídico é violado. Devido tal fato o crime de estupro de vulnerável é uma conduta que o Direito Penal não considera insignificante e sempre vai aplicar suas sanções para prevenir e reprimir esse delito, todavia, mesmo com previsão legal a figura do aludido crime vem tendo grande incidência na zona rural de Unaí, gerando dúvidas sobre o porquê desse elevado número. Essa pesquisa é importante, pois busca entender os motivos e assim definir qual seria a melhor forma de proteger essas crianças e adolescentes vítimas dessa violência.

REFERÊNCIA

BRASIL. **Lei 2.848/40, de 07 de Dezembro de 1940.** Código Penal. Brasília: Senado, 1940. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreyp-Lei/Del2848.htm>. Acesso em: 22 abr.2017.

¹ Acadêmica do Curso de Direito da FACTU

² Professora Orientadora do Curso de Direito da FACTU

³ Professor Coorientador do Curso de Direito da FACTU

**EMPREENDEDORISMO NO ENSINO JURÍDICO: o ensino de atitudes
empreendedoras na garantia da celeridade processual e o acesso à justiça**

GONÇALVES, William¹
BALBINO, Michelle Lucas Cardoso²
CAPANEMA, Orivaldo Lucas³

Palavras-Chave: Ensino jurídico. Empreendedorismo. Celeridade processual.

O judiciário vem sendo ao longo dos anos imensamente desaprovado nos assuntos que tangem sobre a excessiva morosidade dos processos, visando que tal processo fosse lépido e desembaraçado o Código de Processo Civil traz em seu conteúdo por exemplo no art. 3º, que trata do incentivo a mediação e a conciliação, evitando assim que muitas vezes processo se arrastem por anos, gerando assim o não acesso á justiça, que é fato fundamental previsto na Constituição Federal. (BRASIL, 2015). Em virtude disso esta pesquisa se propões a responder a seguinte problemática: quais contribuições do ensino de atitudes empreendedoras (empreendedorismo) em cursos jurídicos para a garantia da celeridade processual e o acesso à justiça? Assim no interesse de responder a essa pergunta problema é necessário que o seguinte objetivo geral seja processual. Na busca de cumprir o objetivo gera os seguintes objetivos teóricos deverão ser cumpridos ao longo do referencial teórico: conhecer formas de empreendedorismo, tentando evidenciar sua diferença, tanto no meio científico, como sua aplicabilidade no meio social, com enfoque no mundo jurídico; demonstrar como o novo CPC trata as questões relacionadas a celeridade do processo; definir o papel do jurista como essencial a justiça, e para a promoção da celeridade do processo. A pesquisa será realizada em campo pretende satisfazer os seguintes objetivos empíricos: conhecer o posicionamento dos juristas quanto a importância da busca pela celeridade processual; bem como verificar como os juristas utilizam o empreendedorismo como ferramenta para a celeridade processual. Essa pesquisa pretende ainda verificar a seguinte hipótese: o não uso dos meios impulsionadores a celeridade do processo pode trazer como resultado o não acesso á justiça em tempo razoável, para que assim seja promovida a justiça. Como justificativa deste projeto, atualmente tem se vivido um paradoxo entre dar celeridade ao processo legal, e qual a visão empreendedora do aluno-jurista para o desenrolar dos trâmites processuais.

REFERÊNCIA

BRASIL. Lei nº13.105, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm. Acesso em: 01 maio 2017.

¹ Acadêmico do Curso de Direito da FACTU

² Professora Orientadora do Curso de Direito da FACTU

³ Professor Coorientador do Curso de Direito da FACTU

O DIREITO DE VIZINHANÇA NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E A TUTELA DOS DIREITOS HUMANOS

BRANDÃO, Carlos Vinícius¹

ESCOBAR, Fernando Henrique Brandão²

JESUS, Tiago Inácio³

MELO, Paulo Giovanni Rodrigues⁴

Palavras-Chave: Vizinhança. Limites. Direitos humanos.

O presente artigo tem o objetivo de apresentar um estudo sobre o direito de vizinhança com a seguinte problemática: O direito de vizinhança tem resultado satisfatório na sua legislação em relação aos direitos humanos? Para tanto, utilizou-se o método de pesquisa qualitativa de casos específicos e de cunho bibliográfico a respeito do tema, tendo o cunho de análise social através de pesquisa aplicada. Na primeira parte, descreveu-se a conceituação do que é direito de vizinhança e de como ele é aplicado na legislação geral. Na segunda parte, verifica-se sobre as principais características dos direitos de vizinhança, observando variadas teorias afins para uma melhor análise e melhor amplitude, com vários pontos de vista sobre o que seria mais certo aplicar de acordo com a legislação vigente. É através dessa hipótese que o direito de vizinhança aparece para impor os direitos e deveres de cada proprietário e harmonizar a divergência entre as partes, para um melhor convívio social (GONÇALVES, 2011). A proposta de se trabalhar o tema surgiu da necessidade de refletirmos a forma como o direito de vizinhança utiliza sua autonomia para aplicar as suas normas sobre os direitos reais dos proprietários. As questões tratadas aqui são alvo de grande debate pelo fato de envolver os direitos reais dos moradores. (PEREIRA, 2012).

REFERÊNCIAS

PEREIRA Caio Mario da Silva. **Instituições de direito civil, direitos reais**. 21ª Edição Volume IV, Forense 2012.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro – direito das coisas**. 7ª ed. Volume V, editora Saraiva 2011.

¹ Acadêmico do Curso de Direito da FACTU

² Acadêmico do Curso de Direito da FACTU

³ Acadêmico do Curso de Direito da FACTU

⁴ Professor Orientador do Curso de Direito da FACTU

**DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA:
obrigações da sociedade**

PITA, João Claudio Silva de Melo¹
LACERDA, Luciene Amaral²
VIEIRA, Renata da Costa³
LUCAS JÚNIOR, José⁴

Palavras-Chave: Pessoa portadora de deficiência. Direitos humanos. Inclusão

O presente artigo tem como objetivo o estudo da inclusão da pessoa portadora de deficiência associado ao conceito de direitos fundamentais e obrigações da sociedade. É de nosso conhecimento que a Constituição Federal tem normas que garantem a inclusão de trabalho. A inclusão social relaciona-se com inclusão no mercado de trabalho, razão pela qual foi preciso elaborar e normas visando assegurar às pessoas com deficiência o direito de trabalhar. A Lei n° 8.213/91 representa grande avanço na questão relacionada à empregabilidade das pessoas com deficiência, quando em seu art. 7º, XXXI, prescreve a “proibição de qualquer discriminação no tocante ao salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência”. Já no que diz respeito ao atendimento educacional especializado, este deve ser oferecido preferencialmente na rede regular. A partir disso descreveram-se os direitos tidos como fundamentais, obtidos através da Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, de 30 de março de 2007). Observou-se a necessidade de um reconhecimento das pessoas portadoras de deficiência pelo Estado, no sentido de estimular o desenvolvimento de políticas públicas e ações afirmativas que efetivem os seus direitos fundamentais, que são necessários para a condição de existência da cidadania da pessoa humana. Posteriormente, descreveu-se o conceito de deficiência estabelecido pela Convenção Internacional do Direito das Pessoas com Deficiência. Concluiu-se que a adaptação e a interação na sociedade fazem com que a pessoa portadora de deficiência tenha sua autoestima elevada e independência, trazendo assim a igualdade para todos.

REFERÊNCIA

DIMOULIS, Dimitri; MARTINS, Leonardo. **Definição e características dos direitos fundamentais.** Direitos Fundamentais e Estado Constitucional, 2009. (Graduação em Direito) – Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí. Unaí, 2017.

¹ Acadêmico do Curso de Direito da FACTU

² Acadêmica do Curso de Direito da FACTU

³ Acadêmica do Curso de Direito da FACTU

⁴ Professor Orientador do Curso de Direito da FACTU

CADERNO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

ANÁLISE DE COMPONENTES DA APTIDÃO FÍSICA EM ESCOLARES DE 11 ANOS DE IDADE

LEITE, Raiane¹
MARTINS, Carolina²
RODRIGUES, Cleidiane³
DANTAS, Renata⁴
SIMÕES, Graziela⁵

Palavras-Chave: Aptidão física. Educação física escolar. Índice de Massa Corpórea.

Introdução: Conforme Matsudo (2005), a aptidão física é composta por fatores biológicos e psicossociais que são construídos por diferentes características. Duarte (1981) aponta a velocidade como uma variável da aptidão física muito importante já que a mesma é um elemento fundamental em muitas modalidades esportivas. A agilidade pode ser denominada como uma capacidade de cometer trocas rápidas de direção, sentido e deslocamento da altura do centro de gravidade do corpo. **Metodologia:** Participaram deste estudo 10 indivíduos do sexo feminino e 10 do sexo masculino com a idade de 11 anos de, em quem foi testado o índice de alguns componentes da aptidão física, com atividades de velocidade onde a criança correu 50 metros com seu tempo cronometrado e, agilidade; foi aplicado um teste de Shutte Run que é uma corrida de 9,14 metros até a linha marcada, momento em que o indivíduo pega um dos dois objetos colocados após a linha, volta para o local de partida e logo após busca o objeto que restou voltando para a linha de partida novamente, também com seu tempo cronometrado. Foram coletados a altura, o peso, o IMC (Índice de massa corporal) e quantas vezes por semana eram realizadas atividades físicas. Os dados foram expressos em média \pm desvio padrão. A normalidade das variáveis foi analisada através do teste Shapiro-Wilk, o qual demonstrou que as mesmas não se desviavam da distribuição normal ($p > 0,05$ para todas as variáveis). O pacote estatístico adotado foi o SPSS 22. Foi utilizado o teste T para amostras Independentes a fim de determinar o nível de significância das diferenças entre a variável sexo. O grau de significância empregado foi de $p < 0,05$. **Resultados e discussão:** Observou-se que não houve diferenças significativas nas variáveis analisadas por sexo. Para todos os componentes testados $p > 0,05$. Todavia observou-se que as médias de resultados para agilidade, velocidade e para o IMC são maiores para os meninos. **Conclusão:** Conclui-se que para o grupo analisado não foi encontrada diferenças significativas para os componentes da aptidão física (velocidade, agilidade e o IMC) por sexo.

REFERÊNCIA

MATSUDO, Victor Keihan Rodrigues. **Testes em ciências do esporte**. 7ª ed. São Caetano, do Sul: CELAFISCS, 2005. 167 p. v. 1.

¹ Acadêmica do Curso de Educação Física - FACTU

² Acadêmica do Curso de Educação Física – FACTU

³ Acadêmica do Curso de Educação Física - FACTU

⁴ Professora Orientadora do Curso de Educação Física – FACTU

⁵ Professora Coorientadora do Curso de Educação Física - FACTU

ANÁLISE DESCRITIVA DA RESISTÊNCIA ABDOMINAL E DA FORÇA DE MEMBROS SUPERIORES DE ADOLESCENTES DE 12 A 14 ANOS

SOUSA, Dayane¹
KELLE, Cássia²
OLIVEIRA, Thamires³
GONÇALVES, Larissa⁴
DANTAS, Renata⁵
SIMÕES, Graziela⁶

Palavras-Chave: Aptidão física. Antropometria. Índice de Massa Corpórea.

Introdução: O objetivo do estudo foi verificar se há diferença entre meninos e meninas em relação à força muscular dos membros superiores. A prevalência mundial da obesidade infantil vem apresentando um rápido aumento nas últimas décadas, sendo caracterizada como uma verdadeira epidemia mundial, alguns estudos sugerem que o tempo de duração da obesidade está diretamente associado à morbimortalidade por doenças cardiovasculares. (OLIVEIRA; FISBERG; 2003). Por falta de incentivo dos pais e fatores econômicos, a criança não pratica atividade física, e isto pode causar ansiedade levando-as a comerem mais. O conceito da aptidão física foi delineado por meio do modelo multidimensional a partir da década de 1960, sendo relacionado à saúde que avalia o componente cardiovascular e neuromuscular, os testes que utilizam o próprio peso corporal, a fim de verificar a força e a resistência muscular. Esses testes são muito utilizados por apresentarem baixo custo e utilizarem equipamentos acessíveis. (MARINHO, MARINS, 2012). A aptidão física está relacionada com a obesidade, pois se a criança for obesa não irá conseguir realizar tantas repetições abdominais nem da flexão.

Metodologia: Esse estudo foi realizado em duas escolas públicas na cidade de Unaí-MG, com alunos entre 12 a 14 anos de idade de ambos os sexos, sendo 10 meninas e 10 meninos, destes alunos foram coletados, sexo, idade, peso, altura. Foi calculado o Índice de massa corporal (IMC). Foram coletados dados através de testes de aptidão física: força dos membros superiores e resistência abdominal. Cada um teve 1 minuto para realizar o máximo de abdominais completos, e 1 minuto para flexão de cotovelos em quatro apoios. Foi utilizado o teste T para amostras Independentes a fim de determinar o nível de significância das diferenças entre a variável sexo. O grau de significância empregado foi de $p < 0,05$.

Resultados e discussão: Para as variáveis força de membros superiores e resistência abdominal encontrou-se diferenças significativas quando os indivíduos foram comparados por sexo ($p < 0,05$). Nenhum dos dois grupos apresentou sobrepeso ou obesidade.

Conclusão: Para o grupo estudado, encontraram-se diferenças por sexo significativas para as variáveis de aptidão física analisadas. Não foi encontrada diferença significativas para o IMC.

REFERÊNCIAS

MARINHO, Bruno Ferreira; MARINS João Carlos Bouzas. **de força/resistência de membros superiores:** análise metodológica e dados normativos. 1. ed. Curitiba: Fisioter, 2012.

OLIVEIRA, Cecília L. de; FISBERG, Mauro. **Obesidade na infância e adolescência** – uma verdadeira epidemia. 2. ed. São Paulo: Apr, 2003.

¹ Acadêmica do Curso de Educação Física - FACTU

² Acadêmica do Curso de Educação Física - FACTU

³ Acadêmica do Curso de Educação Física - FACTU

⁴ Acadêmica do Curso de Educação Física - FACTU

⁵ Professora Orientadora do Curso de Educação Física - FACTU

⁶ Professora Coorientadora do Curso de Educação Física - FACTU

ANÁLISE DA FLEXIBILIDADE EM ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL

SILVA, Joseline¹
SILVA, Vitor²
MORAIS, Anderson³
SANTANA, Paulo⁴
BERNARDES, Douglas⁵
DANTAS, Renata⁶

Palavras-Chave: Flexibilidade. Antropometria. Índice de Massa Corpórea.

Introdução: Para Minatto et al (2010), a flexibilidade é a capacidade de elasticidade dos músculos e tecidos conectivos combinados à mobilidade articular. Dantas et al. (2002) afirmam que, com o passar dos anos, o indivíduo tende a perder a flexibilidade e que esta perda resulta em maior probabilidade de lesões e problemas funcionais. **Metodologia:** Participaram deste estudo 30 adolescentes, 15 do sexo masculino e 15 do sexo feminino, com faixa etária de sete a nove anos de idade. Para obtenção da flexibilidade foi utilizado o banco de Wells. Para tanto, o aluno devia sentar-se e inclinar projetando-se para frente, com os joelhos totalmente estendidos, deslizar os dedos ao longo da régua até onde for possível. Este procedimento é realizado três vezes, o maior resultado será o índice de flexibilidade. Foi utilizado o teste T para amostras Independentes, a fim de determinar o nível de significância das diferenças entre a variável sexo. Somente para variável flexibilidade foi utilizado o teste não paramétrico de Mann Whitney. O grau de significância empregado foi de $p < 0,05$. **Resultados e discussão:** Quando comparados por sexo, as variáveis flexibilidade e altura não mostraram diferenças significativas $p > 0,05$. Foi encontrada diferença significativa para a variável Índice de massa corporal (IMC), $p = 0,04$ e os dois grupos apresentaram-se eutróficos. Nessa faixa etária meninas e meninos têm poucas diferenças nos componentes da aptidão física do ponto de vista fisiológico (GALLAHUE e OZMUN, 2005). **Conclusão:** Conclui-se que houve diferença significativa entre os grupos somente para o Índice de Massa Corporal.

REFERÊNCIAS

DANTAS, Estélio Henrique Martin et. al. A preponderância da diminuição da mobilidade articular ou da elasticidade muscular na perda da flexibilidade no envelhecimento. **Fitness & Performance Journal**, v.1, n.3, p.12-20, 2002.

GALLAHUE, D; OZMUM, D. L. **Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos**. São Paulo/SP: Phorte, 2001.

MINATTO, Giseli et al. IDADE, MATURAÇÃO SEXUAL, VARIÁVEIS ANTROPOMÉTRICAS E COMPOSIÇÃO CORPORAL: influências na flexibilidade. **Rev Bras Cineantropom Desempenho Hum**, v.12, n.3, p. 151-158. 2010.

¹ Acadêmica do Curso de Educação Física - FACTU

² Acadêmica do Curso de Educação Física - FACTU

³ Acadêmica do Curso de Educação Física - FACTU

⁴ Acadêmico do Curso de Educação Física - FACTU

⁵ Acadêmico do Curso de Educação Física - FACTU

⁶ Professora Orientadora do Curso de Educação Física - FACTU

ANÁLISE DESCRITIVA DA PRÁTICA DE ATIVIDADE FÍSICA E O ÍNDICE DE MASSA CORPORAL EM ESTUDANTES DE EDUCAÇÃO FÍSICA UMA COMPARAÇÃO POR SEXO

MENEZES, Genildo¹
REIS, João Paulo²
GONÇALVES, Vinícius³
FARIA, Frederico⁴
DANTAS, Renata⁵
SIMÕES, Graziela⁶

Palavras-Chave: Obesidade. Estudantes de Educação Física. Índice de massa corporal.

Introdução: Evidências epidemiológicas indicam que 1,4 bilhão de pessoas no mundo estão com excesso de peso e que, no Brasil, 40% da população está com quilos a mais do que deveria (PITANGA, 2004). Diante de tal situação, a Organização Mundial de Saúde – OMS, classificou, no ano de 2000, a obesidade como epidemia mundial, traçando como desafio o encontro de meios efetivos de controlar a situação. A adoção de um estilo de vida ativo constitui comportamento fundamental para combatê-la e para a manutenção da saúde em qualquer faixa etária. Indivíduos fisicamente ativos tendem a apresentar menos mortalidade e morbidade pelas doenças degenerativas (SILVA, 1996). **Metodologia:** Participaram deste estudo 40 estudantes de Educação Física da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí, sendo 20 do sexo feminino e 20 do sexo masculino, com idade entre 18 e 35 anos, sedentários e não-sedentários. Os universitários foram avaliados através do Índice de Massa Corporal (IMC). O peso foi medido com uma balança eletrônica de marca SECA e a estatura com uma fita antropométrica colocada numa parede sem rodapé, obtendo a medida através de um esquadro de madeira. **Resultados e discussão:** percebe-se que o IMC dos dois grupos pesquisados indica sobrepeso, o que aumenta os riscos destes indivíduos obterem ou enfrentarem algum tipo de doença crônica não transmissível, como: doenças cardiovasculares, diabetes, câncer, doenças respiratórias e obesidade. Dividindo o grupo por gênero nota-se que as mulheres possuem níveis piores. Percebe-se que as variáveis: idade, peso e IMC quando comparadas por sexo não demonstraram diferença significativa, porém, a variável altura, nesta comparação por sexo, mostrou um $P=0,001$. Foi utilizado o teste T para amostras independentes, a fim de determinar o nível de significância das diferenças entre a variável sexo. O grau de significância empregado foi de $p<0,05$. **Conclusão:** Constata-se que o IMC do grupo feminino se encontra na condição de sobrepeso, os homens indicaram praticar mais exercício físico que as mulheres.

REFERÊNCIAS

PITANGA, F.J.G. **Teste, medidas e avaliações em educação física e esportes**. 3ª ed. São Paulo: Phorte, 2004.

SILVA, Rosane c. Rosendo da. Malina, Robert M. Nível de Atividade Física em adolescentes do município de Niterói. **Cadernos de Saúde Pública**, v.16, nº4, 2000.

¹ Acadêmico do Curso de Educação Física - FACTU

² Acadêmico do Curso de Educação Física – FACTU

³ Acadêmico do Curso de Educação Física - FACTU

⁴ Acadêmico do Curso de Educação Física - FACTU

⁵ Professora Orientadora do Curso de Educação Física – FACTU

⁶ Professora Coorientadora do Curso de Educação Física - FACTU

NIVEL DE FLEXIBILIDADE DE IDOSOS PRATICANTES DE ATIVIDADES FÍSICAS NÃO SISTEMATIZADAS

CAETANO, Alexandre¹
FERREIRA, João Lucas²
ROCHA, Karina³
SOUSA, Kaco⁴
DANTAS, Renata⁵
SIMÕES, Graziela⁶

Palavras-Chave: Idosos. Antropometria. Flexibilidade.

Introdução: Para a Organização Mundial da Saúde (2015), idoso é todo indivíduo acima de 60 anos. A flexibilidade, é definida como a capacidade de movimento da articulação com a maior amplitude possível, e declina de 20% a 30% dos 20 aos 70 anos, com um aumento nesse percentual depois dos 80 anos, também é um importante componente da aptidão física, e desperta interesse das áreas da saúde e esportiva (GONÇALVES; GURJÃO; GOBBI, 2007). Desta forma, a atividade física regular e a adoção de um estilo de vida ativa são necessárias para a promoção da saúde e bem-estar durante o processo de envelhecimento. O trabalho de fortalecimento muscular é importante não só para a diminuição do declínio de controle motor, mas também para a melhora da autoestima do idoso, causada pela independência funcional que a atividade física lhe trará (GONÇALVES; GURJÃO; GOBBI, 2007). **Metodologia:** Participaram do estudo 30 idosos, sendo 15 do sexo feminino e 15 do sexo masculino, com idade acima de 60 anos, praticantes de atividade física do clube SINDSMAIU da cidade de Unaí-MG. Para a coleta de dados foi examinado o IMC (Índice de Massa Corporal), a flexibilidade, peso, altura e a idade dos idosos. Foi utilizado o banco de Wells para analisar o nível de flexibilidade, e também, o teste T para amostras Independentes, a fim de determinar o nível de significância das diferenças entre a variável sexo. O grau de significância empregado foi de $p < 0,05$. **Resultados e discussão:** As variáveis analisadas idade, peso, altura, o índice de massa corporal e a flexibilidade quando comparadas por sexo não mostraram diferença significativa ($p > 0,05$). Observou-se que para classificação do nível de flexibilidade, embora não tenha havido diferença significativa por sexo, 50% das mulheres estavam acima da média de flexibilidade para idade. Enquanto que somente 7,14% dos homens estavam acima. Observou-se ainda que 57,16% dos homens estavam com a classificação ruim. **Conclusão:** Concluiu-se que não houve diferença nas variáveis comparadas por sexo. O IMC mostrou sobrepeso tanto para homens quanto para mulheres. Para flexibilidade observou-se que as mulheres apresentaram melhores resultados para a capacidade de flexibilidade do que os homens.

REFERÊNCIAS

- GONÇALVES, R.; GURJÃO, A.L.D.; GOBBI, S O. Efeito de oito semanas do treinamento de força na flexibilidade de idosos. **Revista Brasileira de Cineantropometria & Desempenho Humano**. Rio Claro/SP, 2007
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Relatório mundial de envelhecimento e saúde. 2015.

¹ Acadêmico do Curso de Educação Física - FACTU

² Acadêmico do Curso de Educação Física – FACTU

³ Acadêmica do Curso de Educação Física - FACTU

⁴ Acadêmico do Curso de Educação Física - FACTU

⁵ Professora Orientadora do Curso de Educação Física – FACTU

⁶ Professora Coorientadora do Curso de Educação Física - FACTU

MOTIVAÇÃO DOS ALUNOS EM PARTICIPAR DAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

FIUSA, Camila Barbosa¹
LOURENÇO, Ramon²
MACHADO, Camila³
SILVA, Natálha⁴
DANTAS, Renata⁵
SIMÕES, Graziela⁶

Palavras-Chave: Educação Física escolar. Motivação. Ensino Médio.

Introdução: Atualmente, os problemas relacionados a não participação dos alunos nas aulas de educação física causam uma inquietude na área acadêmica e configura-se como uma realidade na escola. As aulas de Educação Física, no ensino médio vêm sofrendo com a evasão dos alunos, pois os seus conteúdos não vão ao encontro das expectativas deles. Isso acontece devido à proposta esportista que não lhes proporcionam interesse, pois os mesmos conteúdos já foram desenvolvidos no ensino fundamental. De acordo com Mattos e Neira (2000), Almeida e Cauduro (2007), que consideram que essa fase, é extremamente importante na formação da personalidade, através da definição de valores, e a Educação Física como componente curricular precisa contribuir para a formação do seu aluno. Portanto, a motivação desses alunos é um grande desafio para os educadores do ensino médio. Assim atrair a atenção desses adolescentes se torna uma missão difícil, fazendo com que o modo como é aplicada a prática nesse ensino seja repensada.

Metodologia: O instrumento usado foi um questionário semiestruturado de 08 questões. O público alvo dessa pesquisa foram alunos do ensino médio de uma escola estadual da cidade de Unaí- MG. Participaram da pesquisa 23 alunos no total, sendo 15 meninos e 08 meninas.

Resultados e discussão: Observou-se que os alunos se sentem menos motivados a participarem das aulas de Educação Física por não terem um local apropriado, 56,52% se queixaram disso, além da vergonha de praticarem das atividades que 78,26% desses alunos disseram ter. Outro fator de desmotivação atribuído 21,73% foram as aulas teóricas. Segundo 26,08% dos alunos, aulas práticas trariam mais prazer para que os mesmos participassem das aulas. **Conclusão:** Concluiu-se que os alunos, apesar das dificuldades encontradas, a grande maioria participa sim das aulas de Educação Física e são motivados pelo professor a participarem das atividades promovidas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Pedro Celso; CAUDURO, Maria Teresa. O desinteresse pela educação física no ensino médio. Lecturas: **Educación física y deportes**, n. 106, p. 59, 2007.

MATTOS, M. G., & NEIRA, M. G. A construção do conhecimento. In: **Educação física na escola: construindo o conhecimento na escola** (p.29-37). São Paulo: Phorte Editora. 2000.

¹ Acadêmica do Curso de Educação Física - FACTU

² Acadêmico do Curso de Educação Física – FACTU

³ Acadêmica do Curso de Educação Física - FACTU

⁴ Acadêmica do Curso de Educação Física - FACTU

⁵ Professora Orientadora do Curso de Educação Física – FACTU

⁶ Professora Coorientadora do Curso de Educação Física - FACTU

NÍVEL DE MOTIVAÇÃO PARA PRÁTICA DAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

ROCHA, Renan Machado¹
OLIVEIRA, Larissa Vilas Boas²
BARBOSA, Jucélio dos Santos³
DANTAS, Renata⁴
SIMÕES, Graziela⁵

Palavras-Chave: Educação Física escolar. Motivação. Adolescentes.

Introdução: Gouveia (2007) aponta a motivação como principal fator que pode influenciar no comportamento de uma pessoa no processo ensino-aprendizagem, dizendo que “a motivação influi, com muita propriedade, em todos os tipos de comportamentos, permitindo um maior envolvimento ou uma simples participação em atividades que se relacionem com: aprendizagem, desempenho e atenção.” **Metodologia:** Participaram deste estudo 24 adolescentes de ambos os sexos. Foi aplicado um questionário de motivação de Gaya e Cardoso (1998) a fim de verificar o que mais motiva os adolescente a participarem das aulas de educação física. **Resultados e discussão:** Dentre os motivos considerados mais importantes, foi observado que os meninos acham que é: “Para exercitar” (91,66%), “Porque eu gosto” (91,66%), “Para divertir (91,66%)”. Enquanto que para meninas os mais importantes foram “Para manter o corpo em forma”(91,66%), “Para emagrecer” (91,66%) e “Para desenvolver as habilidades” (83,33%) . **Conclusão:** Podemos concluir que os meninos sentem-se mais motivados para a prática das aulas de Educação Física para se exercitar e porque eles gostam das aulas e as meninas são mais motivadas por benefícios estéticos.

REFERÊNCIAS

GOUVÊIA, F. C. **Motivação e prática da educação física.** Disponível em: <http://br.geocities.com/norbasjr/motivacao.htm>. Acesso: 17 mar. 2008.

GAYA, A & CARDOSO, M. Os fatores motivacionais para a prática desportivas e suas relações com sexo e idade e níveis de desempenho desportivo. **Revista Perfil.** Porto alegre: Editora da UFRGS. Ano 2. N.2, p.40-52 1998.

¹ Acadêmico do Curso de Educação Física - FACTU

² Acadêmica do Curso de Educação Física – FACTU

³ Acadêmico do Curso de Educação Física - FACTU

⁴ Professora Orientadora do Curso de Educação Física – FACTU

⁵ Professora Coorientadora do Curso de Educação Física - FACTU

O NÍVEL DE CONHECIMENTO E APLICAÇÃO DE CONTEÚDOS NÃO TRADICIONAIS PELOS PROFESSORES NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

MARTINS, Rafaella¹
SULLY, Bárbara²
NÚBIA, Reis³
TRIGUEIRO, Weiglas⁴
CAMPOS, Bruna⁵
DANTAS, Renata⁶

Palavras-Chave: Educação Física escolar. Professores. Ensino

Introdução: Segundo Betti e Zuliani (2002), a Educação Física está presente como componente curricular nas escolas de educação básica e tem como papel a integração do aluno com a cultura corporal de movimento. Brasil (1997) relata que, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, os conteúdos da Educação Física devem ser desenvolvidos no âmbito escolar e estão divididos em três blocos: Esportes, jogos, lutas e ginástica; Atividades rítmicas e expressivas; Conhecimento do corpo. Betti e Zuliani (2002) apontam que, dentro do bloco de esportes, jogos, lutas e ginásticas, apresentam conteúdos que são menos frequentes na prática das aulas como, as lutas, as ginásticas e o atletismo, que apesar de estar dentro dos esportes, é pouco praticado pelos alunos do ensino regular. **Metodologia:** Participaram 14 professores de Educação Física de ambos os sexos, com idade média de 34,42 ($\pm 8,44$) anos de idade. Foi aplicado um questionário semiestruturado contendo 12 questões, sendo elas 8 abertas e 4 fechadas que estavam relacionadas ao conteúdo Atletismo, Ginástica e Lutas. **Resultados e discussão:** Foi observado que 79% dos professores ministram o Atletismo e 21% não. O estudo ainda revela que 50% dos professores utilizam a Ginástica em suas aulas, sendo que 14% nunca ministraram a modalidade, 22% raramente aplicavam a Ginástica, 7% adotaram em todas as aulas outros 7% a utilizam poucas vezes. A pesquisa ainda abordou as Lutas e mostrou que 47% dos professores efetuam as Lutas e 57% não. **Conclusão:** Foi verificado que grande parte dos professores participantes ministram os conteúdos especificados como não tradicionais (Atletismo, Ginástica e Lutas), e apontam seus benefícios como uma maior resistência corporal, melhora no desenvolvimento dos movimentos naturais, melhora das capacidades físicas, auxilia na integração social, raciocínio, combate a violência, colabora também com a prática de outros esportes. Entretanto, uma parte dos professores não ministram esses conteúdos e relatam falta de interesse por parte dos alunos, que não há materiais e locais para se ministrar adequadamente ou por não terem um conhecimento sobre as modalidades.

REFERÊNCIAS

BETTI, Mauro. ZULIANI, Luiz Roberto. Educação física escolar: uma proposta de diretrizes pedagógicas. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, Ano 1, n. 1, p.73-81, 2002.

BRASIL. MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. **Parâmetros Curriculares Nacionais de Educação Física**. 1997.

¹ Acadêmica do Curso de Educação Física - FACTU

² Acadêmica do Curso de Educação Física – FACTU

³ Acadêmica do Curso de Educação Física - FACTU

⁴ Acadêmico do Curso de Educação Física - FACTU

⁵ Acadêmica do Curso de Educação Física – FACTU

⁶ Professora Orientadora do Curso de Educação Física – FACTU

O DESENVOLVIMENTO PSICOMOTOR CRIANÇAS DE 4 A 5 ANOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

FERREIRA, Mirelle Santana¹

SILVA, Nara Thaís²

COUTO, Thaís da Silva³

MACIEL, Viviane Aparecida⁴

DANTAS, Renata⁵

SIMÕES, Graziela⁶

Palavras-Chave: Educação física escolar. Motivação. Ensino médio.

Introdução: É na infância, particularmente, no início do processo de escolarização que acontece a execução das habilidades motoras, as quais possibilitam à criança o conhecimento e o domínio do seu corpo em diversas atividades. (ROSA NETO et al., 2010). Crianças que têm o hábito da prática esportiva têm uma tendência a ter sua motricidade global melhor, e o seu desenvolvimento motor é superior aos não praticantes. (SANTOS; ROSA NETO; PIMENTA, 2015). O objetivo deste estudo foi avaliar o desempenho motor em crianças praticantes de Educação Física.

Metodologia: A amostra foi constituída por 10 crianças, de 4 e 5 anos, do ensino infantil de uma escola da rede particular de Unaí/MG, sendo praticantes de alguma modalidade oferecida nas aulas de Educação Física. Foi aplicado o Test off Gross Motor Development-2 (TGMD-2), para verificação do desempenho motor. Composto por subtestes de desempenho de locomoção e controle de objetos. O subteste de locomoção é classificado em seis habilidades (correr, galopar, pular em um pé, saltar por cima, salto horizontal e deslocamento lateral). Todas as crianças realizaram em um dia as habilidades motoras de locomoção e em outro dia as habilidades motoras de controle de objetos. Todos os subtestes foram aplicados duas vezes em dias diferentes. Ao aluno que atendeu o critério, foi atribuído o valor de 1 ponto, e aquele que não respeitou o critério recebeu valor de zero. Essa análise ocorreu para ambas as tentativas realizadas. **Resultados e discussão:** Observou-se que 30% das crianças estavam com a idade motora maior que a cronológica tanto para locomoção quanto para o controle de objetos. Contudo 40% delas mostraram com idade motora menor que a cronológica para locomoção e 20% para controle de objetos. **Conclusão:** As crianças do estudo, em sua maioria, encontram-se com idade motora equivalente ou maior que a idade cronológica tanto para locomoção quanto para o controle de objetos. Porém existem crianças que apresentaram idades superiores e inferiores para locomoção e para o controle de objetos respectivamente.

REFERÊNCIAS

ROSA NETO, Francisco et al. **A importância da avaliação motora em escolares:** análise da confiabilidade da Escala de Desenvolvimento Motor. Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências da Saúde e do Esporte, Laboratório de Desenvolvimento Humano. Florianópolis, SC. Brasil, 2010.

SANTOS, Ana Maurilia dos; ROSA NETO, Francisco; PIMENTA, Ricardo de Almeida. Avaliação das habilidades motoras de crianças participantes de projetos sociais/esportivos. **Motricidade**, Portugal, v. 9, n. 2, p.51-61, 2013.

¹ Acadêmica do Curso de Educação Física - FACTU

² Acadêmica do Curso de Educação Física – FACTU

³ Acadêmica do Curso de Educação Física - FACTU

⁴ Acadêmica do Curso de Educação Física - FACTU

⁵ Professora Orientadora do Curso de Educação Física – FACTU

⁶ Professora Coorientadora do Curso de Educação Física - FACTU

AVALIAÇÃO DE PROPENSÃO AO DESENVOLVIMENTO DE TRANSTORNOS ALIMENTARES EM JOVENS UNIVERSITÁRIAS

GAIA, Ana Flávia Martins¹
VAZ, Herberti Campos²
SOARES, Thiago Henrique³
ANDRADE, Eric Francelino⁴
SIMÕES, Graziela Cristina⁵

Palavras-Chave: Transtorno alimentar. Alimentação

Introdução: O medo obsessivo da obesidade faz com que cada vez mais mulheres controlem seu peso corporal, com o uso de dietas milagrosas, exercícios exagerados, laxantes, diuréticos e lavagem intestinal, o que pode configurar-se em transtornos alimentares. Segundo Kirsten et al. (2009), a anorexia nervosa é um transtorno alimentar caracterizado por uma perda de peso auto imposta acompanhada de disfunção endócrina e distorção em relação à imagem, à alimentação e ao peso. **Objetivos:** Avaliar a incidência dos transtornos alimentares em estudantes de Educação Física do sexo feminino da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí. **Metodologia:** Participaram 15 mulheres jovens, com idade entre 20 e 25 anos. O método utilizado foi a aplicação do questionário *Eating Attitudes Test-26* (EAT-26) contendo 20 perguntas com 6 opções de resposta em escala *Likert* (sempre, normalmente, frequentemente, algumas vezes, raramente e nunca). O teste é muito utilizado em estudos epidemiológicos para identificar indivíduos com supostamente susceptíveis ao desenvolvimento de distúrbios da conduta alimentar e pessoas cujas respostas atingem escore igual ou superior a 20. Os dados foram submetidos a estatística descritiva. **Resultados e discussão:** Foi observado que a maioria das estudantes do 4º período do curso de Educação Física apresenta propensão ao desenvolvimento de transtornos alimentares. A alta propensão no desenvolvimento de transtornos alimentares observados no presente estudo corrobora com os resultados encontrados por Bighetti (2003). **Conclusão:** Conclui-se que, entre as estudantes avaliadas, existe uma alta prevalência de propensão à transtornos alimentares

REFERÊNCIAS

BIGHETTI F. **Tradução e validação do Eating Attitudes Test (EAT-26) em adolescentes do sexo feminino na cidade de Ribeirão Preto**, 2003, 101 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem em Saúde Pública), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

KIRSTEN V. R. et al. Transtornos alimentares em alunas de nutrição do Rio Grande do Sul. **Revista de Nutrição**, Campinas, vol. 22, n. 2, 2009, p. 219-227.

¹ Acadêmica do Curso de Educação Física da FACTU

² Acadêmico do Curso de Educação Física da FACTU

³ Acadêmico do Curso de Educação Física da FACTU

⁴ Professor Orientador da FACTU

⁵ Professora Coorientadora da FACTU

AVALIAÇÃO DO CONSUMO DE SUPLEMENTOS ALIMENTARES POR PRATICANTES DE JIU-JITSU DO SEXO FEMININO

BARBOSA, Rafael Gonçalves¹
GRILLO, Ana Paula Gonçalves²
GUIMARÃES, Luana Rosa de Jesus³
JESUS, Wander Luiz de⁴
PRADO, Andressa Munielly da Silva⁵
Eric Francelino⁶

Palavras-Chave: Jiu-Jitsu. Atletas. Suplementos alimentares.

Introdução: Uma alimentação adequada é fundamental para se ter um bom rendimento, para diminuição da fadiga, além de evitar a perda de massa magra. Entretanto, devido à dificuldade em se ter uma boa alimentação, cresce cada vez mais o interesse em produtos que prometem o mesmo benefício de uma alimentação adequada, ou seja, os suplementos alimentares. (MONTEIRO, 2006). O presente estudo objetivou analisar a utilização de suplementos alimentares por atletas praticantes de Jiu-Jitsu em uma academia da cidade de Unaí, Minas Gerais. **Metodologia:** O estudo foi composto por 10 atletas do sexo feminino, praticantes de Jiu-Jitsu, com idade entre 20 e 30 anos. Para a obtenção dos resultados foi utilizado um questionário estruturado, modificado de Albino, (2008) contendo 13 questões sobre o consumo de suplementos, tipos utilizados, orientação nutricional e finalidade do uso. Os dados coletados foram analisados através de estatística descritiva, utilizando o programa Excel (Microsoft Office 2013). **Resultados e discussão:** Os resultados mostram a utilização de suplementos alimentares, de acordo com as perguntas contidas no questionário, 60% fazem utilização e 40% não o fazem. **Conclusão:** De acordo com os resultados do estudo, conclui-se que o consumo de suplementos alimentares por atletas praticantes de Jiu-Jitsu é preocupante, pois consomem sem a devida orientação necessária, sendo que apenas 16% tiveram indicação por um profissional habilitado. Isso devido à falta de conhecimento, não têm conscientização quanto aos benefícios e prejuízos dessa complementação.

REFERÊNCIAS

- MONTEIRO, S. M. N, Glutamina e exercício: metabolismo, imunomodulação e suplementação, nutrição, saúde e performance, *Anuário de nutrição esportiva funcional*, v.7 n.32 p.34-37, 2006.
- ALBINO C.S, CAMPOS P.E. *Perfil dos usuários de suplementos alimentares*: questionário. Lages, 2008.

¹ Acadêmico do Curso de Educação Física da FACTU

² Acadêmica do Curso de Educação Física da FACTU

³ Acadêmica do Curso de Educação Física da FACTU

⁴ Acadêmico do Curso de Educação Física da FACTU

⁵ Acadêmica do Curso de Educação Física da FACTU

⁶ Professor Orientador da FACTU

QUESTIONÁRIO NUTRICIONAL SIMPLIFICADO DE APETITE (QNSA) PARA USO EM PACIENTES EM REABILITAÇÃO CARDIOPULMONAR

CRUZ, Clênio Serafim¹
BRANDÃO, Deilbra Evangelista²
SILVEIRA, Iracema Amâncio dos Reis³
PEREIRA SOBRINHO, Itamar Fernando⁴
CORREA, Ronaldo Izolan⁵
ANDRADE, Eric Francelino⁶

Palavras-Chave: Doenças Cardiovasculares. Má Nutrição. Estudos de validação

Introdução: No Brasil, assim como mundialmente, as doenças cardiovasculares (DCV's) representam a principal causa de incapacidade e morbimortalidade. Aproximadamente um terço dos óbitos totais são causados em decorrência das DCV's. Pacientes com DCV's geralmente apresentam diabetes, ansiedade, depressão, além de poderem apresentar alterações do estado nutricional (GODOY et al. 2007). Desta forma, torna-se importante avaliar as características relacionadas ao apetite em pacientes com DCV's. **Objetivos:** Avaliar o apetite em pacientes com DCV da cidade de Unaí. **Metodologia:** Participaram 10 indivíduos de ambos os sexos com idade entre 30 a 50 anos. O Questionário Nutricional Simplificado De Apetite (QSNA) foi aplicado em pacientes selecionados na Central de Regulação em Saúde de Unaí. Após explanação sobre os objetivos do estudo, todos os participantes concordaram em preencher o questionário. O questionário foi aplicado em forma de entrevista e o tempo de aplicação foi de aproximadamente dois minutos. Os dados foram submetidos à estatística descritiva. **Resultados e discussão:** 40% dos pacientes apresentaram ter o apetite muito bom, sendo que 60% apresentavam saciedade com ½ da refeição, 80% tinha boa percepção do sabor da comida e 60% realizavam mais de 3 refeições ao dia. **Conclusão:** Conclui-se que a maioria dos pacientes avaliados não apresentam comprometimento nos parâmetros relacionados ao apetite.

REFERÊNCIA

GODOY M.F, DE LUCENA J. M, MIQUELIN A. R, PAIVA F. F, et al. Mortalidade por doenças cardiovasculares e níveis socioeconômicos na população de São José do Rio Preto/SP, Brasil. *Arquivos Brasileiros de Cardiologia*, v, 8, n. 2, p. 176-182, 2007.

¹ Acadêmico do Curso de Educação Física da FACTU

² Acadêmica do Curso de Educação Física da FACTU

³ Acadêmica do Curso de Educação Física da FACTU

⁴ Acadêmico do Curso de Educação Física da FACTU

⁵ Acadêmico do Curso de Educação Física da FACTU

⁶ Professor Orientador da FACTU

AVALIAÇÃO DO CONSUMO DE SUPLEMENTOS NUTRICIONAIS EM USUÁRIOS DE ACADEMIAS DE UNAÍ-MG

SÉRVULO, César Augusto Santiago¹
RODRIGUES, Cleidiane Ap. dos Santos²
DIAS, Franciele Caixeta Rocha³
MOURA, Cassia Kele⁴
LEITE, Raiane Paiva⁵
ANDRADE, Eric Francelino⁶

Palavras-Chave: Suplementos. Esportistas. Consumo. Exercício Físico

Introdução: Suplementos alimentares são compostos utilizados para complementar a dieta diária de um indivíduo nos casos em que sua ingestão a partir da alimentação seja insuficiente ou quando seu gasto energético excede a ingestão de nutrientes. Nesse sentido, o esporte modifica as demandas energéticas e metabólicas, fazendo com que, muitas vezes, seja necessária a suplementação (MONTEIRO, 2006). Apesar das orientações e alertas a respeito do risco de sua utilização, é possível que o consumo de suplementos pelos praticantes de exercício físico, particularmente por frequentadores de academias, tenha aumentado. Nos últimos 15 anos, a indústria de suplementos dietéticos tem demonstrado uma ampla expansão; só no ano de 2000 cresceu mais de 10 bilhões de dólares (LOLLO e TAVARES, 2004). **Objetivo:** Avaliar o consumo de suplementos nutricionais entre praticantes de exercício físico em academias de musculação. **Metodologia:** Participaram 23 frequentadores de 3 academias de Unaí/MG sendo 18 homens e 5 mulheres. Foi aplicado um questionário semiestruturado contendo 13 perguntas objetivas e discursivas. Os entrevistados foram abordados na entrada das academias, em diferentes dias e horários de forma aleatória. Foi utilizado o programa Excel (2010) para estatística descritiva. **Resultados e discussão:** A Classificação quanto ao uso de suplementos alimentares em frequentadores de academias de musculação em Unaí foi de 12 homens e 3 mulheres. Sendo os suplementos mais utilizados: Wey Protein (17%), Malto Dextrina (17%), seguidos de Complexo Vitamínico (14%), Creatina (14%) e BCAA (14%). **Conclusão:** Conclui-se que a utilização de suplementos tem elevada incidência na população avaliada, estando dentre os mais utilizados, os suplementos promotores de ganho de massa.

REFERÊNCIAS

LOLLO P.C.B, TAVARES M.C.G.F. perfil dos consumidores de suplementos dietéticos nas academias de ginástica de Campinas. **EFDeportes.com, Revista Digital Buenos Aires**, v. 10, n.76, p. 1, 2004.

MONTEIRO S.M.N, Glutamina e exercício: metabolismo, imunomodulação e suplementação, nutrição saúde e performance, **Anuário de Nutrição Esportiva Funcional**, v.7 n.32 p.34-37, 2006.

¹ Acadêmico do Curso de Educação Física da FACTU

² Acadêmica do Curso de Educação Física da FACTU

³ Acadêmica do Curso de Educação Física da FACTU

⁴ Acadêmica do Curso de Educação Física da FACTU

⁵ Acadêmica do Curso de Educação Física da FACTU

⁶ Professor Orientador da FACTU

PERCEPÇÃO NUTRICIONAL DE IDOSOS PARTICIPANTES DO PROGRAMA DE CAPOTERAPIA NA CIDADE DE ARINOS-MG

SOUSA, Breno Nazário Alves¹
SILVA, Valdeci Pereira da²
PORTUGUÊS, Cristiane Aparecida³
MORAIS, Ricardo Arley de⁴
MENDONÇA, Douglas Alves de⁵
ANDRADE, Eric Francelino⁶

Palavras-Chave: Idosos. Capoterapia. Percepção nutricional

Introdução: A Capoterapia é uma vertente da capoeira criada para melhorar a qualidade de vida, diminuir e prevenir doenças, promover bem-estar físico, mental e psicológico. A modalidade vem sendo aplicada em idosos, envolve musicalidade e caráter lúdico (SARDINHA et al., 2010). No entanto, nunca fora analisado conhecimento nutricional de idosos praticantes da capoterapia.

Objetivos: Verificar o conhecimento nutricional de idosos que praticam capoterapia.

Metodologia: Participaram 26 idosos com idade entre 60 e 80 anos. A percepção nutricional foi avaliada através da escala de conhecimento nutricional do *National Health Interview Survey Cancer Epidemiology* adaptada (SCAGLIUSI, et. al. 2006). Os participantes do programa de capoterapia foram informados da pesquisa. Em seguida, foi aplicado o questionário da escala de conhecimento nutricional com adaptações. Os dados foram analisados através de estatística descritiva sendo, classificação: baixo (<50), moderado ($\geq 50 \leq 75$) e alto (>75).

Resultados e discussão: Os idosos apresentaram alto conhecimento sobre nutrição geral, conhecimento moderado sobre gorduras e menor percepção nutricional com relação a fibras. A boa percepção nutricional geral de idosos praticantes de atividade física também foi constatada por Faleiro e Wolff (2013), pode estar relacionado à conscientização que normalmente é adquirida através de instruções repassadas pelos profissionais que aplicam as atividades. **Conclusão:** Os idosos praticantes de atividades físicas possuem alto conhecimento nutricional geral.

REFERÊNCIAS

FALEIRO, D. J. A; WOLFF, S. H. A percepção de idosos praticantes de atividades físicas sobre alimentação saudável: um estudo de caso. **FIEP BULLETIN**, v. 83 - Special Edition - ARTICLE II – 2013.

SCAGLIUSI, F. B. et. al. Tradução, adaptação e avaliação psicométrica da escala de conhecimento nutricional do *National Health Interview Survey Cancer Epidemiology*. **Revista de Nutrição**, v.19 n.4, p. 425-436, 2006.

SARDINHA, S.S. et. al. Capoterapia: elementos da capoeira na promoção do bem-estar do idoso. Relato de caso. **Comunicação em Ciências da Saúde**, v. 21, n. 4, p. 349-354, 2011.

¹ Acadêmico do Curso de Educação Física da FACTU

² Acadêmico do Curso de Educação Física da FACTU

³ Acadêmica do Curso de Educação Física da FACTU

⁴ Acadêmico do Curso de Educação Física da FACTU

⁵ Acadêmico do Curso de Educação Física da FACTU

⁶ Professor Orientador da FACTU

AVALIAÇÃO DO CONSUMO DE SUPLEMENTOS ALIMENTARES EM PRATICANTES DE *CROSSFIT* DE UNAÍ-MG

FONSECA, Huan Carlos Araújo da¹
MARTINS, Danilo Gomes²
MOURA, Carlos Alfredo Sousa de³
OLIVEIRA, Eder Santos de⁴
PEREIRA, Dayane Aparecida de Sousa⁵
ANDRADE, Eric Francelino⁶

Palavras-Chave: Suplementos. Suplementação Nutricional. *CrossFit*.

Introdução: Conforme Corrêa e Navarro (2014), os suplementos alimentares são utilizados de maneira a suprir a deficiência e/ou necessidade nutricional. Estas substâncias são vendidas nas formas de comprimidos, líquidos, barras, gel e pó, havendo, frequentemente, um abuso em seu uso. Neste sentido, é possível que praticantes de *CrossFit* lancem mão da utilização de suplementos para melhorar a *performance* durante os exercícios. Desta forma, torna-se necessário avaliar as características relacionadas ao uso de suplementos por praticantes desta modalidade de exercício. **Objetivos:** Avaliar as características relacionadas ao uso de suplementos alimentares por praticantes de *CrossFit*. **Metodologia:** Este estudo foi realizado com 10 praticantes de *CrossFit* de uma academia de Unaí-MG. Foi aplicado um questionário estruturado contendo oito perguntas fechadas referentes à suplementação alimentar. Os dados foram analisados por estatística descritiva – Excel 2010. **Resultados e discussão:** 100% dos participantes não informaram sobre doenças apresentadas após o uso de suplementos alimentares industrializados, sendo que 90% dos pesquisados declaram comprar suplementos em academias e 10% compram em lojas especializadas. A respeito dos suplementos vitamínicos utilizados 60% utilizam Vitamina C e 40% utilizam Ômega 3. **Conclusão:** Conclui-se que a maioria dos voluntários consomem suplementos sem acompanhamento nutricional, sendo observado que os principais suplementos utilizados foram *whey protein* e creatina.

REFERÊNCIA

CORREA, Damares Bernardino; NAVARRO, Antônio Coppi. Distribuição de resposta dos praticantes de atividade física com relação à utilização de suplementos alimentares e o acompanhamento nutricional em uma academia de Natal/RN. **Revista Brasileira de Nutrição Esportiva**, v. 8, n. 43, p. 5, 2014.

¹ Acadêmico do Curso de Educação Física da FACTU

² Acadêmico do Curso de Educação Física da FACTU

³ Acadêmico do Curso de Educação Física da FACTU

⁴ Acadêmico do Curso de Educação Física da FACTU

⁵ Acadêmico do Curso de Educação Física da FACTU

⁶ Professor Orientador da FACTU

MOTIVOS PARA UTILIZAÇÃO DE SUPLEMENTOS ALIMENTARES POR MULHERES JOVENS

FARIAS, Rafael Rodrigues de¹
ULHOA, Lucas Teodoro²
SANTOS, Jader Muriel Mesquita dos³
NASCIMENTO, Regiane Gonçalves⁴
LOPES, Fabio Boaretto⁵
ANDRADE, Eric Francelino⁶

Palavras-Chave: Academia. Suplementos. Mulheres

Introdução: A procura por academias de musculação pelo público feminino vem crescendo a cada dia, sendo que os principais objetivos destas mulheres são a estética e a manutenção da saúde (PEREIRA, 2009). Adicionalmente, para que tais objetivos sejam alcançados mais rápidos, é comum que as praticantes de exercícios utilizem suplementos alimentares. Entretanto, muitas vezes tal procedimento é realizado sem acompanhamento de um profissional. **Objetivos:** Verificar o perfil do uso de suplementos alimentares em mulheres praticantes de musculação. **Metodologia:** Participaram do estudo 10 mulheres com idade entre 18 e 23 anos praticantes de musculação há mais de seis meses. Foi aplicado uma entrevista estruturada contendo 10 questões fechadas sobre os principais motivos para a utilização de suplementos alimentares; a frequência semanal; e o objetivo de cada indivíduo na prática de exercício. **Resultados e discussão:** Foi observado que 60% delas consomem suplementos; 90% delas frequentam mais de 3 vezes semanais a academia; 90% objetivam o ganho de massa muscular; 50% delas fazem uso do suplemento por influência do instrutor e 50% por iniciativa própria, 40% delas consomem *wey protein*, 40% consomem creatina e 20% BCAA. **Conclusão:** Conclui-se que o uso dos suplementos é indiscriminado e sem orientação profissional.

REFERÊNCIA

Pereira, R.F. **Conhecimentos de nutrição e hábitos alimentares de alunos de academias de ginástica na cidade de São Paulo.** São Paulo, 1999. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública, Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo. 2009.

¹ Acadêmico do Curso de Educação Física da FACTU

² Acadêmico do Curso de Educação Física da FACTU

³ Acadêmico do Curso de Educação Física da FACTU

⁴ Acadêmica do Curso de Educação Física da FACTU

⁵ Acadêmico do Curso de Educação Física da FACTU

⁶ Professor Orientador da FACTU

CADERNO DE ENFERMAGEM

A PERCEÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM FRENTE À REPRESENTAÇÃO DA TANATOLOGIA: morte e o morrer

ROSA, Amanda¹
CORDEIRO, Thalita²
NEVES, Dener³

Palavras-Chave: Morte. Morrer. Tanatologia.

Segundo Assumpção (2003), a palavra tanatologia deriva do idioma grego: thánatos, representa o deus da morte na mitologia grega, e logos, significa estudo. Desse modo, o significado de tanatologia entende-se por: a ciência da morte. Ela é considerada ciência porque reflete sobre a morte, estuda as suas relações e suas consequências. Por tudo isso, a tanatologia tem como objetivo proporcionar ajuda profissional ao enfermo terminal e seus familiares, às pessoas com ideias suicidas e a todo o indivíduo que tenha tido uma perda significativa, despertando uma mudança de atitude em relação à morte e ao processo de morrer. Assim, a tanatologia promove a dignidade na vida e na morte a todas as pessoas que assim o quiserem, entendendo a dignidade como respeito a si mesmo, ao outro e a todas as formas de vida. (BITTENCOURT, 2007). Esta pesquisa tem como objeto a tanatologia. A **tanatologia** é a ciência que visa entender o processo da morte e do luto, em seus aspectos: biológicos psicológicos. Diante do exposto surge o interesse de pesquisar sobre a seguinte **problemática**: Qual é a percepção dos Profissionais de Enfermagem Frente à Representação da Tanatologia: Morte e o Morrer? Com o intuito de chegar a um resultado para tal problemática e melhor abrangência sobre o tema, foi definido para esta pesquisa como **objetivo geral** descrever a percepção dos profissionais de enfermagem em relação à representação da Morte e o Morrer. Para alcançar esse objetivo, os seguintes **objetivos específicos** serão desenvolvidos: Compreender a representação da Tanatologia: Morte e Morrer; Verificar os sentimentos vivenciados pelos enfermeiros em relação à morte e o morrer; Identificar a conduta correta dos profissionais de enfermagem no processo de morte e morrer. Para tanto o seguinte estudo é proposto para orientar a forma correta de se alimentar e a prática de atividades físicas. O projeto de pesquisa será desenvolvido e utilizará o **método** exploratório e descritivo. Será utilizado como técnica para coleta de dados uma entrevista, para qual os respondentes serão informados sobre o anonimato e sigilo dos dados que serão coletados, em seguida será realizada uma entrevista semiestruturada para depois os dados colhidos serem analisados. A entrevista será organizada em apenas uma etapa onde será coletada as informações. Com a entrevista aplicada, os dados coletados serão analisados para a obtenção de resultados para a pesquisa, uma vez coletados e organizados serão inicialmente convertidos em gráficos e tabelas para que seus resultados possam ser comparados com a literatura pesquisada.

REFERÊNCIAS

ASSUMPCÃO, Evaldo A. **Tanatologia** – ciência da vida e da morte. In: Anais do 1 Congresso de tanatologia e bioética. Belo Horizonte: Sotamig, 2003, p. 21-36
BITTENCOURT, Renata Tonon. **Pensando a morte e a vida na ótica da tanatologia e biodança**. 2007.

¹ Acadêmica do Curso de Enfermagem da FACTU

² Professora Orientadora

³ Professor de TCCI da FACTU

**PERCEPÇÃO DAS CRIANÇAS DO 5º. ANO DE UMA ESCOLA PÚBLICA DO
MUNICÍPIO DE CABECEIRA GRANDE-MG SOBRE A ALIMENTAÇÃO
SAUDÁVEL**

MACIEL, Grazielle¹
MOTA, Luciene²
NEVES, Dener³

Palavras-Chave: Alunos. Alimentação saudável. Obesidade infantil.

A obesidade nos dias de hoje não acontece só em adultos, ela também é predominante em crianças e adolescentes, mudanças no cotidiano da vida são fatos que predisõem para a obesidade se iniciar na infância. A prevenção e o diagnóstico imediato da obesidade infantil são fatores importantes para diminuição da morbimortalidade (PEREIRA e LOPES, 2012). De acordo com Miranda et al, (2015), a obesidade pode ser desencadeada em qualquer faixa etária e pode estar relacionada a alguns fatores como: falta de atividade física e má alimentação. A obesidade é indicada como uma complicação de saúde pública muito importante por oferecer manifestações mais cedo de distúrbios cardiovasculares, respiratórios crônicos, câncer e diabetes. A prevenção dela está ligada principalmente a hábitos alimentares saudáveis e à prática regular de atividade física. Dentre estes dois fatores preventivos, esta pesquisa tem como objeto a alimentação saudável, uma vez que uma **alimentação saudável** proporciona qualidade de vida. Diante do exposto surge o interesse de pesquisar a seguinte **problemática**: qual a percepção das crianças do 5ª ano de uma escola pública do município de Cabeceira Grande-MG sobre a alimentação saudável? Com o intuito de chegar a um resultado para a problemática e melhor abrangência sobre o tema, foi definido como **objetivo geral**: conhecer os hábitos alimentares das crianças do 5ª ano da Escola Municipal do município de Cabeceira Grande-MG. Para alcançar esse objetivo, os seguintes **objetivos específicos** serão desenvolvidos: Verificar obesidade infantil; Investigar hábitos alimentares: o enfrentamento da obesidade em crianças; Identificar alimentação saudável e qualidade de vida; Verificar se as crianças praticam atividade física. Para tanto, este estudo é proposto para orientar a forma correta de se alimentar e a prática de atividades físicas. O projeto de pesquisa será desenvolvido e utilizará o **método** qualitativo descrito exploratório, será utilizado para coleta de dados a aplicação do questionário. O questionário será organizado em duas partes, na primeira os alunos responderão ao questionário sócio demográfico e na segunda parte responderão às questões referentes à alimentação saudável, organizadas na escala Likert. Com os questionários aplicados os dados coletados serão analisados para a obtenção de resultados para a pesquisa, os dados após coletados e organizados serão inicialmente convertidos em gráficos e tabelas para que seus resultados possam ser comparados com a literatura pesquisada.

REFERÊNCIAS

MIRANDA, João Marcelo de Queiroz, et al. **Prevalência de sobrepeso e obesidade infantil em instituições de ensino: públicas vs. Privadas.** 2015

PEREIRA, Paulo Almeida; LOPES, Liliana Correia. **Obesidade infantil: estudo em crianças num ATL.** 2012.

¹ Acadêmica do Curso de Enfermagem da FACTU

² Professora Orientadora

³ Professor de TCCI da FACTU

PERCEPÇÃO DOS IDOSOS EM RELAÇÃO À AVOSIDADE E QUALIDADE DE VIDA

MACHADO, Jayne¹
SILVEIRA, Renata²
NEVES, Dener³

Palavras-Chave: Idosos. Avosidade. Unaí.

Observa-se que o quantitativo de pessoas idosas ao redor cresce de maneira considerável. Para Silva (2012), a sociedade é constituída por uma parte significativa de idosos em razão da longevidade. A família é uma peça importante em todos os ciclos da vida, Mendes et al (2005) confirmam que o papel da família é de grande relevância, principalmente no conjunto de relações entre seus membros e a sociedade. Com a importância dessa relação pode se dizer que os netos são importantes para a vida dos avós, mostrando que esse contato é essencial para melhoria da qualidade de vida para as pessoas que estão envelhecendo. Com a elaboração deste estudo, busca-se identificar a importância do contato familiar para os idosos. Desse modo, destaca-se pela elaboração deste projeto acadêmico a necessidade de averiguar junto à bibliografia selecionada, a importância das relações entre avós e netos, e como essa relação afeta a qualidade de vida desses idosos. Dessa forma, para chegar à conclusão deste estudo, foi formulada a seguinte problemática: Qual a percepção dos idosos em relação ao processo de avosidade e como isso interfere na sua qualidade de vida? Para desenvolver esta temática, tem-se como **objetivo geral:** Identificar a percepção dos idosos do bairro Bela Vista no Município de Unaí MG em relação à avosidade e qualidade de vida. E como **objetivos específicos:** Conceituar o tema avosidade nos tempos modernos. Identificar a importância do relacionamento entre avós e netos na vida dos idosos. Identificar os benefícios e mudanças na saúde que os netos promovem para os idosos. **Procedimentos metodológicos** destaca-se neste trabalho a pesquisa bibliográfica, composto de livros e artigos científicos que abordam o tema deste estudo. Este estudo se classifica segundo a natureza dos dados, como uma pesquisa **qualitativa**, pois através de aplicação de questionários espera-se obter informações significativas com relação à. Para uma melhor compreensão e desenvolvimento desta pesquisa será entregue a 08 participantes que têm netos na faixa etária de 0 a 18 anos um **questionário** semiestruturado contendo 08 perguntas, relativas ao ponto central em estudo neste trabalho acadêmico. As perguntas do questionário serão elaboradas a partir dos objetivos propostos. Os participantes deste estudo serão 08 idosos acompanhados pelo PSF do Bairro Bela Vista Unaí- MG. Os dados coletados serão organizados em categorias, e posteriormente, analisados comparando seus resultados com a literatura consultada.

REFERÊNCIAS

MENDES, Barbosa; GUSMÃO, Josiane Lima de; FARO, Ana Cristina Mancussi; LEITE, Rita de Cássia Burgos de. **A situação social do idoso no Brasil: uma breve consideração.** Acta Paul Enferm. São Paulo, SP. 2005.

SILVA, Ana Mateus. **A colaboração dos avós na educação dos netos.** Interfaces Científicas – Educação, Aracaju, v.01, n.0, p. 67-75, out. 2012.

¹ Acadêmica do Curso de Enfermagem da FACTU

² Professora Orientadora

³ Professor de TCCI da FACTU

FREQUÊNCIA DA PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA VIDA DO IDOSO EM INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA

CASTRO, Kadídia Barbosa¹
PANIAGUA, José Antônio²
NEVES, Dener³

Palavras-Chave: Envelhecimento. Idoso. Instituição de longa permanência

O envelhecimento é um fenômeno irreversível que avança de forma progressiva. O grau de envelhecimento varia de acordo com o metabolismo e existem fatores que podem contribuir para uma velhice precoce, como o consumo de álcool, abuso de drogas, entre outros. Nessa fase o idoso passa por diversas modificações corporais, como aparecimento de rugas e cabelos brancos, cada indivíduo tem uma imagem corporal de si, mesmo e essa imagem muda de acordo com o ciclo da vida. A velhice é uma etapa crítica, pois envolve a mudança física do indivíduo que pode gerar diversos transtornos psicológicos. Essa fase é muito importante para o idoso pois este necessita de mais atenção da família, e cuidados destinados a ele. Com base nessa discussão acerca da presença da família na vida do idoso, foi proposta uma pesquisa com o intuito de demonstrar como se encontra a saúde do idoso com amparo familiar e os benefícios que o acompanhamento familiar pode trazer na vida do interno. Sendo assim, este trabalho justifica-se como tema de grande importância, para descobrir o nível da participação familiar, se é negativa ou positiva para a saúde, as contribuições da pesquisa são de informar detalhes sobre o tema, pois é um problema de saúde pública atual no Brasil. Nessa perspectiva, elaborou-se o seguinte **problema de pesquisa:** Descobrir como se encontra a saúde do idoso com acompanhamento familiar, o que nos leva a questionar quais os benefícios da presença da família na vida do idoso asilado? Para responder à essa problemática, esta pesquisa pretende alcançar o seguinte **objetivo geral:** explorar e identificar a frequência dos entes familiares no asilo, e descobrir os benefícios que a presença da família causa na saúde do idoso. Espera-se alcançar esse objetivo geral a partir dos seguintes **objetivos específicos:** Descrever como vivem os idosos em instituição de longa permanência; Demonstrar os benefícios que a família causa na vida do idoso; conhecer a percepção dos trabalhadores de uma instituição de longa permanência sobre a família de idosos institucionalizados. Os **procedimentos metodológicos** dessa pesquisa serão a pesquisa bibliográfica reforçada com a coleta de dados através da aplicação de um questionário em idosos com mais de 65 anos com no mínimo 5 anos de residência. Considerando que esta será uma pesquisa utilizando o método quantitativo, os dados levantados e reunidos irão proporcionar uma visão geral, para que possam ser simultaneamente analisados e discutidos. **Os dados serão analisados** segundo a perspectiva de análise de conteúdo de Bardin.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Rita de Cássia; DAWALIBI, Nathaly Wehbe; ANACLETO, Geovana Mellisa Castrezana; WITTER, Carla; GOULART, Rita Maria Monteiro. **Envelhecimento e qualidade de vida:** análise da produção científica da Scielo. 546. Ed. São Paulo, 2013.

FERNANDES; Priscila Matos. **O idoso e a assistência familiar:** uma abordagem da família. 992. Ed. São Paulo: atlas 2007.

¹ Acadêmica do Curso de Enfermagem - FACTU

² Professor orientador do Curso de Enfermagem – FACTU

³ Professor da disciplina de TCCI - FACTU

IDIOSSINCRASIA DE MULHERES OSTOMIZADAS ATENDIDAS PELO CER II DE UNAÍ-MG EM RELAÇÃO AO USO DA BOLSA DE COLOSTOMIA

MORAES, Raissa¹
MOTA, Luciene²
NEVES, Dener³

Palavras-Chave: Ostomia. Mulheres. Sentimentos.

Segundo Sonobe, Barichello e Zago (2002), o paciente submetido à cirurgia para criação de uma estomia, no período pós-operatório, ao se defrontar com sua nova vida, passa a enfrentar diversas situações nunca vivenciadas, mudanças que vão alterar toda a sua vida nos aspectos psicológicos, sociais e comportamentais. Sampaio et. al (2008) relatam que a área da saúde deve promover um atendimento holístico a cada paciente com estomia, de acordo com a Declaração Internacional dos Direitos dos Estomizados, o paciente deverá ter cuidados pré e pós-operatório por profissional especializado ainda no hospital ou em domicílio em suas comunidades. Vale ressaltar que conhecer o paciente e entender os seus desafios contribui para um aumento do encorajamento e aceitação do tratamento imposto para sua reabilitação. Esta pesquisa busca responder à seguinte **problemática**: Qual a idiossincrasia das mulheres ostomizadas atendidas pelo CER II de Unaí-Mg em relação ao uso da bolsa de colostomia? Para responder a essa problemática esta pesquisa pretende alcançar o seguinte **objetivo geral**: Conhecer a percepção das mulheres ostomizadas que são atendidas pelo CER II de Unaí-Mg, as mudanças comportamentais, no estilo de vida, e identificar o impacto desta mudança em suas vidas. Espera-se alcançar esse objetivo geral a partir dos seguintes **objetivos específicos**: Conhecer as dificuldades enfrentadas pelas mulheres ostomizadas; Identificar as mudanças no relacionamento com o marido, os filhos, a família e os amigos; Investigar os sentimentos dessas mulheres diante da mudança em suas vidas. **Os procedimentos metodológicos** dessa pesquisa serão a pesquisa bibliográfica reforçada com a coleta de dados em campo, através da aplicação de uma entrevista semiestruturada com 5 (cinco) mulheres que recebem atendimento de estomias pelo CER II de Unaí-MG. **A Análise dos dados** coletados deverá seguir as orientações de Bardin.

REFERÊNCIAS

SAMPAIO, Francisca Aline Arrais. et al. **Assistência de enfermagem a paciente com colostomia: aplicação da teoria de Orem**. Fortaleza: Acta Paul Enferm, 2008.

SONOBE, Helena Megumi; BARRICHELLO, Elizabeth; ZAGO, Marcia Maria Fontão. A visão do colostomizado sobre o uso da bolsa de colostomia. Salvador: **Revista Brasileira de Cancerologia**, 2002.

¹ Acadêmica do Curso de Enfermagem da FACTU

² Professora Orientadora

³ Professor de TCCI da FACTU

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA NO MUNICÍPIO DE UNAÍ-MG: UM ESTUDO DE CASO

TAVARES, Nayara¹
BALBINO, Michelle Lucas Cardoso²
NEVES, Dener³

Palavras-Chave: Crianças. Adolescentes. Violência.

Para a garantia de qualidade de vida da criança e do adolescente, é preciso que estes sejam tratados com humanização, levando em consideração seus direitos na sociedade, como de proteção, lazer, educação e saúde, na tentativa afastar de as crianças e adolescentes de qualquer tipo de ato desumano, de violência, e maus tratos. (SANTOS,2013). O sistema de informação de Agravos de Notificação (SINAN) tem como uma das suas atribuições o gerenciamento de dados pertinentes a doenças e agravos de risco para a saúde. Nesse contexto, está presente o agravo da violência interpessoal/ autoprovocada onde e feita a notificação de violência à criança e ao adolescente entre outros agravos. Este constitui um sério problema, que necessita de diversas informações para desempenhar a melhor intervenção e trabalho de prevenção e controle dos casos. Deste modo, está pesquisa partiu da seguinte **problemática:** qual o perfil epidemiológico de crianças e adolescentes vítimas de violência no município de Unaí-MG no ano de 2015 e 2016, notificados no sistema de informação de agravos de notificação (SINAN). Para responder. À essa problemática esta pesquisa pretende alcançar o seguinte **objetivo geral:** identificar o perfil epidemiológico de crianças e adolescentes, que foram vítimas de violência no município de Unaí-mg no ano de 2015 e 2016, notificados no sistema de informação de agravos de notificação (SINAN). Espera-se alcançar esse objetivo geral a partir dos seguintes **objetivos específicos:** investigar os tipos de violência existentes contra à criança e ao adolescente; e, por fim, estudar o papel da enfermagem frente à violência existente contra a criança e o adolescente. **Os procedimentos metodológicos** serão por pesquisa bibliográfica reforçada com a coleta de dados que será realizada através de dados obtidos pela Ficha de Notificação Individual do sistema de informação de agravos de notificação individual (SINAN), disponibilizado por funcionário usuário do sistema da Gerência Regional de Saúde de Unaí. A população amostra dessa pesquisa será constituída de casos notificados no ano de 2015 e 2016 de violência à criança e o adolescente no município de Unaí-mg notificados pelo Sistema de Informação De Agravos de notificações (SINAN). **A Análise dos dados** coletados deverá seguir as orientações de Bardin.

REFERÊNCIAS

SANTOS, D.H **Violência doméstica/intrafamiliar contra crianças e adolescentes e afirmação de direitos:** a notificação compulsória no hospital das clinicas de Pernambuco. 2013. 191 f. dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, pe.2013. Disponível em:
http://bvms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/sistema_vigilancia_acidentes.pdf acesso em 20 fev. 2017.

¹ Acadêmica do Curso de Enfermagem da FACTU

² Professora Orientadora do Curso de Direito da FACTU

³ Professor da Disciplina de TCCI da FACTU

O ABORTO

CARIELY, Bruna¹

PRADO, Mariana²

OLIVEIRA, Kárita Rosa de³

Palavras-Chave: Aborto. Moral. Direito.

O aborto é um evento característico, o qual as posições quanto a origem ética são impossíveis de se conciliar. Há 3 formas de caracterizar o aborto: a primeira forma trata-se do direito à vida, a segunda abrange o direito da mulher acerca do seu próprio corpo e a terceira é para aqueles que estão convencidos de que a malformação congênita tem que ser suprimida a qualquer custo pois a população tem o direito de ser composta por pessoas capazes. Praticar o aborto é crime especificado no Código Penal vigente decretado em 1940 e só nas hipóteses de não ter outro meio para salvar a vida da gestante e de a gravidez suceder de estupro o médico que o causar não será criminalmente punido. Isto quer dizer que, para a população brasileira, em última instância, o direito à vida é necessário a proteção a partir da concepção. Tamanha proteção não é definitiva, no entanto consente que o debate entre o direito à vida do feto e aquele da gestante deve ser solucionado em benefício da mãe. O problema moral da saúde pública associado ao aborto implica, do mesmo modo, a adaptação do postulado ético que a leva à intervenção de fato em favor do homem. Tradicionalmente, o pensamento ético condenou diversas formas de altruísmo do indivíduo pelo bem comum, mas consentiu que o indivíduo optasse livremente por se colocar em função de uma causa superior. É indispensável que o sanitarista saiba discernir claramente o aborto estritamente terapêutico – que possibilita salvar a vida da mãe comprometida seriamente pela gestação - do aborto de conveniência- realizado somente nos casos difíceis que causam sempre um conflito de valores – e do aborto eugênico – designado a evitar o nascimento de uma criança que se acredita ser muito defeituosa. Para concluir, o aborto gera o mesmo impacto na verificação do princípio de equidade entre as pessoas, essencial à ética sanitária. Para que seja respeitada a independência pessoal, considerando sua tridimensionalidade, a população deve estar sistematizada para disponibilizar a todos os indivíduos serviços para o encerramento voluntário da gravidez de mesma importância, sendo que tais serviços requerem profissionais que livremente escolham trabalhar para a efetuação do aborto.

REFERÊNCIA

DALARI, Sueli Gandolfi. **Aborto - um problema ético da saúde pública**. [S.l.: s.n]. São Paulo, 2009.

¹ Acadêmica do Curso de Enfermagem da FACTU

² Acadêmica do Curso de Enfermagem da FACTU

³ Professora Orientadora do Curso de Enfermagem da FACTU

EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE: desafio ambicioso e necessário

ALVES, Letícia¹
GUILHERME, Melissa²
OLIVEIRA, Kárita Rosa de³

Palavras-Chave: Educação. Saúde. Necessidade

A Educação Permanente em Saúde pode corresponder à Educação em Serviço, quando esta coloca a pertinência dos conteúdos, instrumentos e recursos para a formação de técnicos submetidos a um projeto de mudanças institucionais ou de mudança da orientação política das ações prestadas em dado tempo e lugar. Para muitos educadores, a Educação Permanente em Saúde confere um desdobramento da Educação Popular ou da Educação de Jovens e Adultos, perfilando-se pelos princípios e/ou diretrizes desencadeados por Paulo Freire desde Educação e Conscientização/Educação como Prática da Liberdade/Educação e Mudança, passando pela Pedagogia do Oprimido, Pedagogia da Esperança, Pedagogia da Cidade, Pedagogia da Autonomia e Pedagogia da Indignação. Para ocupar o lugar ativo da Educação Permanente em Saúde precisamos abandonar (desaprender) o sujeito que somos, por isso, mais que sermos sujeitos precisamos ser produção de subjetividade. A interação entre os segmentos da formação, da atenção, da gestão e do controle social em saúde deveria permitir dignificar as características locais, valorizar as capacidades instaladas, desenvolver as potencialidades existentes em cada realidade, estabelecer a aprendizagem significativa e a efetiva e criativa capacidade de crítica, bem como produzir sentidos, autoanálise e autogestão. Para tanto, teremos de pensar/providenciar subsídios para que se pense/providencie a Educação Permanente em Saúde. As consultorias, os apoios, as acessórias, quando implementadas, têm de ser capazes de organizar sua prática de modo que esta produção seja possível; elas precisam oferecer-se desde a pedagogia da Educação Permanente à Saúde para que façam sentido na realidade e operem processos significativos nessa realidade. A mudança na formação por si só ajuda, mas essa mudança como política se instaura em mais lugares, todos os do *Quadrilátero*, pois todos esses lugares estão conformados em acoplamento de captura da Educação Permanente em Saúde. Tanto a incorporação crítica de tecnologias materiais, como a eficácia da clínica produzida, os padrões de escuta, as relações estabelecidas como os usuários e entre os profissionais representam a captura da Educação Permanente em Saúde e, por conseguinte, dos processos de mudança. É por isso que a Educação Permanente em Saúde é um desafio ambicioso e necessário.

REFERÊNCIA

INTERFACE, **Comunicação, saúde, educação**. v. 9, n. 16, p. 161-177, set.2004/fev.2005.
Acesso em 22 Abr 2017.

¹ Acadêmica do Curso de Enfermagem da FACTU

² Acadêmica do Curso de Enfermagem da FACTU

³ Professora Orientadora do Curso de Enfermagem da FACTU

DISTANÁSIA: percepção dos profissionais de enfermagem

ASSUNÇÃO, Marília¹
BARBOSA, Laura²
OLIVEIRA, Kárita Rosa de³

Palavras-Chave: Distanásia. Ortatanásia. Paciente.

A distanásia trata-se de uma expressão pouco conhecida por muitas pessoas, no entanto muito realizada nos hospitais, quando se refere às práticas de saúde. De maneira geral, relaciona-se às maneiras de se preservar a vida de um paciente, mesmo quando este não apresenta condições de manter uma vida saudável. Esse prolongamento de forma excessiva do processo da morte acaba por intensificar o sofrimento do paciente, já que na grande maioria dos casos não existem esperanças de bons resultados ou até mesmo de uma condição de vida saudável e adequada. Para prolongar a vida do paciente, muitas vezes, são utilizados meios considerados agressivos e até mesmo medicamentos fortes que trazem ao paciente enorme malefício à sua saúde já debilitada. O uso destes medicamentos e formas artificiais para o prolongamento da vida faz com que estes pacientes terminais sejam expostos a processos que são muito desgastantes. Essas exposições exageradas e frequentes acabam causando inúmeros malefícios para a vida dele, uma vez que esses procedimentos são considerados, de certa forma, inválidos para o paciente terminal, dado que os resultados obtidos não são considerados suficientes e as respostas desse tipo de tratamento são vistas como insatisfatórias. Apesar de todos os pontos negativos apontados por profissionais da saúde e grande reprovação sobre a distanásia e o sofrimento que ela implica ao paciente, a mesma ainda é parte de uma realidade muito vista e reconhecida habitualmente. Essa enorme reprovação do processo da distanásia por muitos profissionais da saúde, inclusive enfermeiros, acontece, pois muitos defendem uma prática menos dolorosa ao paciente, como a ortatanásia. A ortatanásia visa à morte como ocorrência no momento certo, onde se fazem necessários somente os cuidados essenciais para que o paciente não sinta dor ou sofrimento devido sua doença. Dessa forma, não se tem uma extensão de forma excessiva do sofrimento na busca por uma cura inexistente, e sim uma boa qualidade de vida nos momentos finais do paciente. Apesar da visão de muitos profissionais em adotar a ortatanásia, muitos familiares de pacientes terminais insistem no prolongamento artificial da vida do mesmo, como forma de adiar o processo da morte.

REFERÊNCIA

MENEZES, Milene Barcellos de; SELLI, Lucilda; ALVES, Joseane de Souza. Distanásia: percepção dos profissionais da enfermagem. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 17, n. 4, p. 443-448. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rlae/article/view/4022/4760>>. Acesso em: 24 abr. 2017

¹ Acadêmica do Curso de Enfermagem da FACTU

² Acadêmica do Curso de Enfermagem da FACTU

³ Professora Orientadora do Curso de Enfermagem da FACTU

TRANSEXUALIDADE: corpo, subjetividade e saúde coletiva

SOUZA, Thiesca¹
MEDEIROS, Camila²
OLIVEIRA, Rosa Kárita³

Palavras-Chave: Transexualidade. Transgenitalização. Identidade de gênero.

Em 1997, o Conselho Federal de Medicina aprovou a realização da cirurgia de transgenitalismo nos hospitais públicos universitários do Brasil, tendo como motivo essencial o princípio terapêutico e os princípios de autonomia e justiça. Em 2008 as cirurgias passaram a ser praticadas em hospitais públicos ou privados, independente da atividade de pesquisa. O processo transexualizador é feito pelo SUS desde 2008, mas temos apenas cinco hospitais habilitados para realizar cirurgias de transgenitalização. Para ocorrer o processo de transexualização é necessário que o paciente tenha mais de 18 anos e que ele passe por pelo menos dois anos de acompanhamento com uma equipe multidisciplinar, incluindo um psicoterapeuta que vai diagnosticar o transexualíssimo. Com o objetivo de compreensão da transexualidade nas práticas de saúde os autores realizaram uma pesquisa exploratória com 16 pacientes atendidos no Hospital Universitário da UFRJ nos anos de 2003 a 2004. Nota-se que a demanda em relação a cirurgia se constitui basicamente pelo desejo de readequação do corpo sexuado ao gênero, alguns atributos culturais considerados característicos de feminilidade, às vezes, são ressaltados como objetivo claro de convencimento desta condição, apesar do sentimento de pertencimento ao sexo oposto se manifestar, na maioria dos casos, desde a infância, e o desejo de transformação corporal geralmente a partir da adolescência. É importante ressaltar que somente nesta última década houve maior procura pelo atendimento. As pacientes relatam condição de intenso sofrimento psíquico, que aparece sob forma de tentativas de suicídio, depressão, transtornos alimentares e angústias das mais diversas formas, provocado não apenas pelo conflito de não pertencimento ao sexo biológico como também pelas inúmeras consequências sociais a essas condições. Em geral, as questões relacionadas à sexualidade ficam em segundo plano, o que se destaca é o desejo de obter a transformação corporal e não necessariamente de ter relações sexuais. É importante destacar que a reivindicação da cirurgia em função da mudança de identidade se justifica, sobretudo, pela necessidade de garantia de inteligibilidade social. Podemos considerar que a cirurgia de transgenitalização junto com o diagnóstico de transexualismo realizados pelo SUS permite que transexuais que vivem em condições de extrema vulnerabilidade tenham acesso ao tratamento.

REFERÊNCIA

ARÁN, Marcia; Zaidhaft, Sérgio; Murta, Daniela. Transexualidade: corpo, subjetividade e saúde coletiva. **Psicologia & Sociedade**. Rio de Janeiro, v. 1, n.20, p. 70-79 2008.

¹ Acadêmica do Curso de Enfermagem da FACTU

² Professora Orientadora

³ Professor de TCCI da FACTU

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA TRANSEXUALIDADE: perspectiva dos acadêmicos de enfermagem e medicina

AFONSO, Dhuiny¹
FERREIRA, Pâmela Camile²
OLIVEIRA, Rosa Kárita³

Palavras-Chave: Transexualidade. Acadêmicos. Enfermagem. Medicina

Para se ter compreensão a respeito de um indivíduo, deve-se considerá-lo de forma completa, tendo como aspecto relevante a sua sexualidade que está presente em todas as fases da sua vida, podendo a transexualidade ser uma dessas manifestações. Define-se por transexualidade a condição do ser humano em que sua identidade de gênero se difere da biológica e o mesmo busca a transição para o gênero oposto usando de intervenção médica. Já segundo a OMS, transexualidade define-se como transtorno, desordem ou anomalia psíquica, sendo classificada no CID-10. Os indivíduos considerados transexuais convivem diariamente com preconceito no meio social, justificado por alguns com base em culturas e religiões intolerantes e sexistas, o que leva à contínua discriminação no âmbito social e limitações a direitos básicos de sobrevivência. No presente artigo os autores Maria Eliane Liégio Matão, Denismar Borges de Miranda. et al, dedicaram-se em identificar a percepção dos acadêmicos de Enfermagem e Medicina, das seguintes instituições: Faculdade de Enfermagem da Universidade Católica de Goiás (UCG) e da Universidade Federal de Goiás (UFG), bem como Faculdade de Medicina da UFG, a respeito das representações sociais da transexualidade, quando os mesmos se depararem futuramente em sua vida profissional com um indivíduo transexual, independente de aceitarem ou não a existência destes no meio social. Obtiveram resultados que demonstram relativo desconhecimento sobre o tema, os quais usaram comumente de esteriótipos como forma de compreensão da temática. Verificou-se, através do artigo, que o grupo estudado associa o conceito de transexualidade a certos termos como: desequilíbrio, opção e anormal, usados, em sua maioria, de forma discriminatória, preconceituosa e intolerante. Desta forma, é notório que os acadêmicos participantes do estudo deverão aprender a lidar com esta realidade, pois ela estará presente em seu contexto profissional, mostrando efetivamente a necessidade de se rever atitudes impróprias e que não são adequadas no tratamento de qualquer ser humano, incluindo os transexuais. Pois mesmo com todas as recentes discussões, os avanços científicos e as evoluções culturais da temática em si, a sexualidade ainda é tratada como tabu e de maneira conservadora, e aqueles que não se enquadram aos padrões definidos como “normais” pela sociedade são alvos de profunda repressão social.

REFERÊNCIA

MATÃO, M. E. L; MIRANDA, D. B. de, MESQUITA, L. B. Representações sociais da transexualidade: perspectiva dos acadêmicos de enfermagem e medicina. **Rev Baiana Saúde Pública**. v. 34, n. 1, p. 101-118. 2010.

¹ Acadêmico do Curso de Enfermagem da FACTU

² Acadêmica do Curso de Enfermagem da FACTU

³ Professora Orientadora do Curso de Enfermagem da FACTU

TRANSEXUALIDADE E A SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL

GONÇALVES, Ednalda¹
AIRES, Jéssica da Silva²
OLIVEIRA, Rosa Kárita³

Palavras-Chave: Transexualismo. Saúde Pública. Gênero

O transexualismo ocorre quando o indivíduo se identifica psicologicamente com o sexo oposto ao nascimento e passa a rejeitar a sua própria identidade sexual. Para Harry Benjamim, o transexualismo ultrapassa os aspectos psicológicos, segundo ele o sexo está relacionado a causas biológicas, fatores endócrinos e genéticos. Com a agregação em 1980 ao Manual Diagnóstico e Estatístico das Desordens Mentais DSM, o transexualismo formalizou-se na Psiquiatria e na Medicina e, em 1994, o termo foi substituído por Transtorno de identidade de Gênero. As discussões sobre a legalização da cirurgia de transgenitalização teve início em 1979, e sempre foram amparadas pelo código de Ética Médica e Código Penal. Durante o I Encontro Nacional dos Conselhos de Medicina, pela primeira vez manifestou-se favorável à realização da cirurgia. Esta foi considerada a etapa mais importante no tratamento do transexualismo, pela possibilidade de adaptar a morfologia genital ao sexo com a qual o indivíduo se identifica. Em 1997, o CRM autorizou a realização da cirurgia de transgenitalização no país. A intervenção cirúrgica passou a ser legal, desde que o paciente siga um programa rígido que inclui: Acompanhamento psiquiátrico por no mínimo dois anos para confirmação do diagnóstico de transexualismo; psicoterapia individual e de grupo; hormonioterapia; avaliação genética e o tratamento cirúrgico. Em 2004, o Governo Federal, lança o Brasil sem Homofobia- Programa de Combate a Violência e Discriminação contra GLTB e de Promoção a Cidadania Homossexual, garantindo assim os direitos dessa população. O programa representou uma grande conquista da sociedade Brasileira, por apresentar propostas nos setores de saúde, educação, cultura, trabalho e segurança pública, sendo coordenado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos. Em fevereiro de 2006 numa reunião envolvendo profissionais da rede pública de saúde, pesquisadores e representantes do Ministério da Saúde, sobre o processo transexualizador, foram analisadas a situação atual nos serviços de saúde pública, a fim de definirem diretrizes de assistência sob perspectiva da integralidade, equidade, humanização e a inclusão da cirurgia de transgenitalização nas tabelas do SUS. As discussões técnicas subsequentes têm como objetivo delimitar os critérios de acompanhamento, estratégias de avaliação, implementação e credenciamento de centros de referência de assistência a população transexual no Brasil. Outro aspecto como o uso de nome social tornou-se estratégia de promoção de acesso aos serviços, beneficiando transexuais e travestis.

REFERÊNCIA

ARAN, Marcia; MURTA, Daniela; LIONÇO, Tatiana. Transexualidade e saúde pública no Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 1141-1149. Julho - agosto, 2009

¹ Acadêmica do Curso de Enfermagem da FACTU

² Acadêmica do Curso de Enfermagem da FACTU

³ Professor Orientadora do Curso de Enfermagem da FACTU

A PERCEPÇÃO DAS PARTURIENTES ATENDIDAS EM UM ESF DE UNAÍ-MG A CERCA DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA

CARDOSO, Ana Paula¹
OLIVEIRA, Rosa Kárita²
NEVES, Dener³

Palavras-Chave: Parturientes. Violência obstétrica. Unaí.

Há várias formas de violência sofrida pelas mulheres em diversos setores da sociedade, de formas distintas, essas agressões provocam enorme sofrimento físico e psicológico. No entanto, esse fator ainda é pouco valorizado pelos serviços de saúde. Um dos aspectos desse cenário de violência que está ganhando visibilidade nos últimos tempos é a violência obstétrica. A importância desse estudo é mostrar que todo o cuidado que é tido com a futura mamãe é primordial, e que, segundo o Ministério da Saúde, o acompanhamento médico é fundamental durante os nove meses de gestação. Para tanto, também será discutido o papel dos médicos e enfermeiros na hora do parto com todas as variações que esse momento acarreta a cada mulher. Dessa forma, para a construção de um novo exemplo assistencial de saúde que cumpra os princípios igualitários, faz-se necessário que médicos, enfermeiros, tenham uma visão de integridade entre os indivíduos. Sendo imprescindível um compromisso com o bem-estar das mulheres na hora do parto, para o bem do bebê e da mãe. Com este estudo, procura-se um maior aperfeiçoamento do futuro profissional da saúde: o enfermeiro. Desse modo, destaca-se pela elaboração deste projeto acadêmico a necessidade de averiguar junto à bibliografia específica, o estudo dos autores sobre essa violência ocorrida com as parturientes, e, averiguar se esse fator ocorre no município de Unaí, procurando responder à seguinte problemática: como se dá as diferentes formas de manifestação da violência obstétrica? Assim, para desenvolver essa temática, a pesquisa tem como objetivo geral: Identificar as diferentes formas de manifestação da violência obstétrica. E como objetivos específicos: Analisar as experiências de mulheres no puerpério diante de possíveis casos de violência obstétrica; Identificar os medos e dúvidas no puerpério; Descrever assistência prestada por profissionais de saúde às parturientes no período do pré-parto, parto e pós-parto. Dentre as diferentes formas de pesquisa existentes, destaca-se neste trabalho a pesquisa bibliográfica, visto que se pretende fazer uma revisão dos materiais já elaborados, compostos de livros e artigos científicos que abordam o tema deste estudo. Este estudo se classifica, segundo a natureza dos dados, como pesquisa qualitativa e quantitativa, pois, através de aplicação de questionários, espera-se obter informações significativas com relação à problemática deste estudo. Para uma melhor compreensão e desenvolvimento desta pesquisa será entregue a 10 participantes que tiveram filhos durante os anos de 2016 a 2017, um questionário contendo 8 perguntas abertas e fechadas, relativas ao ponto central em estudo neste trabalho. As perguntas serão elaboradas a partir dos objetivos propostos. Os dados coletados serão organizados em gráficos e tabelas e, posteriormente, analisados comparando seus resultados com a literatura consultada.

REFERÊNCIAS

AUDI, C. A. F et al. Violência doméstica na gravidez: prevalência e fatores associados. **Revista de Saúde Pública**. v. 42, n. 5, p.877-885, 2008.

BRASIL, Organização Mundial da Saúde – OMS. **Assistência ao parto normal**: um guia prático: relatório de um grupo técnico. Genebra: OMS; 1996.

¹ Acadêmica do Curso de Enfermagem da FACTU

² Professora Orientadora do Curso de Enfermagem da FACTU

³ Professor de TCCI da FACTU

DIREITO DOS USUÁRIOS DA SAÚDE

LIMA, Diana Rute de Souza¹
LIMA, Hanna Layla Guimaraes da²
SILVA, Elen Pinheiro da³
SILVA, Renata Pereira Santana da⁴
MOTA, Luciene Lourenço⁵

Palavras-Chave: Direitos. SUS. Hospital. Atendimento.

Introdução: Trata-se de uma pesquisa de campo vinculada à disciplina de Saúde Pública, cujo objetivo foi verificar se os direitos dos usuários da saúde estão sendo colocados em prática e respeitados pelos profissionais de saúde de um hospital público do noroeste mineiro. **Referencial teórico:** O acesso das pessoas ao Sistema Único de Saúde (SUS) se baseia em princípios básicos de cidadania, que desvelam ao cidadão os direitos que detêm ao se ingressar no sistema de saúde (LANZONI, 2009). Tais princípios estão demonstrados na Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde com o objetivo de popularizar essas informações, tanto a os usuários quanto aos profissionais da saúde, promovendo respeito e reconhecimento à sua aplicação (BRASIL, 2007). **Metodologia:** Buscou-se averiguar, neste trabalho, se os direitos dos usuários da saúde estão sendo exercidos e respeitados de maneira adequada pelos profissionais de saúde de um hospital público do noroeste mineiro. A abordagem utilizada foi quantitativa, através de coleta de dados por meio de questionário estruturado contendo 6 questões. O mesmo foi aplicado entre os dias 11 a 20 de abril de 2017. O público participante foi escolhido aleatoriamente, no município de Unaí/MG, num total de 86 pessoas. Para análise dos resultados, os dados coletados foram agrupados em gráficos. **Análise dos dados:** Segundo os questionários aplicados aos usuários do SUS observa-se que 42 dos 86 entrevistados, consideram o atendimento como sendo parcialmente satisfatório. Quando questionados quanto à obtenção de informações sobre o procedimento que seria feito e se era do consentimento a realização, observa-se que um total de 47% dos usuários relataram que às vezes foram explicados e questionados se consentiam com sua realização, 29% não foram avisados dos procedimentos e nem questionados se permitiam sua realização. Em relação à humanização no atendimento, apesar de ser um assunto bastante discutido e atual, a humanização nem sempre é praticada pelos profissionais nas instituições de saúde, sendo respondido nos questionários como uma prática que às vezes é usada no atendimento, opinião de um total de 49 usuários, quando indagados sobre preconceitos sofridos durante o atendimento um total de 84 entrevistados relataram não ter sido vítima de nenhum tipo de preconceito, e apenas 2 entrevistados relataram terem sido tratados com preconceito pela vestimenta e classe social durante o atendimento.

REFERÊNCIAS

LANZONI, Gabriela Marcellino de Melo, et al. **Direitos dos usuários da saúde:** estratégias para empoderar agentes comunitários de saúde e comunidade. Fortaleza, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde: **carta dos direitos dos usuários da saúde.** 2007.

¹ Acadêmica do Curso de Enfermagem da FACTU

² Acadêmica do Curso de Enfermagem da FACTU

³ Acadêmica do Curso de Enfermagem da FACTU

⁴ Acadêmica do Curso de Enfermagem da FACTU

⁵ Professora Orientadora do Curso de Enfermagem da FACTU

CADERNO DE PEDAGOGIA

O JOGO COMO ESTRATÉGIA DE APRENDIZAGEM DA MATEMÁTICA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

SILVA Edinamar Costa¹
SOUZA, Lenivaldo Geraldo²
NEVES, Dener³

Palavras-Chave: Jogo. Aprendizagem. Matemática.

Diante das transformações culturais, econômicas e políticas que estão ocorrendo no mundo globalizado, pode-se perceber que as mudanças na educação e, principalmente na prática pedagógica do professor, são cada vez mais prementes. Nesta perspectiva, o trabalho com jogos tem sido abordado em diversas pesquisas que envolvem a educação Matemática. O tema “Os jogos como estratégia de aprendizagem no ensino da Matemática nas séries iniciais do Ensino Fundamental” foi escolhido devido às experiências obtidas como acadêmica do 4º e 5º períodos, ao participar das oficinas de Matemática aplicadas no ano de 2016, nas disciplinas de metodologia do ensino da Matemática. O **problema** desta pesquisa resume-se em responder à seguinte questão: Qual é a percepção que os professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental têm a respeito dos jogos como estratégia de aprendizagem para ensinar Matemática? A **justificativa** deste projeto se dá na tentativa de identificar e analisar percepções dos professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental sobre o jogo nas aulas de Matemática. A presente pesquisa tem como **objetivo geral** identificar a percepção dos professores acerca dos desafios e possibilidades do jogo como metodologia do ensino de matemática nas séries iniciais do ensino fundamental. **Objetivo específico** será conhecer a visão do professor sobre o significado da palavra jogo; Identificar a concepção que o professor tem sobre o jogo nas aulas de Matemática; Descobrir quais são as dificuldades enfrentadas pelos professores ao utilizar os jogos nas aulas de Matemática. Quanto à forma **metodológica** da presente pesquisa é do tipo exploratória com uma abordagem qualitativa e quantitativa que usará como procedimentos a pesquisa bibliográfica e coleta de dados de campo através de questionário com 5 professores licenciados em Pedagogia atuando em uma escola da rede pública estadual da cidade de Unaí.-MG. Os dados coletados dos questionários serão analisados através da construção de gráficos, tabelas e seus conteúdos serão analisados e comparados com o referencial teórico.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, C. **Jogos para a estimulação das múltiplas inteligências**. 7ed. Petrópolis, RJ: 2000.

MURCIA, J. A. M. **Aprendizagem através do jogo**. Porto Alegre, RS: 2005.

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia da FACTU

² Professor Orientador do Curso de Pedagogia da FACTU

³ Professor da disciplina de TCCI da FACTU

A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: a perspectiva do professor

SOUTO, Dayane Bruna¹
MENDES, Danyelle Júnia²
NEVES, Dener³

Palavras-Chave: Educação infantil. Inclusão. Deficiente auditivo.

A educação infantil na inclusão da criança deficiente auditivo, na perspectiva do professor, deve ser visto como papel principal para o sucesso na aprendizagem, nesse sentido, é de grande importância usar o lúdico como recurso pedagógico na formação do aprendiz para a criança surda, pois ajuda na construção da identidade, na formação da aprendizagem e na capacidade de se comunicar com o outro através da língua de sinais / libras. A inclusão da criança surda na educação infantil deve acontecer de maneira lúdica e dinâmica, para que a criança possa alcançar seu processo de desenvolvimento, integração e socialização. Observa-se nos sistemas educacionais que ainda não é prioridade a Educação Infantil, que afeta no processo de inclusão nessa etapa inicial escolar. Importante destacar que a Educação Infantil é etapa inicial da educação básica representa um marco importantíssimo na vida do ser humano. Com base nessa discussão acerca da inclusão de alunos surdos, foi proposta uma pesquisa com o intuito de identificar e analisar o processo de inclusão das crianças surdas em creches e pré-escola da rede municipal de Unaí-Mg. Sendo assim, este trabalho justifica-se como tema de reflexão para os desafios da inclusão dos alunos surdos na Educação Infantil. Nessa perspectiva, elaborou-se o seguinte **problema de pesquisa**: Quais as dificuldades de inclusão dos alunos surdos na educação infantil acerca da perspectiva do professor? Para responder a essa problemática, esta pesquisa pretende alcançar o seguinte **objetivo geral**: identificar a perspectiva do professor da educação infantil sobre a inclusão de alunos surdos, suas necessidades e limitações da escola. Espera-se alcançar esse objetivo geral a partir dos seguintes **objetivos específicos**: Estudar a definição e a história dos surdos no Brasil; Pesquisar acerca da educação inclusiva e as teorias da educação; Investigar as políticas públicas de inclusão de surdos na escola brasileira; Descrever como ocorre a inclusão de crianças surdas na educação infantil; A intervenção psicopedagógica na inclusão de crianças surdas. Os **procedimentos metodológicos** desta pesquisa serão a pesquisa bibliográfica reforçada com a coleta de dados em campo através da aplicação de uma entrevista semiestruturada com professores da educação infantil com formação em Pedagogia/e ou Normal Superior que atuem em pré-escolas de Unaí e possuam alunos com deficiência auditiva. Considerando que esta será uma pesquisa utilizando o método qualitativo exploratória, os dados levantados reunidos e analisar irão proporcionar uma visão geral, para que possam ser simultaneamente analisados e discutidos. **Os dados serão analisados** segundo a perspectiva de análise de conteúdo de Bardin.

REFERÊNCIAS

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLDFELD, Márcia. **A criança surda**: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista. São Paulo: Plexus, 1997.

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia da FACTU

² Professora Orientadora Curso de Pedagogia da FACTU

³ Professor da disciplina de TCCI da FACTU

A PERCEPÇÃO DO PEDAGOGO ACERCA DAS POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO EM AMBIENTES HOSPITALARES

ARAÚJO, Andressa¹
OLIVEIRA, Maria Aparecida²
NEVES, Dener³

Palavras-Chave: Hospitalar. Pedagogia. Hospitalizado. Educação.

Atualmente, a Pedagogia Hospitalar como processo pedagógico é uma realidade no vasto leque de atuação do pedagogo na sociedade contemporânea. O profissional da área de pedagogia pode atuar tanto em espaços escolares, quanto em espaços não escolares em várias instâncias da prática educativa, tendo em vista objetivos de formação humana previamente definidos no contexto histórico. Levar conhecimento àqueles que se encontram impossibilitados de ir buscá-los é o caminho apresentado por Matos (2012). É o caso da hospitalização de crianças e adolescentes, os quais, devido ao tempo de internação, muitas vezes rompem o seu processo de escolaridade. De acordo com Wolf (2007), a prática do pedagogo na Pedagogia Hospitalar poderá ocorrer nas unidades de internação, na ala de recreação do hospital, para as crianças que necessitarem de estimulação essencial, na continuidade dos estudos em caso de internações a longo prazo e também no atendimento ambulatorial. O pedagogo atua no hospital visando ao crescimento integral de seu paciente. **Problemática:** Nessa perspectiva, qual será a percepção do pedagogo acerca das possibilidades de atuação em ambientes hospitalares? Para responder a essa problemática esta pesquisa pretende alcançar o seguinte **objetivo geral:** Identificar a percepção do pedagogo acerca das possibilidades de atuação de sua profissão em ambientes hospitalares. Espera-se alcançar esse objetivo geral a partir dos seguintes **objetivos específicos:** Estudar as características e os princípios da pedagogia hospitalar; Demonstrar as relações entre o princípio do cuidado humanizado e a inserção da pedagogia hospitalar; Pesquisar quais as áreas de atuação e a importância do pedagogo em um ambiente hospitalar. Nos procedimentos **metodológicos** será utilizada a abordagem qualitativa sustentada por pesquisa bibliográfica que, segundo Marconi e Lakatos (2003), envolve toda bibliografia já tornada pública. Será usada a pesquisa empírica conhecida por pesquisa de campo, que é utilizada com a finalidade de conseguir informações e/ou conhecimentos sobre um problema, para o qual se procura resposta, ou de uma hipótese, que se queira prova. A pesquisa de campo terá como base uma entrevista semiestruturada que será realizada em um hospital situado no Distrito Federal – DF, no segundo semestre de 2017, onde as informações serão coletadas com os pedagogos atuantes.

REFERÊNCIAS

MATOS, Elizete Lúcia Moreira; MUGIATII, Margarida Maria Teixeira de Freitas. **Pedagogia hospitalar:** a humanização integrando educação e saúde. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

WOLF, Rosângela Abreu do Prado. **Pedagogia hospitalar:** A prática do pedagogo em instituição não-escolar. 2007.

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia da FACTU

² Orientadora e Professora do Curso de Pedagogia da FACTU

³ Professor da disciplina de TCCI do Curso de Pedagogia da FACTU

DESAFIOS À APRENDIZAGEM ESCOLAR DE CRIANÇAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA VISUAL: NA PERSPECTIVA DO PROFESSOR

SANTOS, Patrícia Gonçalves¹
MOURA, Maria Íris Coelho²
NEVES, Dener³

Palavras-Chave: Deficiência Visual. Metodologia. Singularidade.

Este projeto tem como finalidade observar desafios na aprendizagem escolar de crianças portadoras de deficiência visual: na perspectiva do professor. A ideia de debater sobre este tema surgiu com interesse em conhecer do professor ao se deparar com um aluno portador da deficiência visual, não estando ele preparado para essa situação. Tem o aluno o direito de estar incluso em sala de aula, possibilitando através de adequações das atividades direcionadas a esse aluno, para que o mesmo se desenvolva normalmente. Ao propor este tema, o **objetivo** é o refletir sobre tal, para conhecer e adaptar meios que facilitam uma metodologia de aprendizagem mais eficaz. Pois, sabendo que alunos com o grau de deficiência semelhante, é possível uma captação diferenciada de um mesmo objeto, sendo apropriada uma metodologia adaptada para cada indivíduo, visando sua singularidade no contexto de sua dificuldade. [...] foi observado que sujeitos cegos, com idêntica acuidade visual, possuíam eficiência visual diversa, ou seja, sujeitos com a mesma medida oftalmológica de visão apresentavam diferenças na utilização do resíduo visual. Como **Objetivos específicos:** Identificar princípios da inclusão escolar de alunos com deficiência; Conhecer as características da deficiência visual; Analisar formação e capacitação docente para trabalhar com alunos com deficiência visual; Identificar os desafios à aprendizagem de crianças portadoras de deficiência visual. Esta **metodologia** corresponderá a uma série de perguntas que serão apresentados ao professor para serem respondidas. Ela será uma pesquisa qualitativa exploratória, e será representado por um questionário estruturado. Com as principais **problemáticas:** Qual importância da participação direta dos professores no aprendizado dos alunos com deficiência visual, e como pode ser trabalhada? Sabendo que qualquer apoio extra é imprescindível para que o aluno tenha uma educação efetiva. A educação inclusiva está ligada diretamente com a questão de direitos humanos, que implica definição de políticas públicas, traduzidas nas ações institucionalmente planejadas, implementadas e avaliadas. Em suma, é possível entender que a dificuldade é consequência da deficiência, porém é provável uma adequação dos professores e escola, para portar e agregar a este aluno uma educação de direito e qualidade, incluindo-o no ambiente escolar.

REFERÊNCIA

AMIRALIAN, Maria Lúcia Toledo Morais. **Compreendendo o cego:** Uma visão Psicanalítica da Cegueira por meio de desenhos-histórias. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia da FACTU

² Professora Orientadora do Curso de Pedagogia da FACTU

³ Professor da disciplina de TCCI da FACTU

O LÚDICO COMO METODOLOGIA DO ENSINO DE MATEMÁTICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

SOARES, Bruna Barbosa¹
ARAÚJO, Edivânia Fernandes Xavier²
NEVES, Dener³

Palavras-Chave: Lúdico. Matemática. Educação Infantil. Aprendizagem.

Esse projeto de pesquisa propõe investigar o tema: O lúdico como metodologia de ensino de matemática na Educação Infantil, no âmbito da educação matemática, propõe-se um trabalho com jogos. A importância das atividades lúdicas no universo da educação infantil pretende investigar como a ludicidade contribui para construção do conhecimento, desenvolvimento da aprendizagem e compreensão da realidade a qual se insere. É importante estimular a capacidade de criação, abstração, fantasia, cognição bem como aspecto emocional e social na criança. Tem como objetivo analisar as contribuições do lúdico no trabalho com a matemática. O lúdico é um instrumento de desenvolvimento da linguagem e do imaginário como um meio de expressão de qualidades espontâneas ou naturais da criança. O presente projeto possui como **objetivo geral:** identificar a percepção dos professores sobre desafios e possibilidades do lúdico como metodologia do ensino de matemática na educação infantil. E **objetivos específicos:** conhecer a importância do lúdico para aprendizagem das crianças; e verificar quais os conteúdos de matemática são trabalhados na educação infantil de forma lúdica; identificar os principais desafios e possibilidades da utilização do lúdico como metodologia de ensino da matemática na educação infantil. Vygotsky (1994) afirmou que através do lúdico a criança revela seu estado cognitivo, visual, auditivo, tátil, motor, seu modo de aprender e entrar em uma relação cognitiva com o mundo de eventos, pessoas, coisas e símbolos. Então é de fundamental relevância o papel do lúdico na constituição do pensamento infantil. Pelas experiências adquiridas dos estágios como docente estimulou a aprofundar os estudos sobre as instituições de educação infantil como ambiente privilegiado para o brincar. Identifica-se que os jogos e brincadeiras estão ganhando espaço no âmbito escolar, ou seja, destaca o imaginário, o caráter criativo, e a socialização. É a oportunidade de desenvolvimento, pois brincando a criança experimenta, descobre, inventa, de modo que, enriquece seu desenvolvimento e a capacidade de se torna um ser humano criativo. **A presente pesquisa tem caráter qualitativa**, na qual será realizada entrevista semiestruturada com 4 professores da educação infantil de uma escola particular no município de Unaí-MG, com o intuito de compreender e interpretar a opinião desses professores em relação à utilização do lúdico como metodologia do ensino da matemática na educação infantil.

REFERÊNCIA

VYGOTSKI, Lev Samenovitch. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia da FACTU

² Professora Orientadora Curso de Pedagogia da FACTU

³ Professor da disciplina de TCCI da FACTU

A PERCEPÇÃO DO PROFESSOR ACERCA DO LÚDICO COMO AGENTE SOCIALIZADOR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

CASTRO, Cátia Pereira¹
XAVIER, Edivânia Fernandes Araújo²
NEVES, Dener³

Palavras-Chave: Educação infantil. Lúdico. Socialização

Os professores da educação infantil geralmente marcam os primeiros anos de vida escolar de uma criança. Os métodos utilizados por eles vão determinar os resultados alcançados durante e ao final de todo o processo. Segundo Oliveira e Galdino (2013), durante as brincadeiras, as crianças aprendem a ganhar, a perder, a negociar, a dialogar com respeito, a seguir regras. Ele ainda afirma que, quando os métodos utilizados pelo professor são convenientemente preparados tornam-se recursos eficazes na construção do conhecimento infantil, levando a criança à socialização e a atribuir o seu próprio conhecimento. Sabendo da importância dos jogos, brincadeiras e outras atividades pelos professores da Educação Infantil para o desenvolvimento social da criança, elaboramos o seguinte **problema de pesquisa:** os recursos e métodos utilizados pelos professores da educação infantil são adequados e suficientes para a devida socialização das crianças nessa etapa da vida? Para responder a essa problemática, esta pesquisa pretende alcançar o seguinte **objetivo geral:** Identificar a percepção do professor acerca do lúdico como agente socializador na educação infantil. Espera-se alcançar esse objetivo geral a partir dos seguintes **objetivos específicos:** Compreender as características e princípios da aprendizagem e da socialização na educação infantil. Conhecer as relações entre o lúdico e a socialização na educação infantil. Compreender como o professor da educação infantil trabalha a socialização através do lúdico. **Os procedimentos metodológicos** desta pesquisa serão a pesquisa bibliográfica exploratória suportada por uma pesquisa de campo de características qualitativas, os dados obtidos na pesquisa serão feitos através da aplicação de questionário com os professores da educação infantil que atuam na pré-escola e creches municipais de buritis MG. A **análise dos dados** coletados deverá seguir as orientações de Lakatos e Marconi, 2005.

REFERÊNCIAS

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

Oliveira, A. M.; GALDINO, M. **O lúdico como agente socializador na educação infantil**. UNAR, Centro Universitário de Araras/SP. 2013.

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia da FACTU

² Professora Orientadora do Curso de Pedagogia da FACTU

³ Professor da disciplina de TCCI do Curso de Pedagogia da FACTU

PRINCIPAIS DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO CAMPO: A PERCEPÇÃO DO PROFESSOR ATUANTE

BARBOSA, Cassia Venâncio¹
XAVIER, Edivânia Fernandes Araújo²
NEVES, Dener³

Palavras-Chave: Educação no Campo. Desafios. Legislação.

A educação do campo, tratada como educação rural na legislação brasileira, tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caçaras, ribeirinhos e extrativistas. O campo, nesse sentido, mais do que um perímetro não-urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana. (Ministério da Educação, 2012). Desta forma, considerando um grupo de docentes atuantes na educação no Campo, esta pesquisa busca responder à seguinte **problemática**: Quais os principais desafios enfrentados na implementação da Educação no Campo? Para responder a essa problemática, esta pesquisa pretende alcançar o seguinte **objetivo geral**: Identificar a percepção do professor atuante na educação no campo acerca dos principais desafios enfrentados na implementação da educação no Campo. Espera-se alcançar esse objetivo geral a partir dos seguintes **objetivos específicos**: Identificar as características e princípios da educação no campo; Conhecer as relações entre os movimentos sociais, a educação popular e a educação no campo; Descrever a legislação e as políticas públicas para a educação no campo. **Os procedimentos metodológicos** desta pesquisa serão a pesquisa bibliográfica reforçada com a coleta de dados em campo através da aplicação de um questionário a 3 (três) professores de educação no campo com formação, que atuem nessa modalidade de educação na região de Unaí. A coleta de dados em campo será realizada com professores atuantes em uma escola na região de Unaí, Escola Municipal Adélia Rodrigues Marques. O questionário a ser aplicada conterá 4 (quatro) questões norteadoras, e para fim de análise as respostas serão organizadas em categorias que pretendem. Identificar os principais desafios enfrentados na implementação da educação no campo. Os dados serão coletados em agosto de 2017. **A Análise dos dados** coletados deverá seguir as orientações de Lakatos e Marconi, 2005.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação no campo**: marcos normativos. Brasília, DF, 2012, 7p.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia da FACTU

² Professora Orientadora da FACTU

³ Professor da disciplina de TCCI da FACTU

A INFLUÊNCIA DO BULLYING NA APRENDIZAGEM NA PERCEPÇÃO DO PROFESSOR DAS SÉRIES INICIAIS

LIMA, Franciele Camilo¹
OLIVEIRA, Maria Aparecida²
NEVES, Dener³

Palavras-Chave: Bullying. Aprendizagem. Escolar. Professor.

Os casos de violência nas escolas aumentam diariamente, como pode ser visto em noticiários. Essa tragédia com os alunos pode-se dar nas formas físicas e psicológica, sendo que ambas podem afetar a população, em geral, refletindo em mais violência. Sabe-se que a escola é de suma importância para crianças e adolescentes em seu desenvolvimento pessoal e intelectual, e que as que não se adaptam positivamente ao ambiente educacional tendem a uma probabilidade maior de desempenho acadêmico insatisfatório. Nesse sentido, estabelecer bons relacionamentos nesse meio é garantir maiores chances de alcançar um bom nível de aprendizado e desempenho na vida. O bullying, ocorrido nas escolas, é uma das formas de violência mais comum e é um problema social que cresce desenfreadamente em todas as escolas, independentemente do nível social da instituição. **Problemática:** Qual a percepção do professor das séries iniciais da educação fundamental acerca de como o bullying pode interferir na aprendizagem escolar? **Objetivo geral:** Identificar a percepção do professor das séries iniciais da educação fundamental acerca de como o bullying pode interferir na aprendizagem escolar. **objetivos específicos:** Identificar e descrever os tipos de bullying existentes na escola; Verificar na literatura como o bullying pode interferir na aprendizagem escolar; Descrever os fatores que podem interferir na aprendizagem escolar em alunos da educação fundamental; Pesquisar quais as formas de enfrentamento do bullying em ambientes escolares **Nos procedimentos metodológicos** será utilizada uma pesquisa exploratória com abordagem qualitativa sustentada por pesquisa bibliográfica que, segundo Marconi e Lakatos (2003), envolve toda bibliografia já tornada pública. A pesquisa de campo terá como base uma entrevista semiestruturada que será realizada na Escola Estadual Teófilo Martins Ferreira situada em Unaí-MG, no segundo semestre de 2017, onde as informações serão coletadas com os pedagogos atuantes.

REFERÊNCIAS

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SILVA, Ana Beatriz B. (Ana Beatriz Barbosa) **Bullying: mentes perigosas nas escolas** / Ana Beatriz Barbosa Silva – São Paulo: Globo, 2015.

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia da FACTU

² Professora Orientadora do Curso de Pedagogia da FACTU

³ Professor da disciplina de TCCI da FACTU

EDUCAÇÃO DO CAMPO: desafio a formação do professor

MARTINS, Larissa¹

MOURA, Íris²

NEVES, Dener³

Palavras-Chave: Professor. Educação do campo. Desafio formação.

Uma instituição escolar deve ser organizada para garantir a aprendizagem de todos, mediante uma proposta pedagógica significativa e participativa. O que não difere para a educação no campo. Ao se falar em “Educação do Campo” ainda se percebem alguns descasos por tantos que desconhecem o verdadeiro significado desse assunto, muitos não imaginam o valor que tem a educação não apenas para a sua vida pessoal, mas também para uma comunidade forte, formada de cidadãos conscientes de seus deveres e direitos. Através deste trabalho sobre Educação do Campo se busca conhecer mais sobre o desafio da formação desse professor, procurando mostrar que educação no meio rural, no Brasil, ainda tem muito a desenvolver. A partir deste tema e suas questões polêmicas, esta pesquisa surgiu da seguinte questão problema: Sendo a Educação do Campo uma porta de entrada para a população rural, e a formação dos professores é fundamental para promover uma educação conectada ao contexto local, quais as principais estratégias para fortalecer a educação do campo? A presente pesquisa tem como **objetivo geral:** Identificar a percepção do pedagogo acerca dos desafios à formação do professor especialista em educação no campo. E com os **objetivos específicos:** identificar as características e princípios da educação no campo; Conhecer as relações entre os movimentos sociais, a educação popular e a educação no campo; Descrever a legislação e as políticas públicas para a educação no campo Identificar as características da formação dos profissionais para atuarem na educação do campo. Quanto aos procedimentos metodológicos, será utilizada a abordagem qualitativa sustentada por pesquisa bibliográfica que, segundo Marconi e Lakatos (2003), envolve toda bibliografia já tornada pública. Será usada a pesquisa empírica conhecida por pesquisa de campo, que é utilizada com a finalidade de conseguir informações e/ou conhecimentos sobre um problema, para o qual se procura resposta, ou de uma hipótese, que se queira prova. A pesquisa de campo terá como base uma entrevista semiestruturada que será realizada em uma escola rural do município de Unaí, no segundo semestre de 2017; as informações serão coletadas com os pedagogos atuantes.

REFERÊNCIAS

ARROYO. - Miguel - **Política de formação de educadores (as) do campo**. Cadernos Cedes, Campinas, vol. 27, n. 72, p. 157-176, maio/ago. 2007. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em 03 maio 2017.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia da FACTU

² Professora Orientadora Curso de Pedagogia da FACTU

³ Professor da disciplina de TCCI da FACTU

DESAFIOS DA INCLUSÃO DE CRIANÇAS PORTADORAS DA SÍNDROME DE DOWN NA ESCOLA REGULAR

BENTO, Micaelly Sousa¹
MENDES, Danyelle Júnia²
NEVES, Dener³

Palavras-Chave: Inclusão. Educação. Síndrome de down.

O tema Inclusão é fruto de uma transformação social que envolve aspectos políticos e culturais. A educação, como parte complementar da construção social, tem por obrigação, privilegiar uma educação inclusiva com alicerce no princípio legal da “educação de qualidade para todos”. Buscando compreender esta realidade e encontrando este desafio no campo de atuação profissional no contexto escolar, este estudo procura analisar como ocorre o processo de inclusão de uma criança com Síndrome de Down em uma escola de ensino regular. **Problemática:** Neste contexto, o professor é fundamental no processo de inclusão do aluno com síndrome de Down, atuando no sentido de adaptar e incluir o aluno junto à escola fazendo com que o processo de aprendizagem e inclusão se conclua. Para que isso aconteça o que é preciso que as escolas façam para que a inclusão do aluno com síndrome de Down aconteça? Identificar a percepção dos professores acerca dos desafios da inclusão da criança portadora da síndrome de Down na escola de ensino regular fundamental é necessário. **Justificativa:** A inclusão é uma obrigatoriedade educacional e surge em diversas discussões da área no intuito de investigar como está sendo o processo de ingresso dos alunos com síndrome de down no ensino regular, já que a sociedade vem passando por diversas transformações e com isso a educação também sente essas mudanças, pois estamos em constante processo de aprendizagem. **Objetivo Geral:** Identificar a percepção do professor acerca dos desafios à inclusão da criança portadora da síndrome de Down na escola regular. **Objetivos específicos:** Identificar os princípios da inclusão escolar de alunos com deficiência; Conhecer as características da Síndrome de Down; Analisar Formação e capacitação docente para trabalhar com alunos com deficiência; Identificar os desafios à aprendizagem de crianças portadoras da Síndrome de Down. **Os procedimentos metodológicos:** As técnicas correspondem uma parte prática da pesquisa, que são representadas por duas divisões, a documentação indireta que abrange a revisão bibliográfica, e a documentação direta que subdivide em observação direta intensiva e direta extensiva (MARCONI e LAKATOS, 2005). Será utilizado como técnica para coleta de dados a observação direta e intensiva, especificamente a aplicação do questionário, para o qual os respondentes serão informados sobre o anonimato e sigilo dos dados que serão coletados, em seguida será aplicado o questionário para depois os dados colhidos serem analisados. **Análise de dados** segue sob orientação de Marconi e Lakatos 2005.

REFERÊNCIAS

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** 2. ed. São Paulo: Moderna, 2006. 64 p.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria **Fundamentos de metodologia científica**. 6.ed. São Pulo: Atlas, 2007.

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia da FACTU

² Professora Orientadora do Curso de Pedagogia da FACTU

³ Professor da disciplina de TCCI do Curso de Pedagogia da FACTU

A PERCEÇÃO DO PROFESSOR ACERCA DA IMPORTÂNCIA DOS JOGOS E BRINCADEIRAS NO DESENVOLVIMENTO DA PSICOMOTRICIDADE NA PRÉ-ESCOLAR

XAVIER, Daniele Gonçalves¹

XAVIER, Edivânia Fernandes Araújo²

NEVES, Dener³

Palavras-Chave: Psicomotricidade. Jogos. Brincadeiras.

O brincar no processo de aprendizagem da criança na educação Infantil visa à ludicidade como caminho para o ensino-aprendizagem e a construção do conhecimento através de jogos e brincadeiras. A utilização de procedimentos pedagógicos que envolvem jogos e brincadeiras, tendem a propiciar o desenvolvimento afetivo, moral e intelectual do aluno possibilitando o desenvolvimento de habilidades do pensamento, como a imaginação, interpretação, criatividade. E também desenvolve áreas específicas como: coordenação motora, equilíbrio e agilidade. A educação psicomotora pode ser trabalhada com atividades lúdicas, levando a criança a fazer uso de diferentes gestos, posturas e expressões corporais, objetivando desenvolver áreas específicas como: coordenação motora, ritmo, equilíbrio e agilidade. Com base nessa discussão acerca do desenvolvimento da psicomotricidade, foi proposta uma pesquisa com o intuito de identificar o desenvolvimento da criança através dos jogos e brincadeiras. Considerando um grupo de profissionais atuantes com crianças da educação infantil, esta pesquisa busca responder à seguinte **problemática**: Qual a percepção do professor acerca da importância dos jogos e brincadeiras no desenvolvimento da psicomotricidade na pré-escola? Para responder a essa problemática, acerca esta pesquisa pretende alcançar o seguinte **objetivo geral**: Identificar a percepção do professor da importância dos jogos e brincadeiras para o desenvolvimento da psicomotricidade na pré-escola. Espera-se alcançar esse objetivo geral a partir dos seguintes **objetivos específicos**: Identificar as características e princípios da aprendizagem na educação; Conhecer as relações entre os jogos e brincadeiras no desenvolvimento da psicomotricidade; Identificar como o professor da pré-escola utiliza os jogos e brincadeiras no desenvolvimento da psicomotricidade. **Os procedimentos metodológicos** desta pesquisa será a pesquisa bibliográfica reforçada com a coleta de dados em campo, através da aplicação de questionário com questões fechadas, com professores da educação infantil que atuam em pré-escola da rede municipal de Unaí-MG. Por questionário entende-se um conjunto de questões que são respondidas por escrito pelo pesquisado. Considerando que para esta pesquisa utilizar-se-á o método qualitativo exploratório, os dados levantados serão reunidos para análise e interpretação, para que assim seja possível a comparação dos resultados à luz do referencial teórico. Com os dados coletados será feita análise e a tabulação de dados e as conclusões que a pesquisa possibilita chegar, para construção do relatório final.

REFERÊNCIAS

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MALUF, Ângela Cristina Munhoz. **Atividades lúdicas para educação infantil**: conceitos, orientações e práticas. 3 ed. Petrópolis RJ: Vozes, 2012.

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia da FACTU

² Professora Orientadora da FACTU

³ Professor da disciplina de TCCI da FACTU

A IMPORTÂNCIA DA PSICOMOTRICIDADE NO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

RODRIGUES, Vanessa¹

SANTOS, Joyce²

XAVIER, Edivânia Fernandes Araújo³

Palavras-Chave: Psicomotricidade. Desenvolvimento. Educação Infantil

Introdução: Este projeto de pesquisa propõe investigar o tema: A importância da psicomotricidade no desenvolvimento da criança na educação infantil. O interesse por esta temática iniciou-se ao vivenciar experiências com a prática docente em uma escola Municipal. Assim o projeto pretende responder à seguinte problemática: A Psicomotricidade de forma estimulante para o inter-relacionamento das crianças através do corpo de forma lúdica influencia no processo de emancipação dos alunos? Desse modo, o projeto visa proporcionar às crianças da Educação Infantil atividades simbólicas, que ajudam no processo da aprendizagem. **Referencial teórico:** Ao retratar o tema psicomotricidade, percebe-se que a educação psicomotora é um processo de suma importância para a aprendizagem na educação infantil. De acordo com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI, 1998, p. 23) [...] “Neste processo, a educação poderá auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas, na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis”. **Metodologia:** Com base em um enfoque metodológico qualitativo, a pesquisa será fundamentada nos princípios da observação e regência os quais propõem conhecer e compreender como está sendo a estimulação do desenvolvimento psicomotor na educação infantil. Segundo Man (1970 apud MARCONI; LAKATOS, 2007, p. 196), a observação participante é uma “tentativa de colocar o observador e o observado do mesmo lado”. O trabalho de campo ocorrerá no período de março a junho de 2017 com alunos de 4 anos de uma escola municipal, será observado como as professoras ministram as aulas trabalhando o desenvolvimento motor das crianças.

REFERÊNCIAS

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf acesso em> Acesso em 4 abr. 2017

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia da FACTU

² Acadêmica do Curso de Pedagogia da FACTU

³ Professora Orientadora da FACTU

O FUNDAMENTO DOS DIREITOS HUMANOS

BORGES, Simara Lopes¹
SANTOS, Ane Kelly²
OLIVEIRA, Maria Aparecida de³

Palavras-Chave: Fundamento. Direitos Humanos. Dignidade.

Este trabalho visa apresentar um resumo do texto “O Fundamento dos direitos humanos” (PEQUENO, 2008, p. 23-28). O autor conceitua direitos humanos como "aqueles princípios ou valores que permitem a uma pessoa afirmar sua condição humana e participar plenamente da vida. Tais direitos fazem com que o indivíduo possa vivenciar plenamente as condições biológica, psicológica, econômica, social, cultural e política" (2008, p. 24). Os direitos humanos são usados para proteger o sujeito contra qualquer tipo de violência, e se aplicam a qualquer pessoa, devendo ser respeitado por todos os homens, em qualquer tempo ou sociedade. Esses direitos tornam os homens iguais independente de sua condição física, etnia, classe social, profissão opção política, crença religiosa, nacionalidade, convicção moral, orientação sexual e identidade de gênero, assegurando ao homem o pleno exercício de sua liberdade e a preservação de sua dignidade. Os fundamentos dos direitos humanos referem-se à sua natureza ou à sua razão de ser, e existem para zelar e promover a humanidade que há em todo homem, fazendo com que ele não seja reduzido a um objeto qualquer. Assim o fundamento dos direitos humanos é a essência que torna humano o nosso ser. Porém, o grande problema político dos direitos humanos é impedir que eles sejam ignorados, violados ou mesmo negados, e passem a ser efetivamente vivenciados e praticados. Locke (1978, apud Pequeno, 2008) afirma que o homem naturalmente tem direito à vida e à igualdade de oportunidades, seguido pelo preceito de que todos os homens nascem livres e iguais, Pequena cita Rousseau, 1985), quando este afirma que os homens teriam direitos inatos e indispensáveis à preservação de sua existência, esses direitos seriam decorrentes de sua própria natureza humana. O homem é provido de sensibilidade, razão, sociabilidade, autonomia de vontade, capacidade de dominar seus instintos e seguir normas de conduta moral. Esses elementos formam a humanidade do homem e justificam a sua essência fundamental, que é a dignidade, onde o fundamento de direitos humanos está baseado. A dignidade define a essência da pessoa humana, é o valor que dá humanidade ao sujeito, pelo simples fato de ele ser humano. Ela garante liberdade e autonomia do sujeito, todo ser humano tem um valor primordial, independente de sua vida particular ou posição social. A dignidade é um valor incondicional, incomensurável, insubstituível, não admite equivalente, e possui valor intrínseco. Assim promover, zelar e defender a dignidade humana é imprescindível para tornar a vida social mais justa e menos violenta. Os direitos humanos são considerados fundamentais porque são indispensáveis para que a pessoa viva com a mais plena dignidade. Portanto, é necessário defender e promover a dignidade da pessoa com meios educativos, preparando o sujeito para o exercício da cidadania e para a afirmação da dignidade que define sua natureza e condição.

REFERÊNCIA

PEQUENO, Marconi. O fundamento dos Direitos Humanos. In: ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares et al. **Direitos Humanos: capacitação de educadores**. V. 1: Fundamentos histórico-filosóficos e político-jurídicos da Educação em Direitos Humanos. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2008.

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia da FACTU

² Acadêmica do Curso de Pedagogia da FACTU

³ Professora Orientadora da FACTU

A INFLUÊNCIA DA LINGUAGEM VIRTUAL NA ESCRITA DOS ESTUDANTES DO 4º. E 5º. ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

XAVIER, Bárbara Stéphany de Freitas¹
MACHADO, Juliana Lacerda²

Palavras-Chave: Linguagem Virtual. Escrita. Ensino Fundamental.

O estudo investigou a influência da linguagem virtual na escrita de estudantes do 4º e 5º ano do Ensino Fundamental. Primeiro, descreveu-se o conceito do termo linguagem, apresentando suas modalidades, ou seja, a fala e a escrita, diante dessa visão correlacionou a influência dessas modalidades durante o processo de formação dos indivíduos, fator que garante o desenvolvimento eficiente do processo de comunicação. Posteriormente, discutiu-se a respeito do levantamento histórico do uso da linguagem virtual, ressaltando suas características. Abordaram-se ainda os mecanismos que o professor utiliza para minimizar a influência do internetês ou linguagem virtual, que pode vir a acarretar, em alguns momentos, a substituição da norma culta pela linguagem virtual nos distintos gêneros e produções textuais. O marco teórico desta pesquisa apresenta trabalhos de alguns pesquisadores que discutem sobre a predominância dessa nova linguagem na sociedade, como: Carolina Tomasi e João Bosco Medeiros (2010), Luiz Antônio Marcuschi (2005), entre outros. A pesquisa foi realizada na Escola Estadual Delvito Alves da Silva situada no município de Unaí-MG. Participaram da pesquisa 4 (quatro) professoras que lecionam para as turmas do ciclo complementar, ou seja, 4º e 5º Ano. Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa de tipo exploratório. A geração dos dados ocorreu por meio do instrumento questionário que oferecem condições de acessar a perspectiva e atitudes dos professores quanto à influência da linguagem virtual na escrita de estudantes do 4º e 5º ano do Ensino Fundamental. A análise de dados foi realizada com auxílio da Análise de Conteúdo. Os resultados apontam que a linguagem virtual influencia nas produções textuais dos estudantes, mas o trabalho do professor é capaz de conscientizar os estudantes quanto ao uso do internetês. Cabe ao educador não a proibição da linguagem virtual, mas o ensinamento de quando e onde deve-se empregar tal linguagem, já que esta faz parte da cultura contemporânea.

REFERÊNCIAS

TOMASI, Carolina; MEDEIROS, João Bosco. **Comunicação empresarial**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital**. In: MARCUSCHI, Luiz Antônio; XAVIER, Antônio Carlos. *Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção de sentido*. Rio de Janeiro: Lucerna. 2005. p. 13-67.

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia da FACTU

² Professora Orientadora do Curso de Pedagogia da FACTU

DIREITOS HUMANOS, CONSIDERAÇÕES SOBRE FUNDAMENTO E VALIDADE DE UM PROJETO POLÍTICO À LUZ DO DESENVOLVIMENTO

BRANDÃO, Mayana¹
MODESTO, Bruna Aparecida Gonçalves²
OLIVEIRA, Maria Aparecida³

Palavras-Chave: Direitos Humanos. Liberdade. Desigualdades sociais.

O objetivo deste trabalho é apresentar um resumo do texto Direitos Humanos, considerações sobre o fundamento e validade de um projeto político à luz do desenvolvimento (COSTA, 2008). O autor começa citando Arendt (2006) “os direitos humanos não são um dado, mas um construído, uma invenção humana em constante processo de construção e reconstrução.” Os direitos nascem das lutas sociais, as normas apenas confiam importância e instrumentalidade para seu usufruto e efetivação. A maior invenção do século XX, segundo José Bernardo Toro (apud Costa, 2008), foi a “Declaração dos Direitos Humanos’ de 1948”, uma grande invenção diante de tantos problemas que surgiram nos séculos passados. Os Direitos Humanos são pautados na horizontalidade e reciprocidade. Os seres humanos precisam de uma vida digna, com saúde, educação, trabalho, segurança. A dignidade humana é conceituada como “o conjunto de essencialidades que nos permite não sermos menos que humanos, em outras palavras, fundamentam nosso estatuto de pessoa.” Quando acontece o desenvolvimento das pessoas, há uma expansão da liberdade; esta tem como tarefa principal diminuir as desigualdades sociais. Para que as desigualdades sociais diminuam, é preciso que o Estado cumpra o seu papel. A Constituição Federal de 1988 garante direitos civis, políticos, econômicos, culturais e ambientais. Lei é o único meio capaz de impor obrigações jurídicas sobre as pessoas. O autor conclui que, apesar das garantias legais, ainda há muita ausência de um mínimo de igualdade social e econômica destruindo a reciprocidade do direito e a força do seu discurso de transformação. Há que se buscar mais a promoção e proteção dos direitos humanos.

REFERÊNCIA

COSTA, Marcelo Gustavo Coelho da. **Direitos humanos:** considerações sobre fundamento e validade de um projeto político a luz do desenvolvimento. In: ZENAIDE, Maria de Nazaré et al. Direitos Humanos: capacitação de educadores. V. 1: Fundamentos histórico-filosóficos e político-jurídicos da Educação em Direitos Humanos. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2008.

¹ Acadêmica do Curso de Educação Física da FACTU

² Acadêmica do Curso de Pedagogia da FACTU

³ Professora Orientadora do Curso de Pedagogia da FACTU

A PLURALIDADE CULTURAL COMO TEMA TRANSVERSAL

ARAÚJO, Braytner Mendes¹
OLIVEIRA, Hivenizia Calixta²
MOURA, Maria Íris Coelho de³

Palavras-Chave: Pluralidade cultural. Sociedade. Valores.

Para viver democraticamente em uma sociedade plural é preciso respeitar os diferentes grupos e culturas que a constituem. A inserção do tema pluralidade cultural como transversal no currículo do ensino fundamental, por iniciativa dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), tem grande importância na formação das crianças, principalmente no que diz respeito à cidadania, (BRASIL, 1997). O objetivo deste trabalho é apresentar um resumo da temática do conhecimento e da valorização das características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que convivem no território nacional, a crítica às desigualdades socioeconômicas e as relações sociais discriminatórias e excludentes que permeiam a sociedade brasileira, oferecendo ao aluno a possibilidade de conhecer o Brasil como um país complexo, multifacetado e algumas vezes paradoxal. (CORTES, 2011). Diante das características da temática, os Parâmetros Curriculares Nacionais explicam que, com o tema pluralidade cultural, se “propõe uma concepção que busca explicitar a diversidade étnica e cultural que compõe a sociedade brasileira, compreender suas relações, marcadas por desigualdades socioeconômicas e apontar transformações necessárias, oferecendo elementos para a compreensão de que valorizar as diferenças étnicas e culturais não significa aderir aos valores do outro, mas respeitá-los como expressão da diversidade, respeito que é, em si, devido a todo ser humano, por sua dignidade intrínseca, sem qualquer discriminação. A formação da diversidade é traço fundamental na construção de uma identidade nacional que se põe e repõe permanentemente, tendo a ética como elemento definidor das relações sociais e interpessoais” (BRASIL, 1997, p. 19). Nesse sentido, a escola deve ser local de aprendizagem de que as regras do espaço público permitem a coexistência, em igualdade, dos diferentes. O trabalho com Pluralidade Cultural se dá a cada instante, exige que a escola alimente uma “Cultura da Paz”, baseada na tolerância, no respeito aos direitos humanos e na noção de cidadania compartilhada por todos os brasileiros (BRASIL, 1997).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental, MEC/SEF, 1. Parâmetros Curriculares Nacionais. **Pluralidade cultural e orientação sexual**, V. 10, Brasília/DF, 1997. Disponível em

<<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pluralidade.pdf>>. Acesso em: 05 mai. 2017.

CORTES, Maria. **Curso de pluralidade cultural: tema transversal – fundamental I**, Viçosa-MG, CPT, 2011, p.21.

¹ Acadêmico do Curso de Pedagogia da FACTU

² Acadêmica do Curso de Pedagogia da FACTU

³ Professora Orientadora do Curso de Pedagogia da FACTU

CONCEITO DE ÉTICA

OLIVEIRA, Jessica Barbosa de¹
SANTOS, Maria Jaciara Félix²
MOURA, Maria Iris Coelho de³

Palavras-Chave: Ética. Moral. Ciência. Valores. Princípios.

Este trabalho objetiva apresentar um resumo do capítulo intitulado Conceito de Ética do livro *Ética Geral e Profissional*, de Nalini (2015). A palavra ética, vem do grego *ethos* que significa costumes. Moral vem do latim *mores* que tem o mesmo sentido. Apesar da semelhança entre ambas o uso decorrente das duas expressões não as elimina como sendo sinônimas. A ética é uma ciência, e a moral é o objeto dessa ciência que estuda o comportamento moral dos homens em sociedade. Caracteriza-se por uma ciência porque tem objeto, leis e métodos próprios na simples identificação do caráter científico de determinado ramo do conhecimento. É a parte da filosofia que se ocupa com a reflexão a respeito das noções e princípios que fundamentam a vida moral, e uma disciplina normativa, não por criar normas, mas por descobri-las e elucidá-las. Seu conteúdo mostra às pessoas os valores e princípios que devem nortear sua existência, aprimora, influencia e desenvolve o sentido moral do comportamento e a conduta humana. Por vez, a moral é um dos aspectos do comportamento humano, e o conjunto das regras admitidas em determinada época ou por um grupo de homens. Ou seja, a moral é a formação do caráter individual, é aquilo que leva as pessoas a enfrentar a vida com um estado de ânimo capaz de enfrentar os revezes da existência. A ética está ligada à virtude moral, sendo preciso criar uma responsabilidade individual, tendo em vista o bem comum, prevalecendo muito mais uma ética de princípios. Na perspectiva do autor, o homem é um ser perfectível e recuperável, sendo um pressuposto de extrema relevância numa era em que as pessoas se comportam em desacordo com as normas, nada obstante, a reprodução de maus exemplos, nesse sentido a hipótese é que todo ser humano pode se integrar e se tornar melhor a cada dia, por ser sua vocação tende-se naturalmente para o bem. Portanto, de acordo com o autor é confiado aos cultores da ciência normativa, o papel de reforçar essa tendência, fazendo reduzir o nível de inobservância, transgressão ou indiferença perante a ordem do dever ser. E ainda que as experiências demonstrem o contrário, a humanidade só avançaria no processo de resgate, se a maioria se convencer de que o homem pode ser recuperado, sob esse prisma é que se justifica o estudo, a pregação e a vivência ética.

REFERÊNCIA

NALINI, José Renato. Conceito de ética. In: _____ . **Ética geral e profissional**. 12. ed. rev. atual. e ampl. - São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015. p. 38-45.

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia da FACTU

² Acadêmica do Curso de Pedagogia da FACTU

³ Professora Orientadora do Curso de Pedagogia da FACTU

LIBERDADE, IGUALDADE E FRATERNIDADE NA CONSTRUÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

CAMPOS, Jéssica Pereira de¹
SANTOS, Paola Lisboa dos²
OLIVEIRA, Maria Aparecida de³

Palavras-Chave: Direitos Humanos. Cidadãos. Liberdade.

Este trabalho tem o intuito de apresentar um resumo do texto Liberdade, Igualdade e Fraternidade na Construção dos Direitos Humanos, publicado em 2008. Tosi afirma que a doutrina que funda os direitos humanos é a teoria dos direitos naturais, conhecida também como jusnaturalismo moderno. O liberalismo pregava a limitação dos poderes do Estado, a função essencial do Estado é garantir os direitos dos cidadãos, os direitos da tradição liberal têm o seu núcleo central assim chamado “direitos de liberdade”, que são fundamentais aos direitos do indivíduo. Em relação aos direitos do homem, o movimento socialista se dividiu a partir da crítica radical de Marx aos direitos humanos, sociais, civis e políticos. Os direitos de igualdade, econômicos, sociais, direitos de liberdade eram, acima de tudo, individual. Nos regimes totalitários, cabia ao Estado defender um conjunto de valores coletivos, o nacionalismo, racismo e o socialismo. A doutrina moderna dos direitos humanos pode ser considerada como uma “secularização”, uma tradução em termos não religiosos, a honestidade da igreja católica aos direitos humanos modernos começa a mudar somente com o papa Leão XIII. A igreja católica procura inserir-se de maneira autônoma entre o liberalismo e o socialismo. O autor conclui que não se pode esquecer que as contribuições aos direitos humanos são consideradas na sua integridade da Tecnologia e da Filosofia da Libertação latino-americana.

REFERÊNCIA

TOSI, Giuseppe. Liberdade, Igualdade e Fraternidade na Construção dos Direitos Humanos. In: ZENAIDE, Maria de Nazaré et al. **Direitos Humanos: capacitação de educadores**. V. 1: Fundamentos histórico-filosóficos e político-jurídicos da Educação em Direitos Humanos. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2008.

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia da FACTU

² Acadêmica do Curso de Pedagogia da FACTU

³ Professora Orientadora do Curso de Pedagogia da FACTU

CONCEITOS DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

MELO, Luciana Pereira de¹
CAMACHO, Thaynara Luzia de Sousa²
MACHADO, Juliana Lacerda³

Palavras-Chave Educação. Direitos Humanos. Coletividade.

Falar sobre direitos humanos implica haver sintonia entre o discurso e a ação de todos os envolvidos no processo. Educar, para os direitos humanos, dignifica o homem, faz dele protagonista de um projeto que tem como objetivo um mundo melhor, assegurando que o direito seja para todos. É nesse processo que se constrói o conhecimento necessário para a transformação da realidade. Tal processo deve ser coletivo, integrado ao meio onde acontece, e em sintonia com as necessidades de quem dele participa. O direito a uma vida digna e a razões para viver está na raiz da educação em direitos humanos, esta deve ser defendida e promovida para todas as pessoas, assim como para todos os grupos sociais e culturais. A dignidade da pessoa é aquela condição em virtude da qual cada ser humano pode exigir ser tratado como semelhante a todos os demais, seja qual for o sexo, cor da pele, ideias, etc. A dignidade que tem cada ser humano é justamente o que nos serve para reconhecer a cada um como um ser único e irrepetível. Os direitos humanos são reconhecidos como conjunto de direitos individuais e coletivos, que devem ser respeitados, promovidos. Assumir os direitos humanos como um humanismo de reconhecimento significa reconhecer a vulnerabilidade de todos os seres humanos como seres mortais e especialmente aqueles mais expostos à dor e ao sofrimento. O respeito aos direitos humanos implica conhecimento da realidade, na vivência da responsabilidade como liberdade e com autonomia. A ética propõe um estilo de vida objetivando a realização plena do homem no âmbito da história em um projeto sociopolítico de comunidade. O respeito ao outro significa respeitar os valores republicanos e os valores democráticos. A educação em direitos humanos deve ser orientada para a comunidade, deve sensibilizar o indivíduo a participar de um processo ativo na resolução dos problemas em um contexto de realidades específicas e orientar a iniciativa, o sentido de responsabilidade e o empenho de edificar um amanhã melhor.

REFERÊNCIA

CONCEITOS de Educação em Direitos Humanos. In: BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacionais-Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013.

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia da FACTU

² Acadêmica do Curso de Pedagogia da FACTU

³ Professora Coordenadora do Curso de Pedagogia da FACTU

A CRIAÇÃO/INSTALAÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE UNAÍ

CARVALHO, Taís¹

LEITE, Lauyane²

SILVA, Adriano³

Palavras-Chave: Superintendência. Ensino. História.

O objetivo deste trabalho é apresentar a criação/instalação da Superintendência Regional de Ensino de Unaí (SRE). Esta foi criada no dia 14 de dezembro de 2006, por meio da Lei n. 16.462/2006, publicada no Minas Gerais de 15 de dezembro de 2006. Mas foi em 2010, após as autoridades e educadores unaienses reivindicarem, a Resolução SEE/MG n. 1.690, de 03 de setembro de 2010 foi publicada, estabelecendo as competências provisórias da Direção da SRE/Unaí, com o prazo de seis meses determinado para apresentação de asserção para a Estrutura Administrativa, Financeira e de Pessoal da SRE, a nomeação dos municípios e escolas da jurisdição da SRE a ser estabelecido por Decreto do Senhor Governador, bem como o reconhecimento da realidade das escolas e dos principais parâmetros educacionais da região. Os recursos orçamentários e financeiros para o funcionamento da SRE/Unaí seriam destinados temporariamente na SRE/Paracatu. Por decisão do Governador de Minas Gerais, no dia 03 de setembro de 2010, a primeira titular nomeada foi a Senhora Neuza Maria Nunes Quintão, apresentada às autoridades e aos educadores de Unaí. Ela foi nomeada após dez dias de sua designação. A Superintendente assumiu o compromisso de se dedicar pela melhoria educacional na jurisdição da SRE/Unaí. Em 19 de novembro de 2010, por meio do Decreto n. 45.499, foi definida a jurisdição das Superintendências Regionais de Ensino de Paracatu e de Unaí, ficando sob a jurisdição da SRE/Unaí os municípios de Arinos, Bonfinópolis de Minas, Buritis, Cabeceira Grande, Dom Bosco, Formoso, Natalândia, Riachinho, Unaí e Uruana de Minas. Com tal definição a Regional Unaí passou a atender 36 Escolas Estaduais; 10 Secretarias Municipais, compostas por 100 Escolas Municipais e 18 Escolas Privadas. Para compor o quadro de pessoal, em 26 de maio de 2011 os primeiros cargos comissionados foram apresentados, compondo, as três diretorias: Diretoria Educacional (DIRE), Diretoria Administrativa e Financeira (DAFI) e a Diretoria de Pessoal (DIPE). Portanto, a SRE de Unaí/MG foi criada no dia 14 de dezembro de 2006, através da Lei nº 16.462/2006. Dez municípios, incluindo Unaí, fazem parte da jurisdição da referida SRE.

REFERÊNCIA

Portal da Educação. **Secretaria de Estado de Minas Gerais**. 2012. Disponível em: http://sreunai.educacao.mg.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1724&Itemid=100121>. Acesso em: 26 abr. 2017

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia da FACTU

² Acadêmica do Curso de Pedagogia da FACTU

³ Professor Orientador do Curso de Pedagogia da FACTU

REFLETINDO SOBRE AS RELAÇÕES RACIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

MENDES, Joyce¹

MENDES, Natália²

XAVIER, Edivânia Fernandes Araújo³

Palavras-Chave: Escola. Educação infantil. Diversidade racial.

Introdução: Este projeto de pesquisa propõe investigar o tema: Direitos Humanos e Relações raciais na Educação Infantil. O interesse por essa temática iniciou-se desde quando observei que a escola é um campo que interfere na diversidade racial. Assim, o projeto visa responder à seguinte problemática: como os professores abordam as temáticas raciais na Educação Infantil? Dessa maneira, este projeto tem a finalidade de refletir sobre os valores e as relações raciais na Educação Infantil, visando à valorização e ao respeito pelas diversidades. **Referencial Teórico:** Ao abordar o tema racismo na Educação Infantil, pretende-se desenvolver atitudes básicas na formação humana dos educandos. Buscando “garantir condições para que o aluno construa instrumentos, que o capacitem para um processo de educação permanente”. (Parâmetros Curriculares Nacionais, 1997, p.28). **Metodologia:** Com base em um enfoque metodológico qualitativo, a pesquisa será fundamentada nos princípios da observação participante que propõe conhecer e compreender como está sendo utilizada a contação de histórias na educação infantil. Segundo Marconi e Lakatos, (1970 apud Man 2007, p.196), a observação participante é uma “tentativa de colocar o observador e o observado do mesmo lado, tornando-se o observador um membro do grupo de molde a vivenciar o que eles vivenciam e trabalhar dentro do sistema de referência deles”. O trabalho de campo ocorrerá no período de março a junho de 2017 com alunos de 4 anos de uma escola municipal, será observado como as professoras abordam as questões raciais na sala de aula.

REFERÊNCIAS

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

PARÂMETRO CURRICULARES NACIONAIS. **Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em:<
<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>>. Acesso em 08 Abr. 2017.

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia da FACTU

² Acadêmica do Curso de Pedagogia da FACTU

³ Professora Orientadora da FACTU

EDUCAÇÃO NÃO FORMAL

FERREIRA, Brenda Rodrigues¹
SILVA, Geiciane Pereira da²
OLIVEIRA, Maria Aparecida de³

Palavras-Chave: Educação não formal. Terceira onda. Educação informal.

Este trabalho tem o intuito de apresentar um resumo do terceiro capítulo do livro *Educação não formal e cultura política: Impactos sobre o associativismo do terceiro setor*, de Gohn (2011). No texto é levantada a questão do menosprezo diante da educação não-formal no Brasil, evidenciando a atenção voltada para a educação formal. Tempos depois uma grande mudança foi observada, por volta dos anos de 1990, após mudanças econômicas e sociais. Dessa forma, a área da educação muda e o que passa a ter grande influência no mercado é a terceira onda, e não mais a economia, e assim traz uma nova visão de um perfil trabalhador, o qual deve ser mostrar-se criativo, responsável, além da velocidade mental. Ainda em meio à grande mudança na educação, a habilidade de gestão passa a ser uma capacitação para a vida administrativa, dando oportunidades para um negócio próprio e ainda a aquisição do conhecimento e as novas habilidades que são possíveis através dessa área. Existem também sequelas devido ao ensino formal, pois com todas as mudanças passa a ser mais complicado entender e se adaptar ao mercado de trabalho, por isso cursos são oferecidos, a partir de verbas liberadas pelo Banco Mundial, causando grande procura e grande oferta de tais cursos, pois o dinheiro estava sendo movimentado e os sindicatos estavam aproveitando bem essa nova oportunidade. O resultado passa a ser, então, de uma sociedade competitiva, com pessoas mais estressadas, e o mercado de trabalho passa a ser uma grande competição onde aqueles que não conseguem um emprego são considerados uma sobra. Existem quatro campos na educação não formal: o primeiro é a respeito da conscientização e a compreensão em atividades grupais. O segundo, uma capacitação para o trabalho. O terceiro é uma aprendizagem para capacitar o indivíduo a trabalhar em equipe e conseguir resolver os problemas do cotidiano. O quarto, a aprendizagem dos conteúdos formais, realizada de forma mais espontânea. É visto que na educação não formal existe uma intencionalidade em buscar objetivos; a educação informal é um processo espontâneo, como é o caso da educação familiar. Portanto, a educação não formal sofreu grandes avanços, grandes consequências e mudou o rumo da história da educação, trazendo novas formas de ensinar e aprender.

REFERÊNCIA

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e cultura política: Impactos sobre o associativismo do terceiro setor**. São Paulo: Cortez, 2005.

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia da FACTU

² Acadêmica do Curso de Pedagogia da FACTU

³ Professora Orientadora do Curso de Pedagogia da FACTU

O BRINCAR NO HOSPITAL: ousadia, cuidados e alegria

SANTOS, Larissa Cristina Silva dos¹
SILVA, Mariana Carla Medeiros²
OLIVEIRA, Maria Aparecida de³

Palavras-Chave: Ambiente hospitalar. Criança. Alegria.

Este trabalho visa apresentar um resumo do texto de Matos (2010). Que trata da importância da brincadeira para crianças e adolescentes hospitalizados. As diferentes áreas a serem trabalhadas no âmbito hospitalar tem possibilitado a muitas crianças entrarem no mundo da fantasia e imaginação, considerando que toda criança no hospital tem o direito a um espaço social e à brincadeira, favorecendo a recreação, atividades complementares, acompanhamento de um profissional da área educacional. Uma das formas utilizadas é a presença do palhaço, pois este chama a atenção daquilo que ainda está saudável no indivíduo doente. Ele consegue resgatar sentimentos esquecidos ou apagados pela dor da solidão, pela distância de coisas que lhe são familiares. Em cada encontro os palhaços ficam mais ansiosos, porque todas as incertezas levam à crença de que, seja como for, por mais difícil que pareça, em cada leito há uma alma infantil, cuja essência é o desejo de brincar. A Lei nº 11.104, de 21 de março de 2005, tornou obrigatória a instalação de brinquedotecas nos hospitais, representando a conquista no processo de modificação das estruturas hospitalares, o brincar no ambiente hospitalar vem como um coadjuvante terapêutico ao alívio do estresse associado à internação. A autora (2010) conclui que o ambiente hospitalar não é apenas onde existe tristeza, mas também é onde se encontram pessoas que, através do seu bom humor, modificam o sombrio contexto hospitalar.

REFERÊNCIA

MATOS, Elizete Lúcia Moreira. **Escolarização hospitalar:** Educação e saúde de mãos dadas para humanizar. 2. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2010.

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia da FACTU

² Acadêmica do Curso de Pedagogia da FACTU

³ Professora Orientadora do Curso de Pedagogia da FACTU

CONTAÇÃO DE HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

PEREIRA, Eninea da Silva¹

REIS, Poliana da Silva²

XAVIER³, Edivânia Fernandes de Araujo³

Palavras-Chave: Criança. Desenvolvimento. História.

Introdução: Este trabalho propõe mostrar a importância da contação de histórias na educação infantil, e leva em questão a seguinte questão: Quais os benefícios da contação de histórias no desenvolvimento da criança? Tem por objetivo despertar o interesse pela leitura, o desempenho na escrita e tem por finalidade elevar a criatividade do aluno, trabalhando assim também a imaginação. **Referencial teórico:** A contação de histórias é atividade própria de incentivo à imaginação e o trânsito entre o fictício e o real. Ao preparar uma história para ser contada, tomamos a experiência do narrador e de cada personagem como nossa e ampliamos nossa experiência vivencial por meio da narrativa do autor. Os fatos, as cenas e os contextos são do plano do imaginário, mas os sentimentos e as emoções transcendem a ficção e se materializam na vida real. (RODRIGUES, 2005, p. 4). **Metodologia:** Com base em um enfoque metodológico qualitativo, a pesquisa será fundamentada nos princípios da observação participante que propõe conhecer e compreender como está sendo utilizada a contação de histórias na educação infantil, segundo Lakatos e Marconi (2005, p.185), a pesquisa bibliográfica tem como “*finalidade colocar o pesquisador em contato direto com tudo que foi escrito dito ou filmado sobre determinado assunto*”. O trabalho de campo ocorrerá no período de março a junho de 2017 com alunos de 4 anos de uma escola municipal, será observado como as professoras narram as histórias e qual a reação dos alunos durante a narração.

REFERÊNCIAS

RODRIGUES, Edvânia Braz Teixeira. Cultura, arte e contação de histórias. Goiânia, 2005

LAKATOS; Eva Maria, MARCONI; Marina de Andrade. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 7. Ed São Paulo: Atlas, 2010.

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia da FACTU

² Acadêmica do Curso de Pedagogia da FACTU

³ Professora Orientadora do Curso de Pedagogia da FACTU

EXPECTATIVAS DOS ACADÊMICOS DO CURSO DE PEDAGOGIA ACERCA DA ATUAÇÃO DO PEDAGOGO EM AMBIENTES NÃO ESCOLARES

OLIVEIRA, Kele Tavares de¹
OLIVEIRA, Maria Aparecida de²
NEVES, Dener³

Palavras-Chave: Pedagogia. Pedagogo. Ambientes não escolares.

O pedagogo tem a seu favor a facilidade em lidar com vários tipos de pessoas e, como grande parte do universo laboral requer bons relacionamentos e a necessidade de constante aprendizagem, as possibilidades de atuação deste profissional se tornam maiores. Muitas vezes o pedagogo sofre preconceito em relação à sua profissão. Uma parte considerável das pessoas acredita que a área de atuação deste profissional é apenas na sala de aula, todavia, o campo de trabalho do pedagogo vem se ampliando consideravelmente e está prevista a sua atuação em ambientes não escolares, conforme a Resolução nº 1 de, 15 de maio de 2006, em seu art. 5º XIII: “participar da gestão das instituições planejando, executando, acompanhando e avaliando projetos e programas educacionais, em ambientes escolares e não-escolares;” (BRASIL, 2006, p. 2). Diante deste quadro de, por um lado, existir o preconceito e, por outro, haver a possibilidade de se exercer esta profissão em espaços também não escolares é que surgiu o interesse em pesquisar este tema que tem como **problemática:** Quais são as expectativas dos acadêmicos do curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí acerca das possibilidades de atuação do pedagogo em espaços não escolares? Tem como **objetivo geral:** Identificar quais são as expectativas dos acadêmicos do curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí acerca dos desafios e possibilidades de atuação do pedagogo em espaços não escolares. Espera-se alcançar esse objetivo geral a partir dos seguintes **objetivos específicos:** Conceituar educação e Pedagogia; Conhecer o campo de atuação do pedagogo em espaços não escolares; Refletir sobre a formação do pedagogo para atuar em ambientes não escolares. Quanto aos **procedimentos metodológicos**, as técnicas correspondem a duas divisões: a documentação indireta que abrange a revisão bibliográfica, e a documentação direta que subdivide em observação direta intensiva e direta extensiva (MARCONI e LAKATOS, 2005). Será utilizada como técnica para a coleta de dados, a aplicação de um questionário semiestruturado, para, o qual os respondentes serão informados sobre o anonimato e sigilo dos dados. Em seguida será aplicado o questionário e os dados serão devidamente analisados e discutidos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Resolução nº 1, de 15 de maio de 2006.** Disponível em: <
http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf>. Acesso em: 03 mai. 2017.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia da FACTU

² Professora Orientadora do Curso de Pedagogia da FACTU

³ Professor da disciplina de TCCI da FACTU

RACISMO NA ESCOLA

ROSA, Victor Hugo Soares¹
SILVA, Fernanda Maria²
SOUSA, Roselda Aparecida³

Palavras-Chave: Crianças negras. Educação. Didática, Discriminação

No artigo “Os desdobramentos do racismo na realidade escolar e os desafios para o serviço social: contribuições para o debate”, as autoras Jussara C. S. Lopes, Epifânia S. O. Barros e Thaís F. de Deus objetivaram analisar os mecanismos de discriminação aos quais as crianças negras são expostas nas escolas, visto que esse é um processo construído historicamente, socialmente e culturalmente e, ainda, refletir sobre o papel do Serviço Social nessa relação, detectando se ele contribui na reprodução da discriminação e na manutenção das desigualdades raciais, ou se busca combater os estigmas e preconceitos, fomentando a construção de uma sociedade menos desigual. O texto é estruturado da seguinte forma: Introdução, nela as autoras afirmam que a discriminação racial está presente nas relações sociais, sendo importante relevar que, muitas vezes, as escolas que favorecem esse tipo de pensamento e os disseminam deveriam debater com os alunos sobre a questão racial e suas contradições; Seção 2, intitulada “Didática racista e professores excludentes”, na qual se lê que a didática tem sido um dos percursos de discriminação da criança negra nas escolas, inferiorizando-a diante da criança branca, sem contar com o tratamento diferenciado que muitos professores tratam essas crianças; subseções: 2.1 - “O processo sócio histórico da criança negra e o preconceito nas escolas” que associa o passado cruel com os preconceitos existentes atualmente, num processo sócio-histórico, diferenciando e estereotipando a raça negra; 2.2 - “Políticas Públicas contra as desigualdades étnico-raciais na educação”- as autoras afirmam que em âmbito federal com recorte racial na educação, destacam-se a Lei 10.639 a qual inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, o Prouni e o apoio às ações afirmativas nas universidades públicas; 2.3 - “A inserção do Assistente Social na escola: um debate emergente”- que aponta a necessidade de haver um profissional para intervir nas expressões da questão social que se refletem nos espaços escolares; 2.4 “Serviço Social, abordagens étnico-raciais e suas possíveis contribuições para a educação – apontando que o profissional do Serviço Social tem como objeto de trabalho a questão social que está ligada também à viabilização de direitos e garantia de equidade, cidadania, justiça social e dignidade, razão por que é relevante pensar na sua atuação nas escolas como das formas de combate à discriminação racial e enfrentamento à exclusão sofrida pelos pretos e pardos brasileiros nas escolas, e seção 3 - “Considerações Finais”, lê-se que atualmente é necessário que as políticas públicas educacionais tenham a marca do combate às desigualdades raciais como viés principal nas suas objetivações.

REFERÊNCIA

LOPES, J. C. Soares; BARROS, E. S. Oliveira; DEUS, T. F., **Os desdobramentos do racismo na realidade escolar e os desafios para o serviço social: contribuições para o debate.** III Simpósio de Assistentes Sociais; 7-9 de junho, Belo Horizonte, MG. 2013.

¹ Estudante do 2º ano do Ensino Médio da Escola Virgílio de Melo Franco – Unaí/MG

² Estudante do 2º ano do Ensino Médio da Escola Virgílio de Melo Franco – Unaí/MG

³ Professora de Língua Portuguesa rede estadual – Ensino Médio da Escola Virgílio de Melo Franco – Unaí/MG

A MÃO DO ENSINO PARTICULAR

COSTA, Alana Hellen Ferreira¹
VIANA, Ana Paula Gonçalves Corrêa²
OLIVEIRA, Maria Aparecida de³

Palavras-Chave: Instituição Privada. Ensino Superior. Formação Profissional.

O objetivo deste trabalho é apresentar um resumo de um texto de Santomauro (2013). Foi realizada uma pesquisa sobre empregabilidade pelo Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo (SEMESP), de profissionais que graduaram em instituições particulares de ensino superior. As pesquisas apontam que 93% destes profissionais vieram dessas instituições e ocupam os cargos mais elevados, tais como gerência, diretoria, entre outros. E não se trata de preconceito contra os estudantes das instituições públicas, pois na sua maioria são elas que não permitem que seus alunos desenvolvam habilidades como o empreendedorismo. A cada ano que passa o Brasil vem aprimorando a qualidade do ensino superior privado, pois está investindo cada vez mais em estudos, projetos, parcerias com grandes empresas. Dados apontam que 93% dos colaboradores de nível superior empregados em empresas em São Paulo são provenientes de uma faculdade privada. Este elevado índice se deve ao fato de essas instituições geralmente estarem mais abertas ao relacionamento com empresas, assim acabam estabelecendo ambientes de aprendizados ricos, capazes de fortalecer em seus alunos outras competências importantes, como empreendedorismo e capacidade de se relacionar, inovar e realizar. Segundo o diretor de Educação da Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH), “muitas escolas públicas resistem à aproximação das empresas, empobrecendo o desenvolvimento dos estudantes: isso vai prejudicá-los quando se candidatarem a empregos sem estarem prontos”. A pesquisa revela ainda a elevada participação de colaboradores oriundos do ensino superior particular nos escalões compostos por profissionais com menos tempo de formandos: 99% dos estagiários e trainees e 96% dos profissionais em nível de analistas são egressos das instituições privadas. A pesquisa revela ainda que uma parcela expressiva dos entrevistados (15%), já fez, está fazendo (24%) ou tem interesse em fazer (24%) algum curso depois da graduação. Entre os profissionais que fizeram ou estão fazendo outro curso, a maior parte optou por cursos de pós-graduação (61%) e MBA (13%), e quase todos (97%) recorreram a cursos oferecidos por instituições privadas. Já entre os profissionais que pretendem fazer pós-graduação ou MBA, a intenção de realizar tais cursos em instituições privadas atinge 92%. Conclui-se que a parceria com as empresas e a busca pelo desenvolvimento do empreendedorismo são pontos que podem fazer a diferença para a empregabilidade dos egressos das instituições de ensino superior particulares, superando, assim, de longe, as universidades públicas.

REFERÊNCIA

SANTOMAURO, Antônio Carlos. A mão do ensino particular. **Revista Ensino Superior**, ano 16, n. 182, p. 42-43, nov./2013.

¹ Acadêmica do Curso de Administração da FACTU

² Acadêmica do Curso de Administração da FACTU

³ Professora Orientadora do Curso de Pedagogia e Administração da FACTU

VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NO ESPAÇO ESCOLAR

SANTOS, Isabela Lopes dos¹
BORGES, Mariana Cardoso²
SOUSA, Roselda Aparecida³

Palavras-Chave: Direitos Humanos. Violação. Escola.

No artigo “Violação dos direitos humanos no espaço escolar”, Sirley Leite Freitas afirma que os Direitos Humanos relacionados à educação não vêm sendo respeitados no espaço escolar, pois ainda existem muitas pessoas não alfabetizadas no país, e escolas, no setor público e privado, que não atendem as necessidades básicas que uma escola deve atender. Para ela é preciso entender os motivos pelo qual tais violações acontecem e buscar os meios necessários para inibi-las. A violação aos Direitos Humanos no espaço escolar pode ocorrer de diversas formas, que vão desde a violência física até o descumprimento do papel da escola perante a sociedade. Existem muitos os dispositivos legais que garantem e protegem os Direitos Humanos, tais como: Declaração Universal Dos Direitos Do Homem (ONU/1948), Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Base da Educação) e outras leis esparsas, mas os mesmos não vêm sendo respeitados e nem cumpridos. A escola, enquanto espaço de convivência social, deve ser disseminadora de conceitos relacionados à ética, à dignidade e à cidadania, uma vez que, o papel da escola não é simplesmente o ensino do conhecimento cognitivo, mas também o lugar onde o educando possa ter acesso a todas as possibilidades para um bom desenvolvimento como profissional e cidadão. Segundo a autora, o Estado, a família, a escola e a sociedade em geral devem assumir seu papel na defesa dos Direitos Humanos e a garantia dos mesmos no espaço escolar. No entanto, algumas instituições públicas e privadas vêm discutindo sobre as violações de Direitos Humanos no espaço escolar com o intuito de resolver tal problemática. A presença da violação dos Direitos Humanos no âmbito escolar é algo assustadoramente forte. Muitos educadores, sociólogos, juristas e psicólogos discutem e abordam indagações em relação ao tema, na atualidade. Ainda que a escola tente cumprir o seu papel de combate à violação dos Direitos Humanos, a maior parte dos estudantes traz consigo uma cultura própria. Freitas conclui o texto dizendo que a escola, enquanto ambiente de convívio social, tem o dever de propagar concepções que girem em torno da ética, da dignidade e da cidadania. Isto porque a escola não é somente um espaço para o desenvolvimento de conhecimentos cognitivos, mas sim um lugar para criação de atitudes cívicas, espaço para que os indivíduos adquiram posturas cidadãs, morais, cívicas e profissionais.

REFERÊNCIA

FREITAS, S. Leite. **Violação dos direitos humanos no espaço escolar**. Abril/2014. Disponível em: <<http://faculdade.uneouro.edu.br/index.php/biblioteca/artigos/196-artigo-violacao-dos-direitos-humanos-no-espaco-escolar>>. Acesso em 10 abr 2017.

¹ Estudante do 2º ano do Ensino Médio da Escola Virgílio de Melo Franco – Unaí/MG

² Estudante do 2º ano do Ensino Médio da Escola Virgílio de Melo Franco – Unaí/MG

³ Professora de Língua Portuguesa rede estadual – Ensino Médio da Escola Virgílio de Melo Franco – Unaí/MG

TRABALHO ESCRAVO

LIMA, Sara Lauanny Belchior¹
ALMEIDA, Vitória Landim²
SOUSA, Roselda Aparecida.³

Palavras-chave: Trabalho Escravo. Direitos Humanos.

O texto “Trabalho escravo” produzido pela ONUBR aponta que o trabalho escravo é uma grave violação de direitos humanos que tem levado milhões de seres humanos a serem explorados e submetidos a condições desumanas, causando o enriquecimento ilícito de outras e tende a servir como referência para o diálogo multissetorial e interinstitucional em relação ao tema do combate ao trabalho escravo. Fica explícito no texto o posicionamento da equipe das Nações Unidas no Brasil em relação ao assunto, bem como estabelecer uma visão norteadora para consolidar e fortalecer o trabalho daqueles que estão envolvidos com a temática e lutam para superar essa grave e persistente violação de direitos no País. O texto está dividido em seções que estão assim organizadas: a) Compromisso mundial – O Brasil assumiu internacionalmente o compromisso de enfrentar o trabalho forçado, proibindo o tratamento desumano ou degradante. b) Compromisso nacional - O trabalho escravo é um problema verdadeiramente global. Apesar da escravidão ser abolida em diversos países, seu uso ainda continua sob o domínio de "formas contemporâneas de escravidão". c) Resultados, Avanços e Desafios - Apesar dos avanços na erradicação do trabalho escravo, muito mais precisa ser feito. Um dos grandes desafios no combate ao crime tem sido o enfraquecimento dos Grupos Móveis de Fiscalização e a redução progressiva do número de auditores fiscais do trabalho no Brasil. d) O papel das Nações Unidas- No que diz respeito à proteção dos direitos humanos, mecanismos de direitos humanos têm acompanhado a situação de direitos humanos no Brasil, em especial no que diz respeito ao trabalho escravo. e) Posicionamento da Equipe ONU no Brasil - A Equipe da ONU no Brasil reconhece os avanços significativos do país na erradicação do trabalho escravo. Neste sentido, a ONU recomenda a adoção de um conjunto de propostas para que o país continue no caminho de avanço algumas dessas propostas são: O fortalecimento e o incremento da carreira da inspeção do trabalho, indispensável ao enfrentamento ao trabalho escravo. O fortalecimento de programas de referenciamento e assistência às vítimas atualmente existentes, por meio de criação de políticas públicas. Por meio desse posicionamento, a Equipe da ONU Brasil encoraja a sociedade brasileira a direcionar e intensificar seus esforços para continuar avançando na erradicação do trabalho escravo do Brasil.

REFERÊNCIA

ONUBR – Nações Unidas no Brasil. **Trabalho escravo**. Brasília, 2016. Disponível em: < file:///C:/Users/Usuario/Documents/resumo%20factu/position-paper-trabalho-escravo.pdf >. Acesso em 18 abr17.

¹ Estudante do 2º ano do Ensino Médio da Escola Estadual Virgílio de Melo Franco

² Estudante do 2º ano do Ensino Médio da Escola Estadual Virgílio de Melo Franco

³ Professor de Língua Portuguesa rede estadual – Ensino Médio da Escola Virgílio de Melo Franco

A INCLUSÃO DOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS NO MERCADO DE TRABALHO

OLIVEIRA, Isabella Ingrid Bispo de ¹
GONTIJO, Geovana Coelho ²
SOUSA, Roselda Aparecida ³

Palavras-Chave: Deficiência. Trabalho. Inclusão social

Entende-se por pessoa deficiente todo indivíduo cujas possibilidades de obter e conservar um emprego adequado e de progredir no mesmo fiquem substancialmente reduzidas decorrente de uma deficiência de caráter físico ou mental devidamente reconhecida. De acordo com a Constituição Federal o Decreto 3.298/99 art. 3º define deficiência como "toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano". O tema inclusão social ganhou espaço na sociedade e muito se tem falado sobre ele nos últimos tempos, aplicando-lhe conceitos diferenciados a partir da diversidade de situações que as sociedades apresentam. A inclusão está ligada a todas as pessoas que não têm as mesmas oportunidades dentro da sociedade. O mundo sempre esteve fechado para mudanças, em relação a essas pessoas, porém, a partir de 1981, a ONU criou um decreto tornando tal ano como o Ano Internacional das Pessoas Portadoras de Deficiências (AIPPD), época em que se passou a perceber que as pessoas portadoras de alguma necessidade especial eram também merecedoras dos mesmos direitos que os outros cidadãos. A inclusão social está relacionada com a procura de estabilidade social através da cidadania social, que se preocupa com a implementação do bem-estar das pessoas como cidadãos. Alguns fatores de inclusão social caracterizam-se por um conjunto de fenômenos que se configuram no campo alargado das relações sociais contemporâneas, como o desemprego estrutural, a precarização do trabalho e a falta de acesso a bens e serviços, à segurança, à justiça e à cidadania, entre outras. Nossa cultura tem uma experiência ainda pequena em relação à inclusão social, com pessoas que ainda criticam a igualdade de direitos e não querem cooperar com aqueles que fogem dos padrões de normalidade estabelecido por um grupo que é maioria. Constata-se que atualmente o número de deficientes no mercado de trabalho vem crescendo, porém não se sabe ao certo se esses números continuarão a crescer, bem como se o aumento desses profissionais é apenas pela legislação em vigor ou se a população caminha para uma sociedade mais inclusiva. Apesar de existirem ferramentas que auxiliam na inclusão, muitas empresas não têm acesso a elas principalmente as pequenas empresas que não possuem capital para investir em equipamentos de apoio e adaptações tornando inviável a contratação do deficiente.

REFERÊNCIA

WALLERIUS, Karine; BISSANI Niloar. A inclusão dos portadores de necessidades especiais no mercado de trabalho. **Revista Científica Tecnológica**, v.2, Faculdades UCEFF, 2015.

¹ Estudante do 2º ano do Ensino Médio da Escola Estadual Virgílio de Melo Franco

² Estudante do 2º ano do Ensino Médio da Escola Estadual Virgílio de Melo Franco

³ Professora de Língua Portuguesa rede estadual – Ensino Médio da Escola Virgílio de Melo Franco – Unaí/MG

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: uma realidade imprópria

ROCHA, Jaqueline Ferreira ¹
QUEIROZ, Livia de Sousa ²
SOUSA, Roselda Aparecida ³

Palavras-Chave: Violência. Gênero. Direitos Humanos

No artigo “VIOLÊNCIA CONTRA MULHER: UMA REALIDADE IMPRÓPRIA”, silva et al. (2013) apresentam o seguinte: a violência contra mulher é uma realidade presente desde muito tempo e em vários países dotados de diferentes regimes econômicos e políticos. A violência sofrida pela condição de ser mulher, sem distinção de raça, classe social, religião, idade ou qualquer outra condição, é produto de um sistema social que subordina o sexo feminino. Expressa uma forma particular da violência global midiaticizada pela ordem patriarcal que dá aos homens o direito de dominar e controlar suas mulheres, conferindo a eles o poder de fazer uso da violência. A violência foi e continua fazendo parte da vida e prática diária de muitos indivíduos, passando de geração a geração como uma espécie de herança, fortalecendo assim o ciclo familiar, ou seja, começa a ser vista de modo naturalizado, ganhando força e cristalizando-se no imaginário social dessa família, sem questionamentos. É uma construção coletiva alicerçada nos entremeios indivíduo-família-comunidade. Os fatores que predisõem e contribuem para violência, bem como a vulnerabilidade da mulher, podem ser relacionados à falta de abrigo, falta de apoio familiar, dependência financeira, medo do agressor e insegurança, que certamente exigirão coragem para partir da ruptura ao enfrentamento da situação. Somam-se a esses os fatores sociais, tais como baixa escolaridade e desemprego, além de hábitos como dependência de drogas ilícitas e o álcool, considerados precipitantes de episódios de violência. Tendo em vista os direitos humanos presentes no código penal na Lei nº 11.340 (Lei Maria de Penha), toda mulher tem direito ao respeito e a dignidade, igualdade, liberdade de associação; liberdade de professar a religião e as próprias crenças. Para combater esse tipo de crime, instituíram-se, na década de 1980, as Delegacias da Mulher (DMs), que são órgãos especializados da Polícia Civil, criados como política social de luta contra a impunidade e para dar atendimento mais adequado às mulheres vítimas de "violência conjugal" e crimes sexuais. Na última década, foram quase 44 mil mortes derivadas de agressões a mulheres. A situação faz com que se considere que a educação em direitos humanos possa auxiliar no combate à violência contra a mulher e na diminuição de outras violações aos direitos humanos, visto que compreende etapas de sensibilização, problematização, além da promoção da educação para a justiça social e para a paz, desenvolvendo nos indivíduos uma noção ético-social em defesa da vida e da preservação da espécie humana.

REFERÊNCIA

SILVA, Ana Cláudia Gonçalves da; et al. Violência contra mulher: uma realidade imprópria. *Rev. Ciênc. Saúde Nova Esperança*. v. 11, n. 2, p. 101-115. Set. 2013.

¹ Estudante do Ensino Médio da Escola Virgílio de Melo Franco – Unaí/MG

² Estudante do Ensino Médio da Escola Virgílio de Melo Franco – Unaí/MG

³ Professor de Língua Portuguesa rede estadual – Ensino Médio da Escola Virgílio de Melo Franco – Unaí/MG

DIREITOS HUMANOS E MEMÓRIAS

NARDIN, Ana Cristina de Moura¹
SOARES, Kaylla Batista²
OLIVEIRA, Maria Aparecida de³

Palavras-Chave: Direitos. Identidade. Memórias.

A História do Brasil é marcada por violações dos direitos humanos no período ditatorial, que a partir do cerceamento dos direitos de amplos segmentos da sociedade passa exigir ações efetivas na identificação dos povos indígenas, afrodescendentes, mulheres, idosos, gays, lésbicas, bissexuais, transexuais, operários, trabalhadores rurais, abrangendo entre outros grupos que buscam o empoderamento e se encontram em construção das identidades sociais e coletivas. Na construção da história desses grupos sociais há diversas dificuldades, pois é grande a falta de documentos e até mesmo a inexistência deles, pois sabe-se que por um bom tempo não existiu uma preocupação com esses segmentos, o que resultou em uma cultura de invisibilidade. Segundo Ulpiano Menezes, o que se vê é uma espécie de "amnésia na história dos excluídos, dos escravos, mulheres, crianças, operários, minorias raciais e sociais, loucos, oprimidos, de todo tipo", e "não é suficiente apenas dar voz ao silenciados". É necessário entender as diversas formas e "significados do silêncio e do esquecimento e suas regras e jogos" (1992, p. 18 apud FERREIRA, 2007). A história oral é construída em torno de pessoas, não só as das elites, mas principalmente as das camadas populares, é possível ampliar substancialmente a visão do passado e do presente, a partir dos depoimentos tanto das lideranças, como da maioria da população. No processo de construção das identidades é possível recuperar o passado e elevar a autoestima e dar forças para a continuidade da luta coletiva, da não aceitação à violação de direitos. Na busca de afirmação dos seus direitos e identidades, esses grupos têm procurado as raízes históricas nas tradicionais fontes documentais impressas, mas, sobretudo, nas fontes construídas pela história oral, a partir dos recursos memorialistas que desnudam as violações sofridas ou em curso, as lutas pessoais e coletivas empreendidas, enfim que façam aflorar sentimentos que elevam a autoestima. Todavia, vale ressaltar que esse processo educacional, enriquecido por essa relação entre memória de grupos sociais e Direitos Humanos, deve-se colocar não só no trabalho diretamente com esses grupos, mas como ação mais ampla, voltada para todos os demais, identificados ou não, com a causa, pois só assim poder-se-á combater as práticas discriminatórias, preconceituosas, homofóbicas, entre outras de igual natureza na sociedade. Perante a tudo que foi relatado acima, conclui-se que deve ser preservada a história dessas pessoas, sejam elas brancas ou negras, homossexuais, indígenas, etc. e cabe a cada indivíduo respeitá-los, pois os únicos que sabem o que foi preciso sofrer para se chegar onde estão são esses cidadãos.

REFERÊNCIA

FERREIRA. Lúcia de Fátima Guerra. **Direitos humanos:** capacitação de educadores. 2008. 07f. v.1. Fundamentos histórico-filosóficos e político-jurídicos da Educação em Direitos Humanos. Editora Universitária da UFPB João Pessoa 2008.

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia da FACTU – Unai/MG

² Acadêmica do Curso de Pedagogia da FACTU – Unai/MG

³ Professora Orientadora do Curso de Pedagogia da FACTU – Unai/MG

FORO PRIVILEGIADO

BATISTA, Anna Julia dos Santos¹
ESTÊVÃO, Pedro Rodrigues²
SOUSA, Roselda Aparecida.³

Palavras-Chave: Inconstitucionalidade. Equidade. Justiça social.

O texto “A (In) Constitucionalidade do Foro Privilegiado” de Verônica Avelar de Bustamante Sá enfoca na referida questão que é muito discutida pelos operadores do direito brasileiro, tendo em vista que combinado com o asoerboamento das cortes especiais produzem injustiças sociais aumentando a sensação de impunidade. Deve-se atentar que a preocupação e debate condiz com intuito de oferecer a todos os que buscam uma pretensão em juízo, o direito a um ordenamento jurídico justo, eficaz e, sobretudo, imparcial, engajador da chamada justiça social, que, sendo fim precípua do Direito, não pode distanciar de outros princípios, também previstos constitucionalmente; tais como o do contraditório, o da ampla defesa e do acesso à justiça. O texto está dividido em seções. Na seção 1 a autora constata que no artigo 5º da Constituição Federal de 1824 onde todos os brasileiros e estrangeiros residentes no país são iguais perante a lei e foro privilegiado atribui com uma exceção a essa lei. Na seção 2 afirma-se que o foro privilegiado não possui justificativa ética e afronta diretamente os princípios da igualdade, segundo o qual a lei deve ser aplicada da mesma forma para todas as pessoas que se enquadrem na situação por ela prevista, independentemente da posição social por elas ocupada. Já na seção 3, é dito inicialmente que, os princípios constituem-se em fontes basilares para qualquer ramo do direito, influenciando tanto em sua formação como em sua aplicação. São imperativos, cuja observância reflete a fidelidade do sistema processual à ordem político-constitucional do país, e diferente não é com relação ao princípio do juiz natural. Logo, na seção 4 ressalta-se o que realmente acontece, os políticos aproveitam-se do foro privilegiado como um “escudo” no seu julgamento, como por exemplo um juiz de primeiro grau tem até uma semana para realizar o julgamento, quando no Supremo, o prazo médio para receber a denúncia é de 617 dias, onde em muitos casos influencia a prescrição do julgamento, levando a impunidade do autor do crime. A autora conclui suas ideias dizendo que, a maioria da população e até mesmo aqueles envolvidos no mundo político, consideram o foro privilegiado um desaforo à sociedade, por pregar uma política contrária ao que dizem garantir, ferindo assim a igualdade de justiça.

REFERÊNCIA

SÁ, Verônica Avelar de Bustamante. **A (in) constitucionalidade do foro privilegiado**. Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2013. Disponível em: <http://www.emerj.tjrj.jus.br/paginas/trabalhos_conclusao/1semestre2013/trabalhos_12013/VeronicaAvelarBustamanteSa.pdf>. Acesso em: 14 abr 2017

¹ Estudante do 1º e 2º ano do Ensino Médio da Escola Estadual Virgílio de Melo Franco

² Estudantes do 1º e 2º ano do Ensino Médio da Escola Estadual Virgílio de Melo Franco

³ Professora de Língua Portuguesa rede estadual – Ensino Médio da Escola Estadual Virgílio de Melo Franco

A CIDADANIA E O SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

OLIVEIRA João Lucas da Costa ¹
PRATES, Maria Eduarda Soares ²
SOUSA, Roselda Aparecida ³

Palavras-Chave: Sistema penitenciário. Ressocialização. Cidadania.

O texto “A cidadania e o sistema penitenciário brasileiro” traz ao debate a questão da segurança nos Estados. Nele as autoras afirmam que, quanto maior a escalada da violência, maior o debate sobre o seu papel social e político na recuperação ou na marginalização dos indivíduos no seu interior, sendo a prisão uma instituição política com função social de recuperação dos indivíduos, devendo buscar sua “ressocialização”. Elas apontam que os críticos do paradigma ressocializador da prisão são incisivos sobre a função dela e cita Foucault que diz que o tratamento destinado aos reclusos cria uma rede de violações e de situações de conflito que ampliam a situação de marginalidade do prisioneiro, desumanizando-o, tornando-o marcado pelo passado de crimes, e a prisão passa a ser vista como a “habitação do crime”, lugar de criminosos, de pessoas inferiorizadas. Também citam Hulsman como quem não acredita na prisão como instituição política de ressocialização; no seu entender, está falida desde o seu nascedouro. Elas dizem que para Rudnicki, a crítica de Foucault e Hulsman continua válida diante das dificuldades de dar sentido prático ao arcabouço teórico da recuperação e socialização dos delinquentes, frente a um século e meio de fracassos e acrescentam que a função política da prisão se encontra em dois discursos: de um lado, os que acreditam que a prisão deve punir e ser mais rigorosa; de outro, os que defendem a sua manutenção dentro do respeito aos direitos dos reclusos em padrões internacionais de civilização; e que ainda existem os defensores de formas alternativas de prisão com penas reparadoras do delito que visam mais a reparação do criminoso do que o encarceramento como forma de coibir o aprofundamento do indivíduo no mundo da criminalidade. Para as autoras, pensar a prisão como espaço político da recuperação e da retomada da vida comum para um criminoso chega a ofender o cidadão comum, que espera mais que uma pena: aguarda vingança e retribuição. Elas concluem que a crise do Sistema Penitenciário do Brasil reflete a incapacidade dos governos em assumir o gerenciamento das unidades prisionais como ambientes de reeducação e recuperação social, sendo eles espaços da desumanização dos indivíduos forçados a conviver com as condições contrárias às previstas nos tratados internacionais, na CF/88 e na Lei de Execução Penal.

REFERÊNCIA

BARROS, Ana Maria de. JORDÃO, Maria Perpétua Dantas. **A cidadania e o sistema penitenciário brasileiro**. Justributário. Associação Brasileira de Educação a Distância. Disponível em: <<https://www.ufpe.br/ppgdh/images/documentos/anamb1.pdf>>. Acesso em: 18 abr 2017.

¹ Estudante do 2º ano do Ensino Médio da Escola Virgílio de Melo Franco – Unai/MG

² Estudantes do 2º ano do Ensino Médio da Escola Virgílio de Melo Franco – Unai/MG

³ Professora de Língua Portuguesa rede estadual – Ensino Médio da Escola Estadual Virgílio de Melo Franco

AS DIRETRIZES NACIONAIS DA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

NORONHA, Jeisy Iann Braga¹
SOBRINHO, Ludymila Campos²
MACHADO, Juliana Lacerda³

Palavras-Chave: Educação em direitos humanos. Educação básica. Direitos humanos

O texto Caderno de Educação em Direitos Humanos, publicado pela Secretária da República, em 2013, evidencia no artigo 22 da Lei de Diretrizes e Base da Educação (BRASIL, 1996) que o objetivo da Educação Básica é fazer com que o educando se desenvolva para o exercício da cidadania, que o fará florescer no trabalho e na educação contínua se for seu intuito. A mesma lei explica que é Educação Básica pública, a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. A Educação Básica pública gratuita e laica de todas as pessoas, até para aquelas que não tiveram acesso na idade própria, é o primeiro passo para buscar e ampliação dos Direitos Humanos (DH). A sociedade exige das pessoas informações e conhecimentos para que elas possam situar-se no mundo para argumentar, reivindicar e ampliar novos direitos. As diretrizes norteiam e definem princípios educacionais no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PANEDH) e chama atenção para o projeto Político Pedagógico (PPP) – nos princípios, valores e objetivos da Educação em Direitos Humanos (EDH). Para as instituições de ensino, a Educação Básica é um ambiente próprio para desenvolver os direitos humanos nas modalidades jovens e adultos, educação ético-racial, educação em sexualidade, entre outros. É importante observar que EDH na educação infantil deve ter o cotidiano como referência para ser analisado, compreendido e modificado. Perspectiva das Diretrizes Nacionais para EDH, as metodologias de ensino, na educação básica possibilitam: construir normas de disciplina e organizações da escola, com os estudantes; discutir questões relacionadas à vida em comunidade; trazer para sala de aula exemplos de discriminação e preconceitos; tratar datas comemorativas do calendário escolar, articular conteúdo dos direitos humanos transversal, interdisciplinar e disciplinar, trabalhar os conteúdos curriculares integrando –os aos conteúdo da área DH através das diferentes linguagens.

REFERÊNCIA

AS DIRETRIZES Nacionais da Educação em Direitos Humanos na Educação Básica. In: Brasil. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Educação em direitos humanos: diretrizes nacionais - Brasília coordenação geral de educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013.

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia da FACTU – Unai/MG

² Acadêmica do Curso de Pedagogia da FACTU – Unai/MG

³ Professora Orientadora do Curso de Pedagogia da FACTU – Unai/MG

CONCEITO DE ÉTICA

DIAS, Lucineide Barbosa¹
VARGAS, Lucas Xavier²
MOURA, Maria Íris Coelho³

Palavras-Chave: Ética. Moral. Ciência. Sociedade

O presente artigo tem por finalidade conhecer nesta obra de (JOSÉ RENATO NALINI, 2013.) parte de uma análise dos vários tipos de Ética, como, por exemplo, a ética empírica dos bens, formal e dos valores, reunindo as inúmeras abordagens feitas ao longo da história por diversos autores que se ocuparam do assunto o conceito de ética. Traz que a ética é a ciência que estuda o ser humano como entidade gregária no seu contato com os semelhantes esse contato ocasiona que a criatura se comporte sob o efeito de influência social, ou seja, Nalini fala sobre as pessoas de seu comportamento moral dos homens em sociedade. Sendo assim ética é a ciência que tem objetivo próprio, o autor diz que o objetivo da ética é a moralidade positiva, ou seja, é o conjunto de regras de comportamento e formas de vida através dos quais tende o homem a realizar o valor do bem (NALINI, 2013). Segundo o autor, a ética é uma disciplina normativa, não por criar normas, mas por descobri-la e explica-la mostrando as pessoas os valores e princípios que devem conduzir a existência humana. A ética aprimora e desenvolve seu sentido moral e influencia a conduta demonstrando que a ética é tema que nunca deixou de preocupar a humildade, portanto não houve nenhum filósofo que não a examinasse, dando a explicação psicológica do comportamento humano possibilita a compressão das condições dos atos dos indivíduos e deste modo contribui para a compreensão da sua dimensão moral ou seja (NALINI, 2013). Fala sobre as pessoas e de seu comportamento quando está em público e no meio social de como condutas que, hoje, para a sociedade parece algo imoral, o que antigamente era visto como deveres para vida, com isso o mundo econômico não pode ser distanciar do mundo moral. Por fim, o primeiro compromisso ético de quem se dispõe de uma carreira profissional é abraçá-la e conhecê-la e bom desempenho profissional acontecerá por acréscimo, conclui Nalini, na medida em que o trabalho se vende como mercadoria e que o objetivo maior é o lucro. Forma de comportamento humano, é para Nalini, a que guarda maior intimidade com a moral, já que ética é a ciência do comportamento moral do homem na sociedade.

REFERÊNCIA

NALINI, José Renato. Ético Geral e Profissional: conceito de ética. **Rev. Atual e ampl.** 4º ed. Revista dos tribunais São Paulo.

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia da FACTU – Unai/MG

² Acadêmico do Curso de Pedagogia da FACTU – Unai/MG

³ Professora Orientadora do Curso de Pedagogia da FACTU – Unai/MG

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: a perspectiva do professor

RODRIGUES, Myllene Cristina Laurindo ¹
MACHADO, Juliana Lacerda ²

Palavras-Chave: Alfabetização. Letramento. Prática alfabetizadora.

O estudo investigou a perspectiva de professoras quanto às suas práticas pedagógicas no processo de alfabetização e letramento. Também foram pesquisadas as condições de trabalho oferecidas ao professor alfabetizador para desenvolver sua prática pedagógica voltada à alfabetização e letramento; quais são as práticas bem sucedidas e as dificuldades enfrentadas pelo professor durante a prática pedagógica; além de como a relação professor-aluno interfere na construção do processo de alfabetização e na prática pedagógica do professor. O marco teórico desta pesquisa apresenta trabalhos de alguns pesquisadores que discutem o tema pesquisado, tais como: Cagliari (2000); Micotti (2012), entre outros. A pesquisa foi realizada na Escola Estadual Delvito Alves Ferreira no município de Unaí-MG. Participaram da pesquisa 3 professoras que lecionam para turmas do ciclo de alfabetização. Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa de tipo exploratório. A geração dos dados ocorreu por meio do instrumento questionário semiestruturado que oferecesse condições de acessar a perspectiva e práticas pedagógicas de professoras a respeito da prática pedagógica desenvolvida por elas durante o processo de alfabetização no ciclo de alfabetização. A análise de dados foi realizada com auxílio da Análise de Conteúdo. Os resultados apontam que a formação do professor não se limita somente a formação acadêmica básica, mas que este deve privilegiar o ensino continuado, através de cursos e participações em grupos de alfabetização, pois essa formação irá favorecer a prática pedagógica que o professor utilizará para garantir a qualidade de ensino, bem como as funções de alfabetizar e letrar, além de que a relação professor-aluno influencia no processo de aprendizagem, bem como as condições de trabalho as quais as professoras são submetidas e os métodos de alfabetização utilizados por elas.

REFERÊNCIA

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização & linguística**. 10 ed. São Paulo: Scipione, 2000.

MICOTTI, Maria Cecília de Oliveira. **Alfabetização: propostas e práticas pedagógicas**. São Paulo: Contexto. 2012.

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia da FACTU – Unaí/MG

² Professora Orientadora do Curso de Pedagogia da FACTU – Unaí/MG

INFLUÊNCIA DO BULLYING NO RENDIMENTO ESCOLAR NA PERCEPÇÃO DO ORIENTADOR

SOARES, Kaylla Batista ¹
MOURA, Maria Iris Coelho de ²

Palavras-Chave: Bullying. Violência. Vítima

O bullying é uma forma de violência que, cada vez mais, vem atingindo os jovens dentro da escola, sejam eles como agressores ou vítimas. Ele pode levar a vítima a ter graves consequências futuras, podendo afetar sua vida em todos os aspectos, tanto pessoal, como o profissional, íntimo e o escolar. Olweus (1993) define o bullying a partir da exposição de um aluno a práticas violentas de outro aluno ou de um grupo deles. Essas práticas ocorrem através das palavras, ações, contato físico, careta, gestos, ameaças, exclusão, entre outros. Para a presente pesquisa foi utilizado o método da abordagem qualitativa sustentada por pesquisa de campo. A coleta de dados teve como base uma entrevista semiestruturada, realizada em três escolas estaduais do município de Unaí-MG no ano de 2016. Os dados adquiridos foram analisados, transcritos e organizados no programa Microsoft Word, e confrontado com base nos dados de autores já analisados e estudados. A fim de compreender a relação do bullying com o rendimento escolar, foi feita a seguinte pergunta às entrevistadas: Na sua percepção, qual a influência do bullying no rendimento escolar? A partir das respostas, foi possível observar que há uma grande influência do bullying no rendimento escolar, por ser um tipo de violência que muitas vezes passa por brincadeira de criança, acaba gerando emoções negativas nas vítimas, e que conseqüentemente afeta o seu rendimento escolar como afirma E1, E2 e E3. Sim ele afeta o rendimento, e consegue ir muito além disso afetando também negativamente nas relações dos alunos dentro da escola, afirmaram as entrevistadas. Fante (2011) explica que as consequências do bullying afetam todos os envolvidos, mas principalmente a vítima, podendo continuar sofrendo seus efeitos fora do ambiente escolar, além de poder perpetuar com um longo tempo, podendo interferir em seus relacionamentos pessoais, no ambiente de trabalho, na constituição de sua família e também na criação de seus filhos além de prejudicar sua saúde física e mental. Depois de analisar os dados obtidos, chegou-se à conclusão de que o bullying está sim presente nas escolas e seus efeitos na vida do aluno são extensos, afeta tanto seu emocional quanto sua vida pessoal, o que conseqüentemente levará a um baixo rendimento escolar. Certas desse problema, as orientadoras realizam constantemente projetos com os alunos objetivado a indução de valores na formação para que eles se tornem conscientes dos seus atos e aprendam sempre a respeitar as diferenças e o espaço de cada um.

REFERÊNCIA

FANTE, Cléo. **Fenômeno bullying**: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz. 6. ed. Campinas/SP: Verus Editora, 2011.

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia da FACTU – Unaí/MG

² Professora Orientadora do Curso de Pedagogia da FACTU – Unaí/MG

A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

FONSECA, Lízia da Silva¹
CORREA, Miriam Késia²
MACHADO, Juliana Lacerda³

Palavra-chave: Educação, Direitos Humanos. Brasil.

O caderno de educação em direitos humanos, publicado em 2013, relata que a discussão sobre a Educação em Direitos Humanos (EDH), ganhou maior ênfase no Brasil nos fins da década de 1980, através das primeiras experiências que surgiram entre os profissionais liberais, universidades e organizações feitas pelo povo em busca desses direitos. Uma das organizações que ganhou credibilidade na época foi rede brasileira de EDH, cuja criação teve como referência a comissão de justiça e paz da arquidiocese de São Paulo, a USP e a PUC-RIO, seu objetivo era reunir pessoas e entidades que desenvolviam experiências neste assunto em diferentes partes do Brasil. A UFPB. No Nordeste, a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO), a Universidade de São Paulo (USP), a ONG NOVA AMÉRICA, o Núcleo de estudos para a paz e os direitos humanos (NEP), vinculado à Universidade de Brasília, são as instituições de ensino superior (IES) e ONG'S reconhecidas nacional e internacionalmente com trabalhos de pesquisa, ensino e extensão em EAH, e entre as instituições que não são IES e nem ONG'S, mas que também realizavam trabalho com enfoque em direitos humanos, vale ressaltar o trabalho da comissão de justiça e paz da arquidiocese de São Paulo. O PNEDH foi lançado em dezembro de 2003 pela secretaria de direitos humanos em parceria com os Ministérios da Educação e da Justiça, e serve para orientar e estimular ações educativas direcionadas a áreas específicas em educação, que são compostas por projetos e programas que podem ser divididos em ações de curto, médio ou longo prazo, e podem ser elaborados tanto pelo governo como pela sociedade. As Conferências Nacionais de Direitos Humanos realizadas quase todos os anos desde 1996 e o documento final dessa conferência serviu de subsídio para a construção de programa nacional de direitos humanos 3, e possui seis eixos orientadores: (I) Interação Democrática entre Estado e Sociedade Civil, (II) Desenvolvimento e Direitos Humanos, (III) Universalizar Direitos em um contexto de Desigualdade, (IV) Segurança Pública, Acesso à Justiça e Combate à Violência, (V) Educação e Cultura em experiência de criação de uma ideia de sociedade que tem como base a EDH. Defender a prática dos Direitos Humanos Preservar a convivência em uma sociedade diversa.

REFERÊNCIA

A EDUCAÇÃO em direitos Humanos no Brasil. In: Brasil. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacionais- Brasília Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013.

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia da FACTU

² Acadêmica do Curso de Pedagogia da FACTU

³ Professora Orientadora do Curso de Pedagogia da FACTU

INTERCULTURALIDADE E EDUCAÇÃO ESCOLAR REINVENTAR A ESCOLA

CRUZ, Jéssica Gonsalves de Amorim ¹
GOMES, Priscila Pereira ²
MENDES, Danyelle Júnia ³

Palavras-Chave: Educação inclusiva. Direitos humanos. Escola.

O presente resumo da obra de Vera Maria Candau tem por objetivo relatar o progresso da educação inclusiva e dos direitos humanos, expondo os princípios do modelo de educação inclusiva. A educação inclusiva enfatiza que uma sociedade inclusiva se baseia na valorização da diversidade, tendo como foco o cenário ético dos direitos humanos, independente das peculiaridades de cada indivíduo ou grupo social. O princípio da igualdade como eixo para formação de uma sociedade justa e democrática entre a relação do exercício da cidadania e a promoção da paz na escola inclusiva, sendo mediado pela análise crítica da dinâmica social, relacionado a educação inclusiva, por meio da educação para a paz, deve ter por objetivo desenvolver um trabalho voltado para aprendizagem de novas formas de convivência, baseadas na solidariedade e no respeito às diferenças, valores que são fundamentais para o pleno exercício da cidadania, abrangendo a defesa dos direitos. Ademais para a autora é preciso um projeto pedagógica que privilegie o pensar, o sentir e o agir a partir de reflexões crítica sobre os fatos que acontecem na comunidade escolar inclusiva. O diálogo é citado como forma de eliminar qualquer forma de discriminação. No entanto, a despeito das dinâmicas usadas para alcançar uma sociedade totalmente inclusiva, estudos mostram que há ainda necessidade de melhorias na formação profissional nas áreas humanas em relação à educação inclusiva e direitos humanos. Conclui-se então que os estudos sobre educação inclusiva e direitos humanos devem ser acompanhados de forma criteriosa por equipes especializadas, os mesmos que fundamentam o discurso da política de educação inclusiva a partir da Declaração Universal do Direitos Humanos, depositando a devida atenção às pessoas com necessidades especiais, de modo abrange a todos os aspectos que favoreçam o desenvolvimento integral da pessoa com necessidade especial tornando a escola cada vez mais inclusiva e garantindo o direito de todos.

REFERÊNCIA

CANDAU, Vera Maria. **Interculturalidade e educação escolar reinventar a escola.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000b. p. 47-60.

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia da FACTU – Unai/MG

² Acadêmica do Curso de Pedagogia da FACTU – Unai/MG

³ Professora Orientadora do Curso de Pedagogia da FACTU – Unai/MG

O LÚDICO COMO METODOLOGIA NO ENSINO DA MATEMÁTICA NA PRÉ-ESCOLA: concepções e práticas docentes

AMARAL, Gizelly Barbosa do ¹
XAVIER, Edivânia Fernandes Araújo ²
ANDRADE, Eric Francelino ³

Palavras-Chave: Lúdico. Conceitos Matemáticos.

Introdução: O presente trabalho tem o intuito de mostrar a importância do lúdico como metodologia do ensino da matemática, principalmente na pré-escola. Tendo como **objetivo geral:** Refletir a respeito da eficiência do método na pré-escola em crianças dos 04 aos 05 anos. O interesse por esse tema deve-se à aversão e/ou dificuldade do aluno para com o ensino da matemática. **Referencial teórico:** Segundo Piaget (1971 apud SILVA, 2013, p. 25) o desenvolvimento mental da criança antes dos seis anos é estimulado através de jogos e brincadeiras. Para Lorenzato (2011), a função do professor é orientar o processo de crescimento da criança, com instrumentos cognitivos, entre outros. Ele deve ser um condutor de aprendizagem. **Metodologia:** Trata-se de pesquisa aplicada, com abordagem qualitativa, utiliza de estudo de caso, e bibliográfica; os dados foram consolidados em forma de quadros e tabela. **Resultados e discussão:** Foi aplicado um questionário a três professores de uma escola municipal da cidade de Natalândia-MG. Todos os participantes foram do sexo feminino, graduadas em Pedagogia, há mais de 10 anos e o tempo de atuação de 8 a 15 anos. T1: se as professoras conhecem o lúdico como metodologia no ensino na matemática e utilizam em sala de aula, responderam que sim. Q2: identificaram tipos de lúdicos utilizados em sala de aula, sendo: Jogos, brincadeiras, palitos etc. Q3: importância das brincadeiras na matemática? Contribuição: auxilia no processo de ensino-aprendizagem. Q4: desafios enfrentados na prática pedagógica: falta de material, recursos, espaço e apoio da direção. **Considerações finais:** Conclui-se que o jogo como metodologia no ensino da matemática é muito importante na vida da criança, pois ele a auxilia na sua aprendizagem. Assim contribuindo para formação de conceitos matemáticos.

REFERÊNCIAS

LORENZATO, Sergio. **Educação infantil e percepção matemática**. 3 ed. Rev. Campinas, SP: Autores Associado, 2011.- (Coleção Formação de Professores).

SILVA, Ana Maria Monteiro dos Santos Gonçalves. **A Importância de brincar com a matemática no ensino pré-escolar (um estudo de caso)**. 2013. 127f. Relatório da Atividade Profissional – (Mestrado em Educação Pré-Escolar, Licenciatura Pré-Bolonha) - Escola Superior de Educação João de Deus, Lisboa, 2013. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/4717/1/Anasilva.pdf>. Acesso em: 26 out. 2016.

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia da FACTU – Unai/MG

² Professora Orientadora do Curso de Pedagogia da FACTU – Unai/MG

³ Professor de TCC da FACTU – Unai/MG

DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

MOURA, Daniela Pereira ¹
OLIVEIRA, Izabela de ²
MACHADO, Juliana Lacerda ³

Palavras-Chave: Educação básica. Legislação. Direitos humanos.

O *Caderno de Direitos Humanos* publicado, em 2013, pela Secretaria de Direitos Humanos da República Federativa do Brasil aborda a importância da educação para o sujeito conhecer a si próprio e promover os ideais humanos. Uma das propostas é quebrar a rigidez da educação tradicional, através da formação de uma consciência de quem quer mudar a realidade onde vive, marcada por situações de injustiça institucionalizada, sendo necessário, promover direitos econômicos, sociais e culturais de diferentes povos. A educação em Direitos Humanos inicia-se em 1948, com aprovação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). Os organismos internacionais desenvolveram materiais educativos, e a Organização das Nações Unidas (ONU) propôs um pacto com questões em Direitos Humanos. A Resolução 217 D (III) /1.948 da Assembleia das Nações Unidas de caráter universal, objetivou a consolidação da paz mundial. A Resolução 314(XI) /1.950, do conselho econômico e social da Nações Unidas indicou a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) como fomentadora e facilitadora do ensino dos Direitos Humanos. A Convenção de Paris contra a discriminação nos campos de ensino aconteceu em 1960. A Resolução 958 D II (XXXVI) /1.963 ampliou o espaço de difusão, debate e inclusão de programas e projetos nas organizações. A Resolução 2.445 (XIII) /1.968 da Assembleia das Nações Unidas solicitou aos estados medidas para introduzir ou estimular, pelo sistema educativo, a formação de professores. Em 1974, através da Recomendação sobre a educação para a compreensão, a cooperação e a paz internacional e a educação relativa aos Direitos Humanos e as liberdades fundamentais, inicia-se a realização de pesquisas sobre a inclusão de Direitos Humanos nas universidades como matéria. A Declaração do Programa de Ação de Viena, em 1993, recomenda que seja essencial aos programas de formação e informação, incluindo temas pertinentes ao respeito dos direitos humanos e as liberdades fundamentais. Em 1995, iniciou a Década das Nações Unidas para a Educação em Direitos Humanos. Em 1997, apresentaram-se as " Diretrizes para Elaboração de Planos Nacionais de Ação para a Educação na Esfera dos Direitos Humanos". O Plano de Ação para Década tem como objetivos avaliação das necessidades e formação de estratégias, criação e fortalecimentos de programas de educação no campo dos direitos humanos a nível internacional, regional, nacional e local, elaboração de material didático, reforço dos meios de comunicação, difusão global da DUDH.

REFERÊNCIA

BRASIL. **Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.** Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacionais – Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013.

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia da FACTU – Unai/MG

² Acadêmica do Curso de Pedagogia da FACTU – Unai/MG

³ Professora Orientadora do Curso de Pedagogia da FACTU – Unai/MG